

7. PLANO DE RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO

Este plano abrange os programas de Orientação e Monitoramento da População Migrante, Programa de Interação e Comunicação, Programa de Educação Ambiental de Belo Monte, Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.

7.1. Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante

7.1.1. Introdução

O Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante apresentado para a implantação da UHE Belo Monte faz parte de um conjunto de ações previstas pelo Estudo de Impacto Ambiental – EIA do empreendimento (Leme, 2009) e integra o Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte, documento que subsidiará a emissão, pelo IBAMA, de sua Licença de Instalação.

Este Programa busca fornecer diretrizes de atuação para o empreendedor frente ao afluxo previsto de grandes contingentes populacionais aos municípios das áreas de influência do empreendimento. O acréscimo populacional resultante das migrações espontâneas pode ser considerado um dos principais impactos da implantação de aproveitamentos hidrelétricos no meio socioeconômico, visto que repercute em diversas esferas da sociedade local, alterando, entre outros aspectos, sua dinâmica econômica, a qualidade e suficiência dos serviços públicos prestados e a configuração espacial dos municípios de destino dos fluxos.

A dinamização econômica engendrada pela implantação de empreendimentos de grande porte conforma-se em um fator de atração de fluxos migratórios, sobretudo em regiões onde prevalecem significativas disparidades sociais, econômicas e territoriais, como ocorre no norte do país. A criação de postos de trabalho resulta na alteração do nível de renda e na introdução de necessidades até então alheias à região, requerendo o aumento e a diversificação da demanda por produtos e serviços urbanos, o que gera o aprofundamento da divisão do trabalho e a emergência de novas especializações na economia local. Esse incremento da demanda de produtos e serviços apresenta-se como oportunidade econômica para a população do entorno, que aflui com diferentes condições de empregabilidade. A ausência de qualificações necessárias para sua absorção no mercado de trabalho e a insuficiência de recursos materiais para sua manutenção até a inserção em alguma atividade apresentam-se como os principais obstáculos encontrados pelo migrante.

O programa em questão busca monitorar a imigração à área de influência e levantar as características da população migrante, de modo a, em conjunto com os poderes públicos municipais, minimizar os impactos do incremento populacional por meio do fornecimento de subsídios para o ordenamento do processo de imigração e para o planejamento municipal.

7.1.2. Justificativa

O direcionamento da estruturação desse Programa deve ser apoiado inicialmente em um panorama geral das condições da região de implantação. Para isso, toma-se a princípio a Área de Influência Indireta – AII do empreendimento, formada por 11 municípios, dos quais, cinco compõem a Área de Influência Direta – AID, e que serão aqueles que mais diretamente sentirão os reflexos previstos.

Panorama Geral da Região de Implantação

A AID é formada pelos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Brasil Novo. Além destes, a AII inclui ainda Medicilândia, Uruará, Placas, Porto de Moz, Gurupá e Pacajá, municípios para onde não são previstos acréscimos populacionais significativos, em função das distâncias e restrições de circulação e acessos.

Os municípios da AII somam cerca de 360 mil habitantes, conforme dados publicados pelo IBGE 2010, como mostra o **QUADRO 7.1.2.1-1** a seguir, por município.

QUADRO 7.1.2.1-1
População dos municípios da AII

Municípios AII	População
Altamira	105.030
Uruará	44.720
Pacajá	40.052
Porto de Moz	33.951
Gurupá	29.060
Medicilândia	27.442
Anapu	20.493
Placas	23.930
Brasil Novo	17.960
Senador José Porfírio	12.998
Vitória do Xingu	13.480

Fonte: IBGE, Censo 2010

A população da AID corresponde a cerca de 45% desse total (169.961 habitantes).

A partir desse contexto e do cenário geral estabelecido no EIA, relativo à população mobilizada pelo empreendimento, foi realizado um maior detalhamento da distribuição espacial do fluxo migratório e seus possíveis impactos.

Os estudos demográficos indicaram que serão mobilizadas pelo empreendimento 96.000 pessoas. Dessas, 23%, ou 22.000 pessoas correspondem à população já residente na região e 77% ou 74.000 pessoas deverão ser atraídas para a área, de outras localidades do Estado ou mesmo do país.

Como supramencionado, dos onze municípios que compõem a AII, cinco deverão absorver, praticamente, a totalidade das 74.000 pessoas que serão atraídas para a região, que são os componentes da AID (Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio e Brasil Novo), cujos territórios compõem a AID.

Os demais municípios da AII - Medicilândia, Uruará, Placas, Porto de Moz, Gurupá, Pacajá – por situarem-se num raio superior a 100 km dos sítios construtivos do empreendimento e da sede de Altamira, principal pólo de referência econômica e de serviços da região, distância esta dificultada pela precariedade de acessos viários, não devem receber significativa população migrante vinculada ao empreendimento.

Ainda de acordo com os estudos demográficos, esta população deverá, preferencialmente, se fixar em determinadas localidades.

Assim, o total de 74.000 pessoas que afluirá para a região, deverá apresentar a seguinte distribuição:

- 26.200 pessoas na sede de Altamira;
- 40.100 pessoas em Vitória do Xingu e povoados próximos:
 - 30.850 para a sede do município e povoados de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, situado em Anapu;
 - 10.000 na sede de Vitória do Xingu (2.500*4 – trabalhadores diretos com familiares);
 - 4.850 distribuídos segundo a seguinte hipótese: 10400 (70% na sede do município), 4.450 em Belo Monte e Belo Monte do Pontal (sendo 70% em Belo Monte (3100) e 30% (1350) em Belo Monte do Pontal);
 - 6000 trabalhadores diretos nos sítio construtivo de Belo Monte (abrigados em alojamentos);
- 9250 para a região dos sítios construtivos de Bela Vista, Pimental e dos Canais (município de Vitória do Xingu) e povoados próximos (Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo):
 - 7.000 trabalhadores nos sítios construtivos de Bela Vista, Pimental e Canais, abrigados em alojamentos;
 - 2.250 nos povoados de Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo em Senador José Porfírio.
- 7700 pessoas para outros municípios: Anapu (40%, ou seja, 3080), Senador José Porfírio (10% ou 770) e Brasil Novo (50% ou 3850) situados na AID.

Desta forma, a distribuição da população atraída conforme cada município é apresentada no **QUADRO 7.1.2.1-2** a seguir, onde vale destacar que a população total considerada tem por base a Contagem populacional do IBGE, de 2007, e não o resultado do Censo 2010 anteriormente citado, ao que se atribui a diferença das populações apresentadas.

QUADRO 7.1.2.1-2

Distribuição da População Atraída, por Município da AID

Municípios	População Atraída	População Total	% Incremento da População
Altamira	26.200	92.733	28,25
Vitória do Xingu	36.500	9.709	375,94
Senador José Porfírio	3.020	14.370	21,02
Anapu	4.430	17.778	24,92
Brasil Novo	3.850	18.756	20,53
Total	74.000	153.346	48,26

Fonte: Contagem 2007 IBGE; EIA UHE Belo Monte

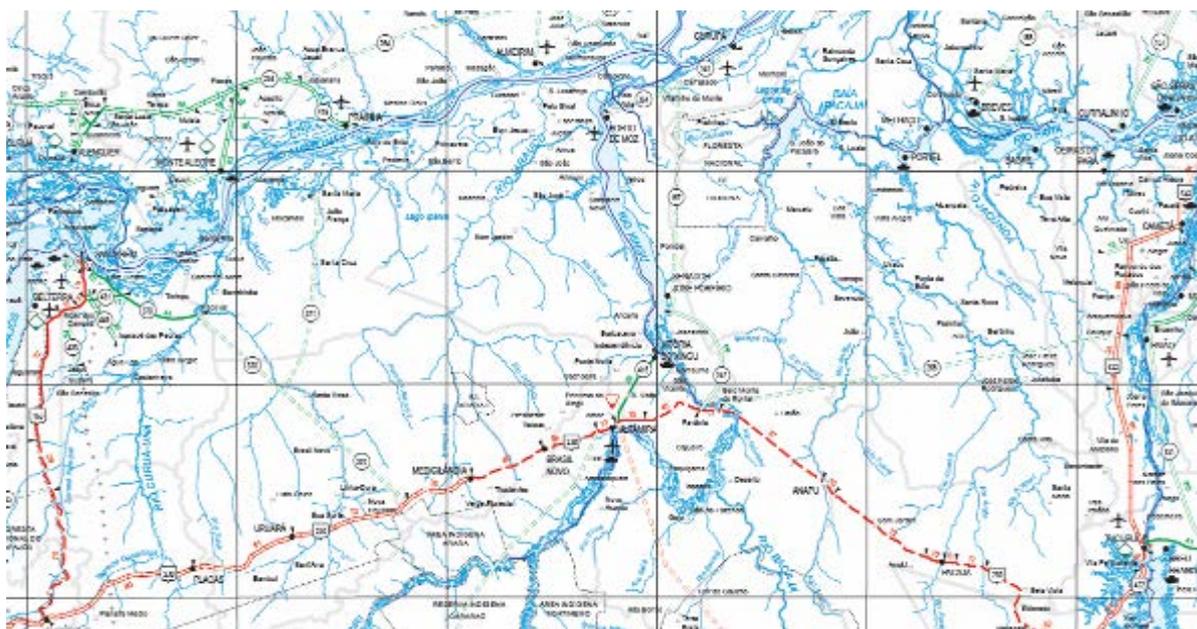
Estrutura de Atendimento à População Migrante e Residente

O processo de recepção e encaminhamento do migrante deve ser iniciado na sua chegada à região com o seu cadastramento em estruturas de atendimento e orientação, os Balcões de Atendimento. Para tal, são propostos locais de fácil acesso em diversos municípios da esfera de influência do empreendimento, onde, além do migrante, também a população residente possa dirigir-se para obtenção de informações ou fazer seu cadastramento. Os dados obtidos a partir do cadastramento passarão a integrar um banco de dados com a

finalidade de realizar o monitoramento dos inscritos nos balcões, encaminhando-os para diversas ações.

Para tal, prevê-se a instalação de balcões de atendimento em Altamira e Vitória do Xingu. Além destes, outros seis municípios teriam previsão de balcões de atendimento: Anapu, Brasil Novo, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Pacajá, além de uma Unidade Móvel para atendimento de localidades distantes e dos demais municípios.

A previsão de instalação destas estruturas descentralizadas nos municípios considerados “de acesso” à região tem por objetivo conter os afluxos populacionais em direção aos principais centros, assim como evitar o excesso de concentração de migrantes e o congestionamento das estruturas nos municípios diretamente afetados, especialmente Altamira e Vitória do Xingu, distribuindo os reflexos do empreendimento, inclusive os positivos. Altamira, que se conforma como centro regional de referência e Vitória do Xingu onde se encontram os sítios construtivos são municípios atravessados pela rodovia Transamazônica – BR-230, por onde deverão aportar fluxos oriundos do leste e do oeste do local de implantação da UHE Belo Monte. O mapa a seguir (**FIGURA 7.1.2.2-1**) ilustra a situação geográfica e a distribuição territorial da região.


RODOVIAS

Federais

Duplicada

Em Duplicação

Pavimentada

Em Pavimentação

Implantada

Em Implantação

Leito Natural

Planejada


RODOVIAS

Federais

Duplicada

Em Duplicação

Pavimentada

Em Pavimentação

Implantada

Em Implantação

Leito Natural

Planejada


RODOVIAS

Federais

Duplicada

Em Duplicação

Pavimentada

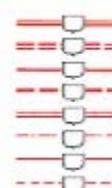
Em Pavimentação

Implantada

Em Implantação

Leito Natural

Planejada


RODOVIAS

Federais

Duplicada

Em Duplicação

Pavimentada

Em Pavimentação

Implantada

Em Implantação

Leito Natural

Planejada



Fonte: DNIT, mapas multimodais (www.dnit.gov.br)

FIGURA 7.1.2.2-1 - Situação Geográfica e Distribuição Territorial da Região

7.1.3. Objetivo

Conforme já apresentado no Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte, este Programa possui como objetivos:

- Acompanhar a evolução do fluxo migratório associado à implantação da UHE Belo Monte, de forma a obter subsídios não apenas para uma eventual necessidade de realização de ajustes nas medidas previstas para mitigar os seus impactos, mas também para orientar a atividade de planejamento dos municípios;
- Orientar a população migrante sobre as efetivas possibilidades de emprego a serem criadas a partir da implantação do empreendimento, e as correspondentes qualificações profissionais requeridas, com vistas a inseri-la no mercado de trabalho;

- Apresentar à população migrante as características do empreendimento e da região de forma a tornar conhecido para essa população o novo universo em que ela está se inserindo, levando-a inclusive à avaliação da possibilidade de retornar ao seu local de origem se as perspectivas forem desfavoráveis;
- Subsidiar um eventual estudo para a implantação de medidas visando incentivar a redução do fluxo migratório espontâneo para a região.

Também, em atendimento ao Parecer 114/2009 DILIC/IBAMA, prevê-se a extensão das oportunidades oferecidas aos migrantes, à população residente nos municípios da esfera de influência do empreendimento.

7.1.4. Metas

São metas a serem alcançadas neste Programa:

- Implantação de Balcões de Atendimento Fixos em Altamira e Vitória do Xingu, bem como nos Municípios considerados de acesso à região, como forma preventiva para minimizar o afluxo populacional;
- Implantação de Balcão Móvel para atendimento de localidades onde não estão previstas estruturas fixas;
- Estabelecimento de fluxo operacional com o Programa de Acompanhamento Social para encaminhamento de casos sociais;
- Estabelecimento de fluxo operacional para encaminhamento dos cadastrados ao Programa de Capacitação de Mão de Obra;
- Implantação de Banco de Dados Central proveniente do cadastro de interessados realizados nos balcões de atendimento;
- Implantação de estrutura física ofertando condições para coordenar as ações necessárias à implantação e manutenção dos balcões, bem como abrigar estrutura do Banco de dados Central e Sistema de Monitoramento;
- Realização do Monitoramento do afluxo populacional nas áreas de esfera de influência do empreendimento.

7.1.5. Etapa do Empreendimento na Qual Deverá ser Implantado

O presente programa deverá ser implantado de imediato, já na etapa de planejamento do empreendimento, de modo que já esteja em vigor quando tiver início a construção da UHE Belo Monte, estendendo-se pelo período de construção do empreendimento.

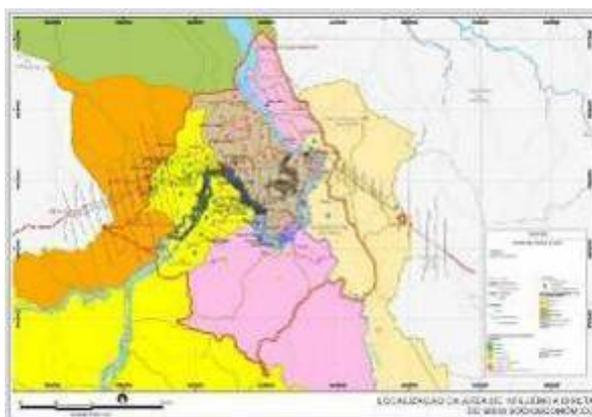
7.1.6. Área de Abrangência

Conforme exposto no EIA da UHE Belo Monte, a população atraída deverá se concentrar na AID do meio Socioeconômico e Cultural, composta pelas sedes urbanas de Anapu, Senador José Porfírio, Brasil Novo, Altamira e Vitória do Xingu, e, em menor grau, na AII, que engloba, além desses, os territórios de Pacajá, Placas, Porto de Moz, Uruará, Gurupá e Medicilândia. As ações deverão ser conduzidas na AID e AII, ilustradas pelas **FIGURAS 7.1.6-1 e 7.1.6-2**.



Fonte: EIA, Volume 05, 2009.

FIGURA 7.1.6-1 - Área de Influência Indireta do Meio Socioeconômico e Cultural



Fonte: EIA, Volume 05, 2009

FIGURA 7.1.6-2 – Área de Influência Direta do Meio Socioeconômico e Cultural

A precedência dos cinco municípios da AID sobre os demais foi estabelecida considerando-se três fatores: a infraestrutura urbana e a oferta de serviços para a população; a localização dos sítios construtivos; e a localização das sedes municipais em relação às principais infraestruturas de transporte presentes na região, por meio das quais os fluxos devem aportar.

7.1.7. Base Legal e Normativa

Não incidem normas ou legislação acerca da obrigatoriedade do empreendedor em prever ações referentes aos processos migratórios associados à implementação empreendimento.

7.1.8. Metodologia

O desenvolvimento deste programa teve por referência o EIA desenvolvido para o empreendimento e as ações comprometidas nesse documento.

O Programa inicia-se com a implantação de Balcões de Atendimento onde os interessados poderão obter informações sobre o empreendimento e fazer seu cadastramento. Estas estruturas físicas concentrarão algumas funções diretamente associadas tais como: orientação quanto às reais possibilidades de obtenção de empregos vinculados ao empreendimento, identificação de situações de risco e encaminhamento de pessoas às Centrais de Triagem de atendimento social; orientação e encaminhamento para capacitação profissional e processo seletivo, destinado a todos interessados, população residente ou migrante.

Para isso é proposto um questionário socioeconômico de entrevista (ficha cadastral), onde serão registrados dados básicos acerca do demandante, acrescido de informações sobre a sua origem geográfica e expectativas, dentre outras.

Feito este registro no Balcão de Atendimento e a partir das informações coletadas, será elaborado um banco de dados central que, através da implantação de um sistema de informações, permitirá monitorar essa população, diferenci-la entre locais e migrantes e, identificar suas origens. Registrará, ainda, o afluxo e movimento populacional, migrante ou local, possibilitando a emissão de alertas, em caso de situações agudas.

Além dos Balcões de Atendimento, o Programa contará com estrutura física para a Central de Monitoramento do Programa, inicialmente prevista para Altamira, que realizará o controle e manutenção do banco de dados. Esta Central de Monitoramento funcionará juntamente com uma pequena estrutura de Coordenação do Programa para acompanhar os dados cadastrais e viabilizar a operacionalização dos Balcões.

A implementação do Programa poderá ser desenvolvida através de entendimentos e parcerias com as administrações municipais e demais instâncias governamentais envolvidas, organizações sociais expressivas, como os serviços nacionais de apoio à indústria, ao comércio e a empresas, que atuem na região (Sistema "S"). É prevista, igualmente, parceria com o SINE (Serviço Nacional de Empregos) através de seus escritórios.

7.1.9. Atividades a Serem Desenvolvidas

Para a implantação do Programa são previstas as atividades descritas nos itens que seguem.

Sua implantação demandará as seguintes ações iniciais:

- Adequação de espaços físicos para instalação dos Balcões de Atendimento, Coordenação Local onde funcionará também a Central de Monitoramento;
- Compra de Equipamento/materiais para implantação, desenvolvimento e manutenção das atividades propostas;
- Seleção de Equipes: balcões de atendimento, Coordenação Local, Banco de dados e Monitoramento de Afluxo Populacional;
- Treinamento de Equipes;
- Elaboração de Manual de Instruções;
- Documentos e informações sobre a UHE Belo Monte.

Implantação e Manutenção de Balcões de Atendimento

A implantação de Balcões ocorrerá não apenas nos municípios onde se espera que haja maior afluxo populacional, mas em outros do entorno, especialmente aqueles que se configuram como “portas de entrada” da região. Os Balcões de Atendimento receberão os esforços para representarem as únicas portas de entrada para as pessoas interessadas em trabalhar diretamente na UHE Belo Monte e para tanto deverá ser definido um fluxo de informações e procedimentos que garantam que o cadastro realizado no balcão de atendimento seja encaminhado ao consórcio Construtor de Belo Monte para capacitações e preenchimentos de vagas de empregos consideradas adequadas e que depois seja possível o monitoramento das pessoas efetivamente cadastradas e que tenham sido capacitadas e/ou empregadas.

Assim, foram previstos Balcões de Atendimento fixos em Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Brasil Novo, Uruará, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Pacajá. Em Altamira foram previstos dois balcões, em função de demandas no decorrer do processo. Para cada um dos demais municípios é prevista a implantação de um único balcão.

Para a implantação, com início das atividades na primeira semana de Novembro de 2010, foram previstos dois Balcões de Atendimento Fixos, um em Altamira, e um em Vitória do Xingu, onde já foram estabelecidas parcerias e disponibilizadas salas. O **ANEXO I** traz um registro fotográfico dos locais de instalação dos Balcões.

Em Altamira:

- Balcão de Atendimento Altamira 1 – SINE
Parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Altamira e o Sistema Nacional de Intermediação de Mão de Obra – SINE, que cedeu uma sala da Casa do Trabalhador, onde já funciona um balcão de empregos. Embora já possua o seu balcão, suas atribuições são distintas daquelas previstas pelo Balcão do empreendedor. Assim, este Balcão de Atendimento já está em funcionamento desde novembro de 2010, utilizando sala exclusiva assim como o auditório da Casa do Trabalhador para espera dos interessados;
- Balcão de Atendimento Altamira 2 – Estádio Nícia Ribeiro
Parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social, que disponibilizou sala dentro do Estádio Nícia Ribeiro para implantação de outro Balcão de Atendimento, com previsão de funcionamento para janeiro de 2011. Entretanto, esse balcão não foi ativado em função de decréscimo na demanda local, suprida integralmente pelo Balcão de Atendimento 1. Verificando-se crescimento da demanda, será ativado de imediato, neste ou em outro local, considerando-se o fluxo de procura por cadastramentos.

Em Vitória do Xingu:

- Balcão de Atendimento Vitória do Xingu
Já instalado desde novembro de 2010 nas instalações da Eletronorte, na Avenida Central, contando com sala de atendimento e auditório para espera. Também foram identificados outros quatro possíveis locais para a implantação de instalações, prevendo-se possível crescimento de demanda no município.
- Balcão de Atendimento Móvel

Em funcionamento desde dezembro de 2010, o Balcão de Atendimento Móvel, tem estrutura de atendimento similar aos Balcões Fixos, realizando os serviços de orientação, atendimento e cadastramento através do deslocamento de equipe para localidades e municípios que não contam com estruturas fixas. Conta com equipe e veículo dedicado para estas finalidades.

Em um segundo momento estão previstos os Balcões de Anapu e Brasil Novo, o que deverá ocorrer a partir da demanda identificada de mão de obra, na etapa de implantação do empreendimento. Em seguida a esses dois, prevê-se a implantação dos balcões de Uruará e Senador José Porfírio. Na sequência, serão implantados os balcões de Porto de Moz e Pacajá, conforme necessidade para atendimento da demanda.

Também, caso se verifique a necessidade, será implantado mais de um Balcão Móvel.

Recursos Humanos

Cada um dos Balcões de Atendimento fixos contará com equipe formada por 4 (quatro) técnicos de nível médio que serão responsáveis pelo atendimento ao público, divulgação de informações, cadastro dos interessados, organização do atendimento e distribuição de senhas, se necessário. Caberá a um dos técnicos da equipe coordenar as atividades.

O Balcão de Atendimento Móvel contará com a mesma estrutura de pessoal para desenvolvimento do trabalho, sendo acrescida a equipe de um motorista.

Em casos de excesso de público a ser atendido, poderá ser necessário recorrer à contratação de pessoal adicional.

Estrutura Física e Recursos Logísticos

Todos os Balcões de Atendimento fixos deverão contar com infraestrutura física mínima implantada que, além do imóvel para implantação (alugado ou cedido), se constituirá de:

- Mobiliário (mesas, cadeiras, armário etc.), equipamentos (Computadores com acesso à internet, Impressora etc.) e linhas telefônicas;
- Material de escritório e de consumo: fichas impressas para cadastro, canetas, lápis, borracha, papel sulfite, pastas, dentre outros.

Além destes recursos, deverá contar com verba para adequação e manutenção dos espaços, a saber: instalação de equipamentos, pequenos reparos, pintura, serviços e materiais de limpeza, materiais elétricos (lâmpadas, fios, etc.).

Com as mesmas condições de equipamentos e materiais, o Balcão Móvel contará com veículo dedicado ao deslocamento de equipe e materiais.

Os Balcões de Atendimento funcionarão todos os dias da semana, das 8h às 12h e das 14h às 18h. Em caso de necessidade ou por excesso de demanda, poderão funcionar inclusive finais de semana e feriados.

Balcão de Atendimento e Ficha Cadastral

O Balcão de Atendimento deverá registrar e monitorar todo e qualquer fluxo de população, migrante ou local, em busca de informações acerca da implantação do empreendimento. Além do serviço de informações, também é proposto um questionário socioeconômico de

entrevista - a Ficha Cadastral -, contendo dados básicos acerca do demandante, estando à disposição dos que desejarem fazer seu cadastro. O modelo de questionário proposto encontra-se no **ANEXO II** deste Programa.

O conteúdo proposto para o questionário abarca, primeiramente, informações pessoais que permitam caracterizar se o cadastrado é migrante ou residente, sua faixa etária, estado civil e gênero, e demais dados entre os quais, os que possibilitem sua localização por meio de endereço e telefone para contatos diversos.

Em seguida, contempla a obtenção de informações básicas sobre escolaridade e informações detalhadas sobre situação e experiência profissional: setor de atividade, rendimento, função e vínculo empregatício no último emprego ou no emprego atual, bem como pretensão de emprego na UHE Belo Monte e expectativa de rendimento na nova atividade. Essa etapa do cadastro fornecerá subsídios para a avaliação da empregabilidade do candidato no empreendimento e para seu encaminhamento aos cursos de capacitação.

A Ficha Cadastral destina-se também a angariar informações socioeconômicas da população migrante, de modo a conhecer as condições de sua manutenção no município de chegada. São dados da composição familiar (número e faixa etária de dependentes), dados sobre a presença de infraestrutura e serviços públicos no entorno de sua residência e sobre as condições de habitação do domicílio. Esses dados permitirão a avaliação da vulnerabilidade social do migrante e da necessidade de seu encaminhamento aos serviços de assistência social.

O sistema implantado para o atendimento nos Balcões deverá ser integrado ao Banco de Dados Central e ao Sistema de Monitoramento deste programa.

Implantação de Coordenação Local e Banco de Dados Central

Além dos Balcões de Atendimento, o Programa necessitará de uma Coordenação Local para viabilizar a operacionalização dos Balcões e, simultaneamente, realizar o controle e manutenção do banco de dados do programa. Assim, necessitará de estrutura física compatível, com salas para equipes e equipamentos. Neste local não será realizado atendimento à população. Consiste em local para realização de tarefas operacionais, de coordenação das atividades dos Balcões, seleção e controle de pessoal, realização de contatos com as coordenações dos demais Programas e parceiros institucionais.

A seguir é discriminada sua infraestrutura necessária, inicialmente prevista para Altamira:

- Mobiliário (mesas, cadeiras, armário, etc.); Equipamentos (Computadores com acesso à internet, Multifuncional, Impressora, etc.) e Linhas telefônicas;
- Material de escritório, de consumo e limpeza: Fichas impressas para cadastro, Canetas, Lápis, Borracha, Papel sulfite, Pastas, dentre outros.

Além destes recursos, deverá contar com verba para adequação e manutenção dos espaços, a saber: Instalação de equipamentos, pequenos reparos, pintura, serviços e materiais de limpeza, materiais elétricos (lâmpadas, fios, etc.).

Constará com equipe dedicada à Coordenação Local do Programa, composta por um (1) Coordenador Local, um (1) técnico analista de sistema para organização do Banco de Dados Central, um (1) assistente administrativo e dois técnicos de nível médio para a execução das tarefas. A esta Coordenação caberá o acompanhamento e supervisão das atividades e será responsável pelas informações coletadas a partir dos cadastros realizados

nos balcões de atendimento, bem como pela organização do Banco de Dados Central. Todos os profissionais serão treinados para a execução das tarefas atinentes ao bom andamento das atividades do Programa.

Esta fase destina-se a coleta e registro de informações.

Sistema de Monitoramento de Afluxo de População

Essa atividade terá início ao final do primeiro ano de construção do empreendimento, momento em que começarão a serem produzidas pelas instituições as informações abaixo descritas.

Os dados coletados para o Monitoramento de Afluxos Populacionais deverão integrar o Banco de Dados formado a partir do Banco de registros cadastrais oriundos dos Balcões de Atendimento, agregando-se os dados coletados em fontes secundárias e, posteriormente, por fontes primárias.

Deverá ser integralizado em Sistema de Dados e Informações próprio para o Monitoramento de Afluxo de População.

Esse Sistema possibilitará o acompanhamento do aumento da demanda por serviços públicos e privados decorrente da fixação da população migrante no município de destino e a determinação de tendências de crescimento populacional.

Forma de Monitoramento do afluxo populacional

O Monitoramento do Afluxo Populacional objetiva medir a expansão da população residente e conhecer suas características, de modo a informar poderes públicos locais e demais programas componentes do PBA sobre as necessidades de expansão da rede de atendimento de serviços, que emergirem das alterações sócio espaciais decorrentes do afluxo populacional aos municípios da AID.

Este monitoramento tem seu escopo direcionado aos municípios da AID, por serem as localidades para onde se prevê efetivo incremento populacional, como descrito anteriormente e conforme o EIA do empreendimento.

Essa atividade caracteriza uma segunda fase do programa e terá início ao final do primeiro ano de construção do empreendimento, momento em que começarão a ser produzidas pelas instituições as informações abaixo descritas e que constituem parâmetro para ações de monitoramento de afluxos populacionais.

Será realizado por meio de três procedimentos:

- Coleta de dados a partir da busca espontânea por informações nos Balcões de Atendimento e preenchimento de Fichas Cadastrais
- Coleta de dados em fontes secundárias oficiais de dados demográficos e instituições do poder público local
- Coleta de dados primários, realizada mediante pesquisa junto a diversos órgãos da administração municipal e empresas prestadoras de serviços à população, conforme detalhado no **QUADRO 7.1.9.8-1**.

Estes procedimentos fornecerão informações quantitativas concernentes ao volume do afluxo populacional e informações qualitativas que permitam caracterizar a situação da

população migrante. Os dados permitirão conhecer o incremento populacional total da unidade territorial analisada.

O acréscimo populacional também ocorrerá através de parcela da população migrante que não tem intenção obter um emprego diretamente relacionado à construção do empreendimento, mas que aportará nos municípios da AID para desenvolver atividades nos setores de comércio e serviços, aproveitando-se da dinamização econômica resultante da implantação do empreendimento. Por ter motivação econômica distinta da parcela dos migrantes que buscará se cadastrar nos Balcões de Atendimento, essa população não deverá buscar espontaneamente os Balcões, sendo necessárias outras formas de registro de dados para o monitoramento de seu afluxo. O número de migrantes em busca de empregos indiretos será verificado por meio de diferentes fontes e informações que permitam registrar seus desdobramentos espaciais e quantificá-los.

Para obtenção de dados primários serão realizadas pesquisas em campo e entrevistas com representantes de instituições oficiais e particulares. Também serão realizadas periodicamente pesquisas amostrais em domicílios, permitindo captar o movimento de migrantes não inscritos nos balcões. Estes resultados comporão igualmente a base de dados e serão apresentados em Relatórios Semestrais, subsidiando o banco de dados para efeito do Monitoramento.

A metodologia a ser empregada será estabelecida a partir das tendências observadas: análise preliminar dos dados obtidos nas áreas de adensamento da ocupação e de expansão urbana, determinadas por meio da análise dos dados provenientes das Instituições elencadas no **QUADRO 7.1.9.8-1**, fundamentais na indicação dos locais prioritários de pesquisa. O escopo mínimo da caracterização deverá ser composto pelos temas: composição familiar, escolaridade, emprego e renda, condições de habitação, serviços públicos e equipamentos urbanos disponíveis. As famílias participantes da pesquisa deverão ser contatadas trimestralmente, para acompanhar sua permanência ou evasão do município.

O monitoramento do afluxo populacional contará com equipe técnica própria, formada por (1) um coordenador técnico, dois (2) pesquisadores e dois (2) analistas que serão responsáveis pela obtenção de dados primários e secundários e pela elaboração de Relatórios.

Caracterizado como um sistema próprio deste Programa, seus dados serão remetidos ao programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos que, embora se utilizem das mesmas fontes, diferem quanto aos objetivos de seu monitoramento.

O objeto de monitoramento neste Programa são os movimentos dos fluxos migratórios frente aos impactos territoriais e sua pressão sobre os serviços públicos. E, principalmente, acompanhar os indivíduos que fizeram o cadastramento dos Balcões de Atendimento monitorando seu trajeto e permanência nas localidades e em que condições se encontram. Enquanto que o monitoramento dos aspectos socioeconômicos visa monitorar os impactos que decorrem desses fluxos e suas conseqüências no meio social e econômico, além de verificar se o Programa de orientação e Monitoramento da População Migrante está sendo desenvolvido de acordo com seus objetivos e metas.

Fontes de Consulta e Informações para Monitoramento do Afluxo Populacional

O quadro a seguir apresenta o conjunto de fontes secundárias relevantes para efeitos de Monitoramento de afluxos populacional.

QUADRO 7.1.9.8-1

Fontes de Consulta e Informações para Monitoramento do Afluxo Populacional

Instituição	Informação	Periodicidade da consulta
IBGE	Número de domicílios; Número de residentes.	Anual
Secretarias Municipais de Promoção Social e Trabalho	Demanda de atendimento por programas sociais.	Mensal
Secretarias Municipais de Educação	Número de matrículas e evasões em escolas da rede pública.	Semestral
Secretarias Municipais de Saúde	Demanda por serviços na rede pública de saúde.	Semestral
Secretarias Municipais de Obras ou Planejamento	Novas áreas de ocupação urbana; Demandas de expansão da rede de cobertura dos serviços e equipamentos urbanos; Projetos de expansão do arruamento.	Semestral
CELPA	Número de novas ligações de energia elétrica para uso residencial.	Semestral

Justificativa da escolha das fontes de dados

- IBGE – Censo, Contagem da População e Projeções

O número de domicílios e pessoas residentes disponibilizado pela pesquisas Contagem da População e Censo e pelas projeções anuais publicadas pelo IBGE constituirão a base de cálculo para as variáveis a serem usadas no monitoramento. De início, os dados do Censo 2000 e da Contagem da População 2007 podem ser utilizados, devendo ser atualizados conforme a publicação de novas pesquisas oficiais.

- Órgãos do Poder Público

No caso dos órgãos públicos, pretende-se identificar a população atendida pelos serviços prestados, monitorando acréscimos, identificando as origens da população acrescida, e fazendo cruzamento dos dados e documentos oficiais apresentados com os cadastrados nos Balcões de Atendimento, dando suporte ao monitoramento da população migrante. Propõe-se, para tanto, o estabelecimento de parcerias com os órgãos abaixo listados com o intuito de estabelecer a troca de informações entre órgãos públicos e o Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante, buscando-se o compartilhamento dos dados sobre a população, produzidos pelos órgãos públicos e das análises produzidas pelo Programa. A necessidade de fornecer treinamento específico para os servidores públicos que recebem a população em cada órgão deverá ser avaliada no início do processo, visando à correta coleta de informações junto à população que buscará os serviços públicos oferecidos.

- Secretarias de Saúde

Recomenda-se o estabelecimento de parcerias com as Secretarias de Saúde dos municípios da AID para a obtenção de informações sobre o aumento da demanda por serviços públicos de saúde em hospitais, prontos-socorros e unidades básicas de saúde. As informações a serem solicitadas envolvem número de pacientes e localização da unidade de saúde procurada, além da evolução do número de famílias atendidas por cada agente de saúde municipal e integração com os NUVS.

- Secretarias de Educação

As Secretarias de Educação deverão ser contatadas para a complementação dos dados secundários sobre matrícula e evasão escolar. As informações a serem solicitadas, listadas a seguir, referem-se à rede escolar pública e privada de todos os níveis de ensino e devem contemplar idade e série dos alunos e localização das unidades de ensino:

- número de novas matrículas efetuadas;
- número de alunos que abandonaram o curso;
- número de alunos que solicitaram matrículas e não foram atendidos por ausência de vagas.

- Secretarias de Promoção Social e Trabalho

As Secretarias de Promoção Social dos municípios da AID representarão uma importante fonte de informações sobre as famílias de maior vulnerabilidade social. Dentre as informações produzidas, deve-se atentar, sobretudo, às seguintes:

- busca espontânea por programas sociais;
- novos beneficiários de programas sociais;
- encaminhamento dado a cada caso.

- Secretarias de Obras ou Planejamento

Informações sobre novas áreas de ocupação urbana, projetos de expansão de arruamento e da rede de cobertura dos serviços e equipamentos urbanos poderão ser obtidas junto às Secretarias de Obras ou de Planejamento dos municípios da AID.

- Concessionária de Energia Elétrica – CELPA

Prevê-se o estabelecimento de parceria com a CELPA para o monitoramento de novas ligações de energia elétrica para fins residenciais. Essa informação será base para estimativas de crescimento populacional e de novos locais de ocupação urbana.

Elaboração de projetos de campanhas periódicas de divulgação

Este Programa prevê campanhas de comunicação específicas, para dar suporte às ações propostas. Todas essas atividades serão implementadas em parceria com o Programa de Interação Social e Comunicação.

Para isso são previstas duas frentes básicas de atuação:

- Implantar campanhas de comunicação em terminais rodoviários

O propósito dessa campanha é a produção de material gráfico a ser fixado em todos os terminais rodoviários dos municípios da AII, além de duas campanhas mais intensas nos terminais de Santarém (portuário e rodoviário) e Marabá (rodoviário), com informações sobre o empreendimento e demandas, bem como indicação das localidades que contam com Balcões de Atendimento, para recepção de migrantes e devidos encaminhamentos. Os dois municípios configuram-se como importantes “portas de entrada” da região. O material gráfico será fixado principalmente junto a guichês de empresas que atendem direta ou indiretamente a região, e deverá conter o telefone de informações gratuito, além da

indicação dos Balcões de Atendimento e informações básicas de orientação aos possíveis candidatos, como a não contratação direto nos canteiros de obras e a não necessidade de se deslocar à região de imediato.

- Atuação junto aos serviços de recrutamento e seleção de trabalhadores

Deve-se atuar junto a estes serviços para que divulguem e orientem os trabalhadores a, caso tenham interesse em se candidatarem a postos de trabalho no empreendimento, procurarem os postos do SINE mais próximos de suas localidades de moradia, onde poderão preencher fichas de candidatura a postos nas obras em questão ou a qualquer outra colocação encaminhada por este serviço. Deve-se orientar aos trabalhadores que não se desloquem à região do empreendimento antes da convocação, evitando custos com o deslocamento e outros transtornos.

Em todas as campanhas de comunicação deverá ser amplamente divulgado o número da central telefônica, com ligações sem custos para o usuário (0800), que fornecerá informações do empreendimento, localização dos Balcões de Atendimento, e outras orientações, visando com isso contribuir para a redução do afluxo de pessoas para a região.

Etapa de Desmobilização

Na etapa de desmobilização serão mantidos os bancos de dados e suas alimentações periódicas, de forma a proceder ao monitoramento das informações, acompanhamento da população monitorada e, ainda, fornecer orientações já que neste momento, a demandas já apresentará sinais consideráveis de redução.

Nessa etapa serão especialmente monitorados os dados referentes a:

- Contratações e demissões nas empresas contratadas pela UHE Belo Monte;
- Domicílios e residentes, por município, com base na pesquisa Contagem da População do IBGE;
- Matrículas e evasões em escolas das redes pública e privada;
- atendimentos na rede pública de saúde;
- Beneficiários de programas sociais;
- Procura por programas sociais;
- Encaminhamentos realizados pelas Secretarias de Promoção Social, especialmente em relação a benefícios para o deslocamento da população para outros municípios, no caso de retorno ao local de origem após o término dos trabalhos.

Esses dados possibilitarão o acompanhamento das oscilações da população residente provocadas pela desmobilização das atividades de construção da UHE Belo Monte subsidiarão análises sobre a fixação da população migrante.

7.1.10. Apresentação dos Resultados/Produtos a Serem Gerados

Os resultados obtidos através do sistema de Monitoramento da População Migrante serão periodicamente publicados em relatórios com períodos pré-estabelecidos.

Serão gerados diferentes tipos de relatórios, conforme conteúdo e periodicidade, a saber:

- Relatórios Mensais, de Acompanhamento;
- Relatórios Trimestrais, de Análise;

- Relatórios Anuais, de Monitoramento de Dados e Análises.

Os Relatórios Mensais, de Acompanhamento, conterão uma base de dados e informações obtidos e atualizados no período. Terá como objetivo condensar as informações mensais em planilhas mensais, para subsidiar análises de períodos, que serão apresentadas em outros relatórios.

Os Relatórios Trimestrais, de Análise, conterão além dos dados do período, os dados mensais dos meses agregados, sua análise, avaliações e considerações. Os relatórios poderão conter comparativos com períodos anteriores, trimestrais ou com outra agregação demandada e possibilitada por Estudos e Relatórios anteriores, desde que subsidiados pela base de dados do sistema.

Os Relatórios Anuais, de Monitoramento de Dados e Análises, terão uma abrangência maior, desenvolvendo as diversas tabulações necessárias a uma eficiente análise de períodos maiores, anuais ou superiores, conforme a demanda em função do estágio das obras e do acompanhamento. Permitirão a visualização mais ampla dos dados monitorados, objetivando uma apreensão dos movimentos migratórios na região a mais próxima possível da realidade.

Os indicadores que serão utilizados, as fontes de informações e sistemas implantados serão descritos no item **7.1.13. Avaliação e Monitoramento**.

Com a estrutura de relatórios proposta, os estudos de análise e compilação de dados serão realizadas apenas nos relatórios trimestrais e anuais. Os relatórios mensais conterão apenas quantitativos absolutos e proporcionais, sem agregações e análises.

Prevê-se que, ao final das obras e com o encerramento do Programa, seja realizada uma compilação, com análises e estudos de conclusão e fechamento do Programa, com os resultados obtidos, considerações e apontamentos que se façam necessários.

7.1.11. Equipe Técnica Envolvida

Para o desenvolvimento das ações propostas, estima-se que a equipe técnica envolvida diretamente no Programa deva ser composta por 46 profissionais, sendo dois responsáveis pela coordenação das atividades. Inicialmente, deverão ser contratados e receber treinamento apropriado os profissionais envolvidos nas atividades de implantação e manutenção dos balcões de atendimento e organização do banco de dados. Os profissionais responsáveis pelo monitoramento dos dados primários e secundários, que auxiliarão no monitoramento da população migrante, poderão integrar a equipe ao final do primeiro semestre da etapa de construção do empreendimento. Recomenda-se a contratação imediata de um profissional de nível sênior ou pleno para a coordenação geral do Programa e de um profissional de nível pleno para a coordenação do monitoramento da população migrante.

As equipes dos balcões fixos e do móvel terão a mesma formação: um profissional de nível superior júnior, dois de nível técnico ou estagiários de nível superior, para a realização dos cadastros. Também está prevista a contratação de um agente social para cada equipe, profissional de nível fundamental, responsável pelo ordenamento do atendimento do público. Esse colaborador deverá, sempre que necessário, informar o público sobre o acesso à Secretaria de Promoção Social e Trabalho, sobre a estrutura de atendimento de saúde presente no município e sobre serviços prestados pelo SINE.

O organograma sugerido para a composição da equipe está representado pela **FIGURA 7.1.11-1**.

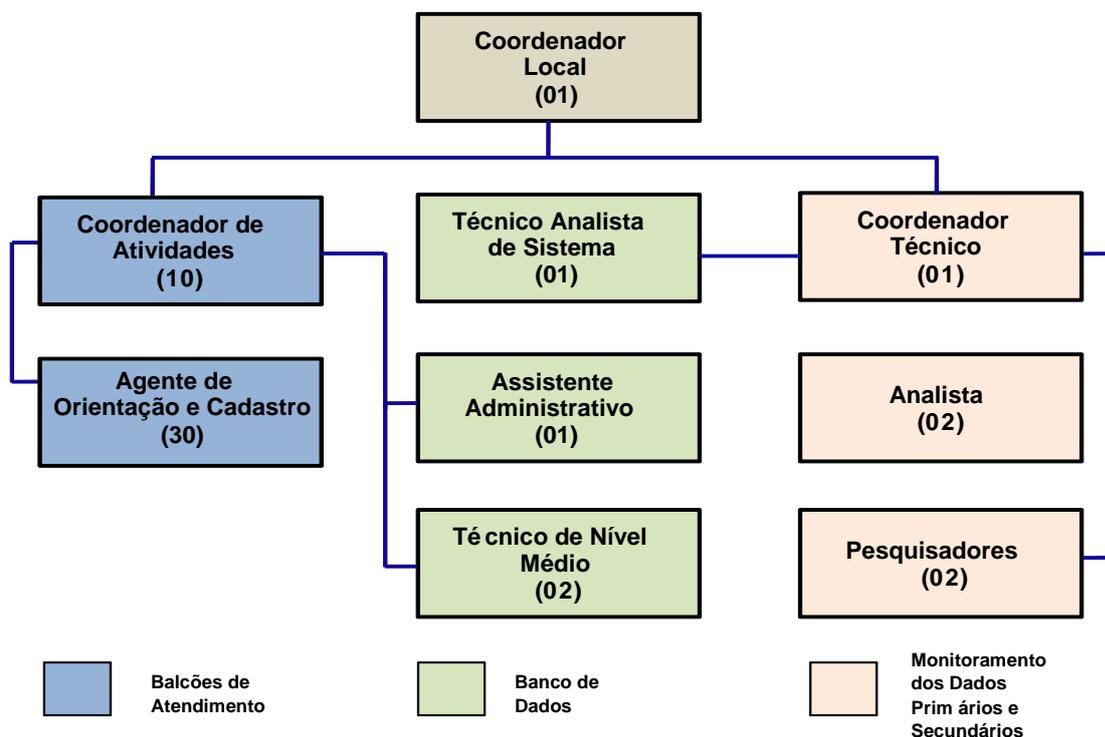


FIGURA 7.1.11-1 - Organograma da Equipe Técnica

Conforme exposto anteriormente, cada Balcão de Atendimento contará com dois estagiários e um técnico júnior. A organização do banco de dados será desenvolvida por um técnico pleno e dois estagiários, responsáveis pela alimentação do banco de dados a partir das informações obtidas nos balcões. As formações profissionais preferenciais para cada colaborador estão descritas no **QUADRO 7.1.11-1**, considerando-se também adequadas formações correlatas às expostas.

QUADRO 7.1.11-1
Descrição da Equipe Técnica

Atividades	Quantidade	Categoria Profissional	Formação Profissional
Coordenação Local do Programa	01	Técnico de Nível Superior	Serviço Social, Ciências Sociais, Geografia, Economia.
Coordenação do Monitoramento da População Migrante	01	Técnico de Nível Médio	Serviço Social, Ciências Sociais, Geografia, Economia.
Balcões de Atendimento	10	Técnico de Nível Médio	Serviço Social, Ciências Sociais, Geografia, Economia, Psicologia, Comunicação Social.
	30	Técnico de Nível Médio	Ensino Médio
Organização e Alimentação de Banco de Dados	01	Técnico de Nível Médio	Análise de Sistemas, Ciências Sociais, Serviço Social, Estatística.
	03	Técnico de Nível Médio	-
Monitoramento de Dados Primários e Secundários	04	Técnico de Nível Médio	Economia, Ciências Sociais, Geografia, Estatística, Administração.

No transcurso do desenvolvimento do Projeto, podem ocorrer oscilações na demanda pelos serviços em virtude de afluxos populacionais maiores do que o esperado, devendo-se redimensionar a equipe técnica envolvida sempre que necessário.

7.1.12. Interface com outros Planos, Programas e Projetos

O Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante possui interface com os seguintes Programas:

- Programa de Acompanhamento Social

A partir dos Balcões de Atendimento serão percebidas possíveis situações de vulnerabilidade social que, se confirmadas, serão objeto do Programa de Acompanhamento Social, responsável pelo atendimento às pessoas vulneráveis.

A interface se operacionaliza da seguinte forma:

1. Os Agentes de orientação e cadastro que trabalham nos balcões de atendimento durante o preenchimento da ficha cadastral caracterizam a situação de vulnerabilidade do cadastrado e/ou de seus familiares;
2. A seguir encaminha essa (s) pessoa (s) para o Centro de Recepção e Triagem do Programa de Acompanhamento Social;
3. No Centro de Recepção e Triagem é feita entrevista, definida a situação e dado encaminhamento para atendimento específico às necessidades levantadas;
4. Após encaminhamento O Centro de Recepção inclui no banco de dados integrado a solução encontrada para o caso, ficando registrado na ficha cadastral daquela pessoa o atendimento/encaminhamento realizado.

- Programa de Interação Social e Comunicação

O Programa de Interação Social e Comunicação tem papel fundamental na divulgação nos diversos meios de comunicação da importância dos interessados em obter informações sobre o empreendimento dirigirem-se aos balcões de Atendimento e Orientação para realizar seu cadastro.

Tem, ainda, duas outras interfaces importantes. A primeira diz respeito à atuação conjunta em bem informar a população migrante e residente, disponibilizando nos balcões folhetos, cartilhas e demais informações acerca da UHE Belo Monte. A segunda refere-se à divulgação prévia do roteiro percorrido pelo Balcão Móvel, o que já vem ocorrendo com resultados bastante positivos para o Programa.

Está prevista a realização de Campanhas de Comunicação conjuntas em diferentes níveis, locais e regionais para disseminação de informações importantes, emissão de alertas, entre outros.

- Programa de Educação Ambiental

Campanhas educativas para públicos variados realizadas pelo Programa de Educação Ambiental poderão vir a utilizar os Balcões de Atendimento para divulgação de ações junto à população migrante. Assim, poderão ser disponibilizados nos balcões folhetos informativos e educativos de interesse específico.

- Programa de Capacitação da Mão de Obra

O Programa de Capacitação da Mão de Obra tem interface direta com os Balcões de Atendimento, uma vez que parte dos inscritos nos balcões deverão ser encaminhados, para treinamentos ou, aqueles que apresentarem perfil profissional requerido, para preenchimento de vagas de emprego disponíveis. A equipe executora do Programa de Capacitação deverá receber permanentemente as informações profissionais dos candidatos constantes no banco de dados elaborado a partir do cadastro efetuado nos Balcões de Atendimento.

Desta forma, será necessário disponibilizar-se nos balcões as informações sobre a etapa construtiva, perfil requerido para as funções a serem desempenhadas, os postos de trabalho gerados e os treinamentos e cursos de capacitação disponibilizados pelo construtor e outras empresas vinculadas à obra, de forma a permitir melhor direcionamento dos inscritos e interessados para treinamentos (no caso de não possuírem a habilitação profissional requerida) ou diretamente para o construtor para possível preenchimento de postos de trabalho.

Pelos dados das Fichas Cadastrais, os Agentes de Orientação e Cadastro procedem ao levantamento de histórico de trabalho, obtendo o perfil profissional do candidato e verificando o que é declarado como área de interesse. Também se verifica se o candidato já possui habilitação profissional compatível com as funções demandas nas obras do empreendimento. Se estiver habilitado, poderá ser encaminhado e aproveitado diretamente. Caso não possua habilitação suficiente, é encaminhado para os cursos e treinamentos disponibilizados pelo empreendedor.

Os critérios para encaminhamento ao empreendedor ou para os cursos e treinamentos obedecem à seguinte especificação:

- Ter no mínimo 18 anos;
- Saber ler e escrever, desejável fundamental completo;
- Portar toda a documentação pessoal;
- Obedecer-se rigorosamente a ordem de inscrição nos balcões de atendimento.

Ao final do treinamento deverá ser informada a situação do treinando:

- Concluiu com suficiência;
- Concluiu com insuficiência (retido);
- Evadiu-se (apresentou no início e não mais compareceu);
- Desistiu.

Estes dados são inseridos no cadastro do candidato e acompanhados para efeito de monitoramento de sua situação pessoal.

- Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

A principal interface entre os dois Programas é a integração do Banco de Dados do programa de orientação e Monitoramento da População Migrante com o Banco de Dados do programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, para fins de Monitoramento do cumprimento das metas estabelecidas no primeiro programa.

Também, na mão inversa da informação, os dados de Monitoramento social e econômico dos municípios poderão ser repassados ao Monitoramento da População Migrante no que se refere ao afluxo populacional, fazendo inclusive sugestões para melhoria do programa em questão.

- Programa de Desmobilização da Mão de Obra

A interface principal se dá na orientação e encaminhamento dos trabalhadores desmobilizados pelas obras.

7.1.13. Avaliação e Monitoramento

Avaliação

A avaliação será realizada a partir do cumprimento das metas estabelecidas consignadas nos relatórios. São propostos relatórios de acompanhamento regular dos registros efetuados nos balcões, com periodicidade mensal, relatórios trimestrais condensando os dados e informações do período, contendo análises parciais e relatórios anuais, contendo estatísticas, análises e comparações necessárias. Esses relatórios devem subsidiar o acompanhamento do empreendedor sobre os processos migratórios assistidos durante execução das obras, a saber:

- Relatórios de Implantação dos Balcões de Atendimento Fixo e de Balcão Móvel, verificado o cumprimento dos cronogramas de implantação e realização de reuniões periódicas.
- Relatórios acusando “alertas” sobre situações agudas e suficiência do número de balcões implantados, apontando a necessidade de novas estruturas nas mesmas ou em outras localidades, quando for o caso.

- Relatórios de encaminhamento de casos sociais para o Programa de Acompanhamento Social;
- Relatórios contendo o número de cadastrados encaminhados para o Programa de Acompanhamento Social com registro da forma de atendimento;
- Relatórios de encaminhamento de cadastrados ao Programa de Capacitação de Mão de Obra:
 - Número de pessoas treinadas
 - Número de pessoas admitidas diretamente nas obras

Monitoramento

A etapa de Monitoramento terá início ao final do primeiro ano de construção do empreendimento, momento no qual os dados permitirão conhecer o incremento populacional total da unidade territorial analisada, resultante tanto do afluxo de migrantes quanto do crescimento vegetativo da população residente, momento em que começarão a ser produzidas pelas instituições as informações abaixo descritas e que constituem parâmetro para ações de monitoramento de afluxos populacionais.

Deverá produzir comparações e análises de modo a permitir medições da expansão da população residente e conhecer suas características, possibilitando informar poderes públicos locais sobre as necessidades de expansão dos serviços de atendimento à população, decorrentes das alterações socioespaciais provocadas pelo incremento do afluxo populacional.

Este monitoramento tem seu escopo direcionado aos municípios da AID por serem as localidades onde estão previstas a realização das obras e demais intervenções. Desta forma, através do estabelecimento de convênios ou acordos, quando necessário e após a obtenção da Licença de Instalação – LI, para a obtenção dos dados oficiais se dará a organização e análise dos dados coletados pelas fontes secundárias, primárias e em pesquisas amostrais, comporão o Banco de Dados que permitirá ao Sistema de Monitoramento proceder a análises quantitativas concernentes ao volume do afluxo populacional e informações qualitativas que permitam caracterizar a situação da população migrante.

Dentre os indicadores previstos para o acompanhamento podemos citar:

- Número de cadastros de migrantes;
- Número de cadastros de residentes locais;
- Número total de cadastrados contratados;
- Número de cadastrados contratados pelas obras do empreendimento;
- Número de cadastrados contratados por outros setores;
- Número de migrantes encaminhados à sua cidade de origem;
- Número de novos domicílios;
- Número de atendimentos em hospitais, prontos-socorros e unidades básicas de saúde; (*)
- Número de novas matrículas escolares efetuadas; (*)
- Número de alunos que solicitaram matrículas e não foram atendidos por ausência de vagas; (*)
- Número de famílias que solicitaram benefício de programas sociais;
- Número de beneficiários de programas sociais;
- Número de ligações de energia elétrica para fins residenciais. (*)

(*) Indicadores que provavelmente possuem informações por localidade e/ou comunidade

Estes indicadores serão compilados, acompanhados e analisados, apresentando-se os resultados obtidos em relatórios trimestrais e anuais. Os indicadores deverão ser

apresentados de forma desagregada, discriminando-os por localidades e comunidades da AID, sempre que possível.

7.1.14. Responsável pela Implementação

A responsabilidade pela implementação deste Programa será do empreendedor, podendo estabelecer convênios e parceria com as administrações municipais, empresas públicas, organizações sociais expressivas, como os serviços nacionais de apoio à indústria, ao comércio e a empresas, que atuem na região (Sistema “S”). É prevista, igualmente, parceria com o SINE (Serviço Nacional de Empregos) através de seus escritórios.

7.1.15. Cronograma Físico

O presente programa deverá ser implantado de imediato, já na etapa de planejamento do empreendimento, de modo que já esteja em vigor quando tiver início a construção da UHE Belo Monte, e deverá se estender, pelo menos, até o quarto ano das obras, período em que deverão se concentrar as ofertas de emprego. A partir de então, espera-se a diminuição da quantidade de contratações e, conseqüentemente, o decréscimo do afluxo populacional para os municípios do entorno. Ao final do quarto ano de vigência do programa, deverá ser avaliada a necessidade de sua continuidade.

A seguir, é apresentado o cronograma físico de implantação do Programa.

7.1.16. Profissionais Responsáveis pela Elaboração do Programa ou Projeto

Luciano Mouassab Chalita - Arquiteto e Urbanista
CREA/SP 5060450269
Registro IBAMA nº 5080624

André Torres – Sociólogo
Registro Profissional MTb. 356
Registro IBAMA nº 99.336

Flora Mello Gallina – Geógrafa
CREA nº 5062523810
Cadastro Técnico Federal IBAMA: 1572072

Vera Bussinger – Filósofa
Registro IBAMA 5062466

7.1.17. Referências Bibliográficas

LEME, 2009. Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte.

IBGE, 2007. Região de Influência das Cidades – REGIC.

IBGE, 2007. Contagem Populacional.

IBGE, 2009. Projeção Populacional.

7.1.18. Anexos

ANEXO I - Registro fotográfico – Instalação de Balcões de Atendimento nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu.

BALCÕES DE ATENDIMENTO - ALTAMIRA - SINE



AGENTES DE VITÓRIA DO XINGU



SALA DE COORDENAÇÃO E CONTRATADOS



BALCÃO MÓVEL



ESTÁDIO NICIA RIBEIRO EM ALTAMIRA



IMÓVEL PARA LOCAÇÃO EM ALTAMIRA



ANEXO II - Ficha de Entrevista para Balcões de Atendimento

Município:	Balcão de Atendimento nº:	Ficha nº
Nome do Pesquisador:		Data: / /
() Migrante () Residente		
Dados Pessoais		
Nome:		Gênero: () F () M
Nome da Mãe:		Data de Nascimento / /
Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a)		Nacionalidade:
Residente		
Endereço:		
	Nº	Compl. Bairro:
Município:	CEP:	() Zona Rural () Zona urbana
Telefone 1: ()	Telefone 2: ()	e-mail:
Não Residente:		
Local de origem:		UF: () Zona Rural () Zona urbana
Endereço Transitório:		
	Nº	Compl. Bairro:
Município:	CEP:	() Zona Rural () Zona urbana
Telefone 1: ()	Telefone 2: ()	e-mail:
Há quanto tempo está na Cidade?		Onde?
Você é o principal responsável pelo sustento da família? () Sim () Não		
Documentação:		
CPF: Nº posso/perdi		() Não
RG Nº posso/perdi		Órgão emissor: () Não
Carteira de Trabalho Nº PIS/NIS posso/perdi		() Não
Título de Eleitor Nº posso/perdi		Zona Seção () Não
Carteira de Habilitação (CNH) Nº		Categoria:

Escolaridade:							
Superior () Completo () Incompleto				E. Médio () Completo () Incompleto			
Técnico () Completo () Incompleto				E. Fundamental () Completo () Incompleto			
Sabe ler e escrever () Sim () Não				() Não Alfabetizado			
Curso:							
Instituição:							
Se frequenta escola qual o curso?				Em que série está?			
Dados Profissionais							
Profissão 1:				Profissão 2:			
Anos de experiência na profissão principal:							
Setor: () Construção Civil () Comércio () Serviços () Indústria () Agropecuária							
Especificar:							
Está empregado atualmente? () Sim () Não				Caso não esteja, há quanto tempo saiu do último emprego?			
Função no último emprego/emprego atual:							
Empresa:							
Rendimento Mensal (Salários Mínimos)	() Até 2	() de 2 a 3	() de 3 a 5	() de 5 a 10	() Mais de 10		
Vínculo Empregatício:	() Contratado CLT	() Autônomo	() Cooperativa	() Sócio/Empresário			
Pretende ser colaborador da UHE Belo Monte? () Sim () Não							
Pretensão Profissional 1:							
Pretensão Profissional 2:							
Pretende desenvolver outra atividade econômica? () Sim () Não							
Se sim, qual?							
Expectativa de rendimento mensal (SM):	() Até 2	() de 2 a 3	() de 3 a 5	() de 5 a 10	() Mais de 10		
Sabe usar programas básicos de informática? () Sim () Não							

Dados Socioeconômicos						
Veio com a família? () Não	() Cônjuge	() Filhos ou dependentes:	() 0 a 6 anos. N° _____	() De 7 a 13 anos. N° _____	() De 14 a 18 anos. N° _____	() Mais de 18 anos. N° _____
Veio com outros parentes? () Não () Sim. Quantos? _____ Fizeram cadastro? () Não () Sim						
Onde hospedado?	() Hotel/Pousada	() Casa de parentes/amigos	() Residência alugada	() Residência própria		
Número de cômodos:	_____ Quartos	_____ Banheiros				
O domicílio dispõe de quais serviços?	() Abastecimento de água	() Coleta de esgoto	() Coleta de lixo		() Energia elétrica	
Serviços e equipamentos urbanos disponíveis no entorno	() Transporte público	() Pavimentação	() Calçamento	() Iluminação pública	() Policiamento	
	() UBS ou Hospital	() Escola pública	() Área de lazer	() Centro comunitário		
É beneficiário de programas sociais? () Não () Sim. Quais? _____						

PARA USO EXCLUSIVAMENTE INTERNO	
Foi encaminhado para Curso de Capacitação de Mão de Obra? () Sim () Não	Data: / /
Curso 1:	
Local:	
Curso 2:	
Local:	
Concluiu o curso? () Sim () Não	
Responsável pelo Encaminhamento:	
Foi contratado? () Sim () Não	Função:

7.2. Programa de Interação Social e Comunicação

7.2.1. Introdução

O presente documento vem detalhar, em atendimento ao disposto no Volume 33 do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Belo Monte, o Programa de Interação Social e Comunicação, parte do Plano de Relacionamento com a População.

Nele está demonstrada a estratégia de implementação deste Programa e sua interface com os demais Planos, Programas e Projetos que compõem o Plano Básico Ambiental. O Programa tem um horizonte de execução de 15 anos, período que compreende as etapas de planejamento, construção e início de operações da UHE – considerando que, segundo a condicionante 2.1 da LP, o trecho de vazão reduzida do rio Xingu deverá ser objeto de um robusto monitoramento por um período mínimo de 6 anos após a entrada em operação à plena carga da casa de força principal, o que obrigatoriamente inclui ações de comunicação social neste trecho.

Parte das ações de comunicação já vem sendo executada desde o início dos estudos que culminaram na elaboração do EIA-Rima e, posteriormente, nas Licenças Prévia e de Instalação de Canteiros, emitidas pelo Ibama; ou seja, em toda a etapa de planejamento. Estas ações iniciais foram norteadas pelo Plano de Comunicação e Interação Social (PCIS) – cuja versão inicial foi elaborada no primeiro semestre de 2006.

Pelo seu caráter transversal, o Programa de Interação Social e Comunicação definem estratégias que favoreçam o relacionamento com as populações das áreas Diretamente Afetadas (ADA), de Influência Direta (AID) e de Influência Indireta (AII) definidas no EIA-Rima, fazendo interface com os demais planos, programas e projetos constantes do PBA, aos quais presta apoio.

Para tanto, são estabelecidos mecanismos que garantam a essas comunidades estarem cientes de seus direitos e devidamente informadas sobre o processo de implantação do empreendimento e seus impactos socioambientais. Assim, a evolução da sua percepção, periodicamente monitorada, será um termômetro da integração do corpo técnico com as necessidades locais e regionais, numa via de mão dupla que permite o aprimoramento das ações previstas no PBA.

7.2.2. Justificativa

Como todo empreendimento de infraestrutura, a UHE Belo Monte vai promover impactos que acarretarão alterações no modo de vida das populações das AID, ADA e AII, ao longo das etapas de planejamento, construção, formação dos reservatórios e operação. Em maior ou menor grau, essas mudanças provocam sentimentos de ansiedade, insegurança e incertezas quanto ao futuro.

Entre os impactos com esse potencial de interferência no cotidiano das populações, e identificados no EIA-Rima, estão: a atração de grande contingente de trabalhadores para região; a instalação e a operação de canteiros de obras e alojamentos para trabalhadores; a mudança na dinâmica econômica dos municípios; o processo de deslocamento compulsório e reassentamento de famílias na área rural e urbana; além das alterações previstas no ambiente natural.

As interferências vão lidar, ainda, com interesses nem sempre convergentes dos diversos atores sociais que atuam nas áreas citadas, uma vez que o processo de implantação da UHE Belo Monte terá interfaces tecnológicas financeiras e ambientais.

Partindo desta realidade, a viabilização sociopolítica do empreendimento tem caráter estratégico e requer o estabelecimento de uma dinâmica de interação e negociação social para compatibilizar os efeitos benéficos e adversos - e correspondentes medidas mitigadoras associadas à UHE Belo Monte -, com os múltiplos interesses e direitos dos grupos sociais envolvidos diretamente com o empreendimento.

Neste contexto o Programa de Interação Social e Comunicação se constitui num mecanismo de facilitação da condução do processo de interação e negociação, já instalado desde o início da etapa de planejamento. É facilitador na medida em que proporciona a informação que vai gerar o conhecimento sobre as diferentes etapas de condução do empreendimento, a partir do qual os indivíduos podem formar opinião e se posicionar. Adicionalmente, a comunicação representa, também, o exercício da responsabilidade social pelo empreendedor frente à sociedade em geral e aos atingidos em particular.

As populações alvo deste programa são aquelas descritas nas ADA, AID e AII – com concentração de atenção na ADA e AID. Entretanto, por se tratar de um empreendimento de interesse nacional, considera outros públicos em âmbito regional e nacional.

7.2.3. Objetivo

O objetivo deste Programa é a construção de estratégias de comunicação com a comunidade, constituindo parcerias e negociação em busca de consenso entre os diversos públicos envolvidos na implantação da UHE Belo Monte.

Como objetivos específicos estão:

- Estabelecer canal de comunicação permanente entre o empreendedor e a sociedade.
- Habilitar os atores sociais para a participação efetiva nas negociações nas várias etapas de implantação do empreendimento.
- Promover o debate sobre os principais temas da gestão socioambiental do empreendimento.
- Prover de informação a população afetada, os segmentos institucionais, os representantes de movimentos sociais organizados e a sociedade em geral sobre o projeto, os impactos dele decorrentes e sobre os compromissos assumidos pelo empreendedor.
- Dar suporte à implementação dos demais planos, programas e projetos ambientais a serem executados pelo empreendedor.

7.2.4. Metas

Quanto aos objetivos referentes ao estabelecimento de estratégias de comunicação, num processo ordenado entre o empreendedor e a sociedade, as metas estabelecidas referem-se a:

- Identificar percepções das diversas Partes Interessadas (PIs).
- Planejar e atualizar a estratégia de comunicação e interação social.
- Produzir ações / materiais de comunicação previstos, conforme o planejamento apresentado nos itens referentes às atividades desenvolvidas e cronograma.
- Estabelecer diálogo social de qualidade, acessível e transparente,
- Acompanhar e atender as demandas de apoio na interação com as comunidades locais por parte dos profissionais envolvidos na implementação dos planos, programas e projetos do PBA.
- Capacitar os diversos profissionais envolvidos com o processo de implementação da UHE Belo Monte em sua interação com as comunidades locais.

7.2.5. Etapas do Empreendimento nas Quais Deverá ser Implementado

O Programa de Interação Social e Comunicação referem-se a todas as etapas do empreendimento: planejamento, implantação e operação. O mesmo já foi, portanto, iniciado na fase dos estudos técnicos e socioambientais para a etapa anterior do Licenciamento Ambiental, de acordo com o Plano de Comunicação e Interação Social traçado. O mesmo Programa tem continuidade, agora, nas demais etapas de implantação do empreendimento.

7.2.6. Área de Abrangência

As áreas de abrangência deste Programa referem-se às áreas relativas ao Meio Socioeconômico do EIA-Rima, identificadas como: Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII) – com concentração de esforços, no entanto, na ADA e AID.

7.2.7. Base Legal Normativa

No que se refere ao atendimento legal e normativo, tanto a Constituição Federal quanto a legislação ambiental orientam sobre o direito à informação e a realização de ações de comunicação em processos de licenciamento ambiental:

- Resolução CONAMA Nº 422/2010*
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=622>> - "Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências." - Data da legislação: 23/03/2010 - Publicação DOU nº 56, de 24/03/2010, pág. 91.
- Lei 9.795, de 27/4/1999. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.
- Lei 10.650, de 16/4/2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama.

- A Constituição da República Federativa Brasileira (1988) atribui atenção especial ao tema do Meio Ambiente Título VIII, da Ordem Social, Capítulo VI, do Meio Ambiente, artigo 225, além de outros nove dispositivos esparsos: artigo 5, LXXIII; artigo 20, II; artigos 23 e 24; artigo 129, III; artigo 170 VI; artigo 186, II; artigo 200, VI, VII e VIII; artigo 216, V, parágrafo 1, e artigo 220).

Conforme destacado no documento *Processos de Interação do Setor Elétrico Brasileiro com a Sociedade*: “O direito à informação é a regra na CF (artigo 5, inciso XXXIII). A exceção é o sigilo “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”, que deverá constar em lei, face o princípio da legalidade (art. 5, XXXII, CF). Conexo ao direito de informação, está o direito de petição e de obter certidões (art. 5, XXXIV, “a” e “b”, CF). Em matéria ambiental, o princípio é o mesmo e a exceção diz respeito ao sigilo industrial (Lei 6938/81, artigo 9, III, e art. 11, parágrafo 2 da Resolução CONAMA nº 001/86).

- Resolução Conama nº 001, de 1986 (sobre elaboração de Planos e Programas); Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997; e Resolução Conama nº 6, de 16 de setembro de 1987: dispõem sobre licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica.
- Resolução Conama nº 9, de 03 de dezembro de 1987: dispõe sobre a realização de audiências públicas.

7.2.8. Metodologia

A Metodologia utilizada para o planejamento e implementação deste Programa de Interação Social e Comunicação está baseada na participação social, sendo sustentada e sedimentada pelos seguintes princípios básicos:

- Construção de processo socioparticipativo, mediante o desenvolvimento de ações de caráter informativo e educativo.
- Fortalecimento das comunidades locais e das organizações da sociedade.
- Construção, ampliação e manutenção dos canais de interlocução entre empreendedor e população.
- Transparência e acesso às informações referentes ao empreendimento, estudos e ações inerentes ao processo de licenciamento ambiental.
- Respeito e adequação ao contexto socioambiental, por meio da capacitação do corpo técnico em práticas ambientalmente adequadas e socialmente responsáveis.
- Valorização dos produtos e prestadores de serviço locais, buscando, inclusive, elevar a qualidade dos serviços para atendimento das demandas e integrar os profissionais às atividades e ações da UHE Belo Monte. Nesse sentido, a equipe de agentes de comunicação e interação social é constituída, basicamente, de profissionais da região, assim como a impressão de peças de comunicação prioriza as gráficas locais.

Público-Alvo

Tendo como objetivo a interação entre o empreendedor e os múltiplos grupos de interesse que atuarão ao longo das etapas de estudo e implementação do empreendimento, o Programa foi estruturado para atender os seguintes públicos-alvos:

- institucional;
- organizações não governamentais e associações de classe;
- comunidades diretamente afetadas;
- formadores de opinião nos âmbitos local, regional;
- empreendedores e profissionais / trabalhadores envolvidos na implementação dos Planos, Programas e Projetos do PBA.

O público institucional engloba os representantes do poder público local, dos municípios da All e, em especial, os cinco municípios integrantes da AID (Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Brasil Novo) incluindo prefeituras, secretarias municipais, câmara de vereadores, além de órgãos estaduais e federais que atuam nos municípios e que, direta ou indiretamente estarão envolvidas na implantação das medidas mitigadoras propostas.

As organizações não governamentais e associações de classes englobam representantes de diversas entidades e movimentos sociais organizados que atuam na região, os quais poderão interagir com o empreendedor e com os outros públicos apontados neste Programa (colônia de pescadores, associações de produtores rurais; associações comerciais, organizações ambientalistas, Consórcio Belo Monte, entre outros).

A população a ser diretamente afetada é composta por: proprietários rurais e urbanos, ocupantes, trabalhadores dos imóveis rurais e urbanos, total ou parcialmente afetados pela implantação do empreendimento; proprietários e trabalhadores do ramo oleiro/cerâmica que poderão ser afetados por perda de fontes de matéria prima e/ou das unidades de produção; pequenos e micro empresários da área diretamente afetada nos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, na cidade de Altamira, que terão suas atividades alteradas em função da formação do reservatório; moradores das zonas urbana e rural próximas das áreas afetadas.

Registra-se, ainda, que no caso do grupo de formadores de opinião, como os veículos de comunicação, entre outros, o Programa vai atuar, predominantemente, no acompanhamento de suas ações – gerando subsídios para a atualização da estratégia de ação e planejamento. No que se refere aos empreendedores e profissionais / trabalhadores envolvidos na implementação dos Planos, Programas e Projetos do PBA, os objetivos são: oferecer capacitação em sua interação com as comunidades locais, no que se refere aos aspectos socioambientais e atitude em campo; fornecer e atualizar informação sobre o andamento do processo; apoiar suas necessidades de comunicação e interação social (sob demanda).

Linhas de Ação

O Programa é constituído por quatro grandes linhas de ação, às quais estão subordinadas as diversas atividades propostas, de acordo com o Plano de Comunicação e Interação Social (PCIS) que vem sendo desenvolvido desde a etapa inicial de planejamento, a partir dos estudos de viabilidade socioambiental e técnica:

- Linha de Ação 1:
Mapeamento, acompanhamento dos públicos alvo e monitoramento da estratégia de ação, com o objetivo de identificar os diversos públicos de interesse, assim como suas percepções e demandas por informação, para elaborar, implementar e continuamente aprimorar estratégia de interação e comunicação social.
- Linha de Ação 2:
Definição de dinâmicas e ferramentas de Comunicação e Interação Social, com o objetivo de produzir e aplicar os instrumentos adequados ao processo de comunicação e interação social e apoiar os demais Planos do PBA.
- Linha de Ação 3:
Acompanhamento e atendimento às demandas de apoio na interação com as comunidades locais por parte dos profissionais envolvidos na implementação dos Planos, Programas e Projetos do PBA.
- Linha de Ação 4:
Capacitação de interlocutores, com objetivo de capacitar (aspectos socioambientais, atitude em campo e informação sobre o processo) os diversos profissionais envolvidos no projeto para interação com as comunidades locais.

Ações desenvolvidas

As ações desenvolvidas objetivam assegurar meios para que, ao longo da execução do Programa, sejam criadas condições para o estabelecimento de um processo socioparticipativo. Para tanto, é necessário trabalhar a isenção e veracidade da informação que se deseja transmitir aos atores e a relação de respeito às diferenças - e aos pontos de vista de cada segmento social envolvido - fundamental para acolher as percepções a partir do contraditório entre as partes.

Essencialmente, a dinâmica dos encontros entre os atores deve permitir sempre um ambiente de inclusão política e social para que todos os segmentos, organizados ou não, possam trazer à mesa as suas opiniões. Para alcançar esse objetivo, o Programa é composto por um conjunto de ações transversais que exercitam a capacidade de troca entre os responsáveis pela formulação dos estudos e aqueles que, objeto dos estudos, são informados do andamento de tais atividades, assim como do conteúdo das informações geradas.

Considera-se a realização de eventos de caráter informativo sobre o processo e o empreendimento, bem como encontros e reuniões entre o corpo dirigente e técnico do empreendimento e a população, para que a manifestação de compromisso e o estabelecimento de relação de confiança no processo participativo possam ir acontecendo momento a momento, nas diferentes fases do licenciamento. Deste modo, espera-se criar a base para o estabelecimento da troca entre os diferentes atores, com a consolidação de canais de comunicação e de interação que se formarão pelo exercício político.

Este exercício será sempre mediado pela ação direta entre os agentes de comunicação e a comunidade, durante a visita às casas. O espaço político de construção desta interação social será o de reuniões a serem pactuadas com cada uma das comunidades abrangidas pelo Programa. Nesse sentido, toda ação de campo realizada por pesquisadores ou para implementação de ações antecipatórias ou das obras previstas deverá ser previamente

integrada à agenda dos agentes, para que estes e a população possam ter conhecimento de cada passo do processo, de cada decisão e das questões respondidas.

Para garantir que a troca e a construção de conhecimento sejam amplas é preciso que as ações de comunicação trabalhem sempre uma abordagem sistêmica, capaz de integrar as diferentes percepções, os múltiplos aspectos que envolvem um processo de licenciamento desta natureza. A abordagem, mediada pela busca de linguagem acessível a todos os segmentos, deverá fortalecer, reconhecer e valorizar as diferentes dinâmicas sociais existentes.

Para potencializar o efeito de ações de caráter educativo, a comunidade escolar, formal e não formal, deverá ser envolvida por meio de ações específicas. Este segmento possui uma condição natural de formar e multiplicar opiniões sobre o debate, por isso, esta agenda trabalhará as informações de modo que a comunidade possa se apoderar dos diferentes conhecimentos na sua prática diária. O resultado esperado é ter ampliado o acesso e a apropriação das informações geradas no processo, alimentando o controle social.

A democracia e a participação social exigem que o Programa seja viabilizado por uma estratégia que valorize a inclusão social e assegure os direitos fundamentais das comunidades. Assim, as informações geradas deverão garantir sempre a participação na discussão, formulação, implantação, fiscalização e avaliação das políticas decorrentes do processo de desenvolvimento do empreendimento na região. Esta política fortalecerá a construção de valores comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social e com o apoio à sociedade na busca de um modelo de desenvolvimento regional que busque a sustentabilidade da comunidade no plano local.

O Programa alimentará gradativamente o empoderamento dos diferentes grupos sociais para intervir de forma qualificada nos processos decisórios sobre o acesso aos recursos naturais e os seus diferentes usos. A prática deste exercício deverá ir, sempre, além da mera disponibilização das informações. As ações previstas serão direcionadas para buscar o diálogo e o encontro com as propostas, campanhas e programas governamentais em âmbito nacional, estadual e local, fortalecendo-os e sendo também por eles fortalecido.

Todo o trabalho será apoiado em um leque de instrumentos de comunicação, tais como folders, cartilhas, volantes, apresentações em ppt, maquete física do empreendimento, peças de divulgação dos eventos, entre outros demandados no desenvolvimento das etapas do processo.

7.2.9. Atividades a Serem Desenvolvidas

O Programa de Interação Social e Comunicação está baseado nas quatro grandes linhas de ação descritas na Metodologia e integrantes do Plano de Comunicação e Interação Social (PCIS), às quais estão subordinadas as diversas atividades a serem desenvolvidas.

Para fins de contextualização, apresentam-se, neste item, por linha de ação, as ações gerais que deverão ser postas em prática. No entanto, já se apresenta no **Anexo A** um detalhamento das ações para atender às demandas dos diferentes Planos, Programas e Projetos do PBA. Mais à frente, no item 7.2.16, a distribuição no tempo destas demandas se reflete no cronograma apresentado.

Cabe ressaltar que, a despeito de serem detalhadas as demandas necessárias pelos programas e projetos específicos, na prática, sempre se busca otimizar os instrumentos de

comunicação para informar diferentes temas a determinado público alvo - conforme procedimento já em curso pela equipe de comunicação e interação social . Por exemplo, para o Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande, sempre que possível, atividades como reuniões e materiais informativos deverão abordar resultados dos monitoramentos dos dispositivos de transposição de forma integrada com aqueles das condições de navegação e condições de vida da população, bem como já apresentar e discutir possíveis soluções para garantir a navegabilidade no trecho de vazão reduzida.

As ações de comunicação social para apoiar o programa de Educação Ambiental, por sua vez, serão apresentadas no documento referente a aquele Programa – considerando que os dois Programas possuem uma importante interface. Nesse sentido, os seguintes Programas e Projetos, por terem as suas ações de comunicação sempre vinculadas à atividade de educação ambiental, aparecem relacionados apenas no Programa de Educação Ambiental. São dois Projetos do Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos:

- Programa de Conservação da Ictiofauna / Projeto de Aquicultura de Peixes Ornamentais
- Programa de Conservação da Fauna Aquática / Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-Aquáticos

As quatro grandes linhas de ação do Programa de Interação Social e Comunicação são:

- Linha de Ação 1:

Mapeamento, acompanhamento dos públicos alvo e monitoramento da estratégia de ação, com o objetivo de identificar os diversos públicos de interesse, assim como suas percepções e demandas por informação, para elaborar, implementar e continuamente aprimorar estratégia de interação e comunicação social. **(QUADRO 7.2.9-1)**

QUADRO 7.2.9-1
Relação de Atividades da Linha de Ação 1

Ação	Produto Gerado	Público-Alvo	Etapa	Interface
Mapeamento e atualização contínua dos públicos alvo	Matriz de Partes Interessadas	Comunidades das: - ADA - AID - AII	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA serão subsidiados pelas informações
Apoio na articulação institucional	Contatos e reuniões diversos	- Poderes públicos federal, estadual e municipal - Ministério Público - Representantes da sociedade organizada - Empreendedor	Planejamento Construção Operação	- Plano de Gestão Ambiental - Plano de Articulação Institucional - Plano de Atendimento à População Atingida - Plano de Requalificação Urbana - Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu
Levantamento dos questionamentos dos públicos alvo	Planilhas de sistematização de questionamentos	Comunidades das - ADA - AID - AII	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA

- Linha de Ação 2:

Definição de dinâmicas e ferramentas de Comunicação e Interação Social, com o objetivo de produzir e aplicar os instrumentos adequados ao processo de comunicação e interação social e apoiar os demais Planos do PBA. **(QUADRO 7.2.9-2)**

QUADRO 7.2.9-2
Relação de Atividades da Linha de Ação 2

Ação	Produto Gerado	Público-Alvo	Etapa	Interface
Realização de eventos	Reuniões Comunitárias	Comunidades rurais e urbanas da ADA e AID	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA
	Reuniões plenárias (Conversando sobre Belo Monte)	Comunidades da ADA, AID e AII		
Promoção contínua da interação com a sociedade local para informar, esclarecer, mobilizar	Visitas pelos Agentes de Comunicação	Comunidades ADA e AID (zonas rural e urbana)	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA
Estabelecimento de canais de comunicação	Centrais de Atendimento ao público (Escritórios de Apoio em Altamira e Vitória do Xingu)	Comunidade das ADA e AID	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA
	Unidade móvel nos canteiros de obras	Comunidade das ADA		
Produção e aplicação de materiais e instrumentos de comunicação	Cartilha Ilustrada	- Comunidades das ADA e AID - Ribeirinhos - Produtores rurais - Estudantes	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA, em especial o Plano de Educação Ambiental
	Informativo impresso para esclarecer sobre andamento do processo (Belo Monte Informa)	Comunidades das ADA e AID	Planejamento Construção Operação (quando houver intervenção na ADA)	Todos os Planos do PBA
	Folder com informação geral sobre andamento do empreendimento	Comunidades das ADA, AID, AII	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA
	Volantes impressos	- Públicos alvos dos eventos - Comunidades da ADA e AID	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA
	Web Site para informação institucional e sobre desenvolvimento do empreendimento - atendimento eletrônico (e-mail dedicado)	- Público em geral - Formadores de opinião - Institucional	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA
	Programete informativo para difusão em rádios locais e comunitárias	Comunidades das ADA, AID e AII	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA, em especial o Plano de Educação Ambiental
	Maquetes fixa e móvel do empreendimento	Mobilidade nas ADA, AID, AII	Planejamento Construção Operação	- Plano de Educação Ambiental - Plano de Gestão Ambiental - Plano de Articulação Institucional

- Linha de Ação 3:

Acompanhamento e atendimento às demandas de apoio na interação com as comunidades locais por parte dos profissionais envolvidos na implementação dos Planos, Programas e Projetos do PBA. **(QUADRO 7.2.9-3)**

QUADRO 7.2.9-3
Relação de Atividades da Linha de Ação 3

Ação	Produto Gerado	Público-Alvo	Etapa	Interface
Apoio para produção, mobilização e acompanhamento de eventos, campanhas e outras ações de interação	- Eventos - Materiais de comunicação	Profissionais envolvidos com os estudos, planejamento e construção do empreendimento	Planejamento, Construção e Operação [Sob demanda]	Todos os Planos do PBA, em especial Plano de Gestão Ambiental, Plano Ambiental de Construção, Programa de Capacitação de Mão de Obra, Plano de Saúde Pública, Plano de Educação Ambiental
Contato com as comunidades para informar / solicitar autorização a respeito das intervenções dos pesquisadores, equipes de sondagens e trabalhadores da obra	- Visitas pelos Agentes de Comunicação - Reuniões comunitárias Materiais de comunicação (citados na Linha de Ação 2) Planilhas de sistematização dos questionamentos gerados durante a interação	- Comunidades das ADA e AID - Profissionais envolvidos com os estudos, planejamento e construção do empreendimento	Planejamento, Construção e Operação [Sob demanda]	Todos os Planos do PBA
Informação sobre o andamento do processo	Materiais de comunicação (citados na Linha de Ação 2)	Profissionais envolvidos com os estudos, planejamento e construção do empreendimento	Planejamento Construção	Todos os Planos do PBA

- Linha de Ação 4:

Capacitação de interlocutores, com objetivo de capacitar (aspectos socioambientais, atitude em campo e informação sobre o processo) os diversos profissionais envolvidos no projeto para interação com as comunidades locais. **(QUADRO 7.2.9-4)**

QUADRO 7.2.9-4
Relação de Atividades da Linha de Ação 4

Ação	Produto Gerado	Público-Alvo	Etapa	Interface
Capacitação nos aspectos socioambientais e atitude em campo para interação com as comunidades locais.	Oficinas de Capacitação	Profissionais envolvidos com os estudos, planejamento e construção do empreendimento	Planejamento Construção Operação	Todos os Planos do PBA
Capacitação em estratégia e conteúdos a serem transmitidos durante o processo de interação.	Oficinas de Treinamento	- Agentes de comunicação - Profissionais da equipe de implementação do Programa de Comunicação - Equipes dos Escritórios de Apoio	Planejamento Construção Operação	-----

7.2.10. Apresentação dos Resultados / Produtos a Serem Gerados

Os produtos gerados a partir das atividades a serem desenvolvidas são os seguintes, de acordo com cronograma proposto ao final do documento:

- Matriz de Partes Interessadas.
- Ações de articulação institucional (contatos, reuniões e mobilização para formação de comitês de co-gestão).
- Planilhas de sistematização de questionamentos dos públicos-alvo.
- Eventos.
- Mobilização e reuniões realizadas pelos agentes de comunicação e interação social.
- Canais, materiais e instrumentos de comunicação.
- Oficinas de capacitação.
- Documentos de monitoramento e avaliação do processo.

Os produtos gerados ao longo do desenvolvimento das atividades propostas serão apresentados ao órgão ambiental, de forma consolidada, por meio de relatórios semestrais.

Apresenta-se no **Anexo B** relatório sucinto de atividades de comunicação realizadas no período entre a emissão da LP e LI de Canteiros.

7.2.11. Equipe Técnica Envolvida

A equipe técnica envolvida na implementação das ações será composta pelos seguintes profissionais:

Sênior:

- 02 biólogos, com experiência em meio ambiente, na área de licenciamento, articulação estratégica com a estrutura de governança dos empreendedores e com setores de governo nas esferas federal e estadual.
- 01 Administrador, com experiência na área ambiental e projetos de cooperação internacional.
- 02 Sociólogos, com experiência na área ambiental, em coordenação, interação social e comunicação, e articulação estratégica com estrutura de governança dos empreendedores e com setores de governo nas esferas federal e estadual.
- 03 Jornalistas com experiência nas áreas de meio ambiente e comunicação socioambiental.
- 2 Publicitários, com experiência na elaboração de conteúdo de materiais de comunicação e de divulgação, realização e acompanhamento de eventos na área de meio ambiente.
- 01 Engenheiro Agrônomo com experiência de coordenação na área de meio ambiente, em extensão rural, comunicação e interação social.
- 01 Analista de Sistema nas áreas de meio ambiente, comunicação social e ferramentas de TI.

Júnior trabalhos de campo:

- 40 agentes de comunicação e interação social com experiência em atividades relacionadas à implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura. Esse quantitativo deverá ser revisto com periodicidade mínima semestral.

Júnior serviços de escritório:

- 02 suportes técnico-administrativos com conhecimento básico das atividades administrativas.
- 01 técnico em informática.

7.2.12. Interface com outros Planos, Programas e Projetos

O Programa de Interação Social e Comunicação faz, *latu sensu*, interface com todos os planos, programas e projetos ambientais propostos para a UHE Belo Monte, dos quais receberá subsídios para formulação de conteúdos que orientarão suas ações.

Alguns desses, entretanto, têm interface mais direta com este Programa, no sentido de trabalho conjunto ou prestação de serviços de apoio às ações neles previstas, conforme apresentado no Estudo de Impacto Ambiental. São os seguintes planos e programas, que consideram os projetos neles contidos:

- Plano de Gestão Ambiental

- Plano Ambiental de Construção
 - Programa de Capacitação de Mão de Obra
 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
 - Programa de Monitoramento dos Sistemas de Controle Ambiental Intrínseco
- Plano de Acompanhamento Geológico-Geotécnico e de Recursos Minerais
 - Programa de Monitoramento da Sismicidade
- Plano de Gestão de Recursos Hídricos
 - Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água
 - Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas
- Plano de Atendimento à População Atingida
 - Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural
 - Programa de Recomposição das Atividades Produtivas
 - Programa de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes
 - Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural
 - Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana
 - Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas
 - Programa de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas
 - Programa de Acompanhamento Social
 - Programa de Restituição /Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer
 - Programa de Recomposição/Adequação dos Serviços e Equipamentos Sociais
- Plano de Requalificação Urbana
- Plano de Articulação Institucional
 - Programa de Interação e Articulação Institucional
 - Programa de Fortalecimento da Administração Pública
 - Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos
 - Programa de Incentivo à Capacitação Profissional e Desenvolvimento de Atividades Produtivas
- Plano de Relacionamento com a População
 - Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante
 - Programa de Educação Ambiental
 - Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos
- Plano de Valorização do Patrimônio
 - Programa de Prospecção

- Programa de Salvamento Arqueológico
- Programa de Educação Patrimonial
- Programa de Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural
- Plano de Saúde Pública
 - Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica de Saúde dos Municípios
 - Programa de Vigilância e Prevenção e Controle de Doenças
- Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu
 - Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e Condições de Vida.
 - Programa de Monitoramento das Atividades Minerárias

A partir da identificação desta interface do Programa de Interação Social e Comunicação com os programas acima citados, entende-se que a transversalidade inerente às ações de interação e comunicação deverá ter espaço de articulação e formulação na implementação destas.

O espaço aqui apontado refere-se à constituição de esforços de integração destas demandas a uma agenda de trabalho e de discussão das ações, envolvendo os diferentes programas, considerando-se as etapas identificadas no cronograma.

Julga-se que tal processo permitirá a materialização da transversalidade do trabalho de interação social e comunicação, assegurando que os esforços realizados sejam percebidos pela população como algo integrado.

7.2.13. Avaliação e Monitoramento

A avaliação e o monitoramento serão feitos a partir de instrumentos de avaliação que, por sua vez, se baseiam nos indicadores estabelecidos para as metas anteriormente determinadas. **(QUADRO 7.2.13-1)**

Com base na avaliação semestral desses indicadores, serão feitas adequações pontuais, procedendo-se, anualmente, a uma revisão estratégica do Programa.

Ressalta-se que a pesquisa de opinião sobre o Programa deverá ser conduzida por equipe especializada e que não faça parte das equipes que conduzem a implantação dos programas.

QUADRO 7.2.13-1
Indicadores de desempenho
Indicadores de Desempenho

Meta	Indicador	Instrumento de Avaliação / periodicidade
Identificar percepções das diversas Partes Interessadas (PIs)	Acompanhamento das ações das PIs	Relatórios analíticos semestrais
Planejar e atualizar a estratégia de comunicação e interação social	Execução de 100% das estratégias previstas	Programa de Interação Social e Comunicação (revisão anual)
Produzir ações / materiais de comunicação previstos, conforme o planejamento apresentado nos itens referentes às atividades desenvolvidas e cronograma	Nº de ações / materiais realizados	Relatórios semestrais
Estabelecer diálogo social de qualidade, acessível e transparente	- Identificação do grau de informação do público-alvo sobre o empreendimento - Minimização de conflitos entre os atores sociais e o empreendimento	Pesquisa de Opinião (anual) Com os resultados apresentados nos Fóruns de Acompanhamento Social
Acompanhar e atender as demandas de apoio na interação com as comunidades locais por parte dos profissionais envolvidos na implementação dos planos, programas e projetos do PBA	Nº de demandas atendidas	Relatório semestral de atividades
Capacitar os diversos profissionais envolvidos com o processo de implementação da UHE Belo Monte em sua interação com as comunidades locais.	- Nº de oficinas de capacitação realizadas - Nº de profissionais capacitados	Relatório semestral de atividades

7.2.14. Responsável pela Implementação

A responsabilidade pela implementação deste Programa é do empreendedor, diretamente ou mediante estabelecimento de parcerias, convênios, contratação de empresas especializadas ou profissionais habilitados.

7.2.15. Parcerias Recomendadas

Ao longo da implementação do Programa, serão identificadas, sempre que possíveis parcerias com organizações da sociedade civil em busca de ampliação e reforço das ações de comunicação.

7.2.16. Cronograma Físico

O Programa tem um horizonte de execução de 15 anos, período que compreende as etapas de planejamento, construção e início de operações da UHE, considerando que, segundo a condicionante 2.1 da LP, o trecho de vazão reduzida do rio Xingu deverá ser objeto de um robusto monitoramento por um período mínimo de 6 anos após a entrada em operação a plena carga da casa de força principal, o que obrigatoriamente inclui ações de comunicação social neste trecho.

Apresentamos, aqui, o cronograma geral, referente ao período de 15 anos (**QUADRO 7.2.16-1**). Anualmente, no entanto, será apresentado cronograma para o período de 12 meses, com a identificação das ações específicas.

No cronograma, identificam-se as principais atividades de cada Programa ou Projeto que demandam ações de comunicação e sua distribuição temporal. Na planilha constante do **Anexo A** verificam-se quais as ações de comunicação propostas para atender estas demandas, lembrando que, na prática, sempre que possível, se buscará a otimização dos instrumentos de comunicação para divulgação de várias informações.

Marcos		Observações	2011				2012				2013				2014				2015				2016				2017				2018				2019				2020				2021				2022				2023				2024				2025			
			T1	T2	T3	T4																																																								
Atividades																																																														
Item																																																														
II.1.7. Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / Projeto de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes																																																														
1. Setorizar beneficiários do projeto																																																														
2. Organizar grupos de discussão																																																														
3. Organizar reuniões setoriais																																																														
4. Elaborar Projetos de Exploração Agropecuária																																																														
5. Fomentar a participação de jovens, idosos e mulheres																																																														
6. Estabelecer espaços para debates periódicos																																																														
7. Realizar Dias de Campo																																																														
8. Identificar e realizar cursos de capacitação																																																														
9. Instalar Unidades Demonstrativas																																																														
10. Realizar 1 (uma) visita técnica																																																														
11. Avaliação e Monitoramento																																																														
II.1.8. Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais																																																														
1. Discutir coletivamente as alternativas de recomposição																																																														
2. Realizar levantamentos de campo complementares																																																														
3. Realizar levantamentos de campo para construção da Matriz Oferta x Demanda																																																														
4. Realizar estudos de Cadeias Produtivas atingidas.																																																														
5. Formar Grupos com representantes do empreendedor e interessados para discussão das estimativas de																																																														
6. Acompanhar o processo de reinstalação																																																														
7. Avaliação e Monitoramento																																																														
II.1.9. Programa de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / Projeto de Reestruturação do Extrativismo Vegetal																																																														
1. Setorizar beneficiários do projeto																																																														
2. Organizar grupos de discussão																																																														
3. Organizar reuniões setoriais																																																														
4. Elaborar Projetos de Exploração Agropecuária																																																														
5. Fomentar a participação de jovens, idosos e mulheres																																																														
6. Estabelecer espaços para debates periódicos																																																														
7. Realizar Dias de Campo																																																														
8. Identificar e realizar cursos de capacitação																																																														
9. Instalar Unidades Demonstrativas																																																														
10. Realizar 1 (uma) visita técnica																																																														
11. Avaliação e Monitoramento																																																														
II.1.10. Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural / Projeto de Recomposição da Infraestrutura Viária																																																														
1. Comunicação Social																																																														
II.1.11. Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural / Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento																																																														
1. Comunicação Social																																																														
II.1.12. Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural / Projeto de Relocação de Cemitérios																																																														
1. Identificação e cadastramento com as exatas localizações e as quantidades de sepulturas e as famílias atingidas																																																														
2. Interdição imediata dos cemitérios																																																														
3. Levantamento referente ao tempo de sepultamento																																																														
4. Transferência dos restos mortais dos cemitérios ou túmulos isolados após a definição dos jazigos																																																														
5. Exumação acompanhada por equipe formada por perito, coveiro, religioso e um membro da família, com prévia autorização das autoridades																																																														
II.1.13. Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana / Projeto de Regularização Fundiária Urbana																																																														
1. Pesquisa fundiária																																																														
2. Realização de pesquisa social																																																														
3. Documentação pessoal																																																														
II.1.14. Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana / Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas																																																														
1. Mobilização da população																																																														
2. Reuniões																																																														
3. Preenchimento do selo cadastral e fixação do selo cadastral em cada um dos imóveis da área																																																														
4. Laudos de avaliação																																																														
5. Adesão da população atingida																																																														
6. Plantão social																																																														
II.1.15. Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana / Projeto de Reassentamento Urbano																																																														
1. Entrada na área																																																														
2. Realizar reuniões																																																														
3. DUP																																																														
II.1.16. Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana / Projeto de Reparação																																																														
1. Identificação, mobilização e constituição de grupos de interesse																																																														
2. Reuniões																																																														
3. Identificação de formas de reparação propostas pelos grupos de interesse																																																														
4. Proposição de ações reparadoras																																																														

7.2.17. Profissionais Responsáveis pela Elaboração do Programa ou Projeto

A responsabilidade pela elaboração do Programa de Interação Social e Comunicação é da Elabore Assessoria Estratégica em Meio Ambiente, sediada em Brasília, e registrada sob o CNPJ 03.215.558/0001-82. Consultores responsáveis:

- Silvio Ricardo da Câmara Canto Botelho, sociólogo
- Elizabeth Fernandes, jornalista
- Anelize Regina Shuler, publicitária
- Patrícia Fuzeti Elias, socióloga e jornalista

7.2.18. Referências Bibliográficas

A estratégia e o trabalho desenvolvidos consideraram as seguintes referências, sem prejuízo de outras:

ASHLEY, Patrícia Almeida (org.). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL - MME, Eletrobrás, Comase. *Processos de Interação do Setor Elétrico Brasileiro com a Sociedade*. Rio de Janeiro: Câmara Técnica do Comase, 1994.

BROSE, Markus (org.). *Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local*. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004.

BROSE, Markus (org.). *Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

COSTA, Luciana Miranda. *Comunicação e meio ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos amazônicos (UFPA/NAEA), 2006.

DENKER, Ada de Freitas Maneti & KUNSCH, Margarida M. Kroling (organizadores). *Comunicação e Meio Ambiente*. São Paulo: Intercom, 1996.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUNDGREN, Regina E., McMakin Andrea H. *Risk communication: a handbook for communicating environmental, safety and health risks* (2nd ed). USA: Battelle Press, 1998.

MOTTA, Luiz Gonzaga (et al). *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RABELO, Desiree Cipriano. *Comunicação e Mobilização na Agenda 21 local*. Vitória, ES: Eufes / Facitec, 2003.

RAMOS, Luis Fernando Angerami. *Meio Ambiente e Meios de Comunicação*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1996.

ROSA, Mario. *A Era do Escândalo: lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem* (3ª Edição). São Paulo: Geração Editorial, 2004.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). *Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TORO, José Bernardo e WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VILAS BOAS, Sérgio. *Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2004.

ABNT NBR ISO 14063. É a norma referente à Comunicação Ambiental – entendida como o processo de compartilhar informação sobre temas ambientais entre organizações e suas partes interessadas, visando construir confiança, credibilidade e parcerias para conscientizar os envolvidos e, então, utilizar as informações no processo decisório. <http://www.abnt.org.br/>

AGENDA 21. A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. <http://www.mma.gov.br>. MMA » Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental » Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental » Consumo Sustentável » Agenda 21

7.2.19. Anexos

Anexo A

Ações de Comunicação em Apoio aos Planos, Programas e Projetos do PBA

UHE BELO MONTE
PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

Anexo A - Ações de Comunicação em Apoio aos Planos, Programas e Projetos do PBA

Ação de Comunicação	Peças de comunicação	Planos, Programas e Projetos	Atividade do Programa / Projeto		
Atuação dos Agentes de Comunicação	Apoio para produção de eventos, reuniões e campanhas de informação (incluindo mobilização)	Divulgação e sinalização de eventos e campanhas / informativo "Belo Monte Informa" / Folder / Volante / outros, sob demanda	PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Regularização Fundiária	Levantamento Cartorial e documental dos imóveis / Identificação e agrupamento dos atingidos / Avaliação e monitoramento	
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Indenização e Aquisição de Terras	Constituição e atuação do Fórum de Negociação Permanente / Avaliação da capacidade de suporte nos remanescentes / Divulgação de propostas de indenização / Identificação dos grupos por tipo de indenização / Avaliação e Monitoramento	
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Reassentamento Rural	Discussão e aprimoramento do Estudo de Vulnerabilidade Social, associado ao Cad. Socioeconômico realizado com a população atingida / Realização de reuniões / Organização da Comissão de Representante dos Atingidos / Realização da campanha de mobilização social e informação / Organização e visita das famílias às áreas potenciais para implantação dos novos assentamentos / Apresentação do pré-projeto de reassentamento / Organização de critérios gerais de distribuição de lotes e de grupos de afinidades / Reassentamento das famílias / Avaliação e monitoramento	
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Reorganização de Áreas Remanescentes	Discussão dos critérios de viabilidade de área remanescente / Realização de reuniões com grupo de atingidos para esclarecimento dos critérios de avaliação de áreas remanescentes e alternativas a sua permanência na área / Relocação de proprietários e posseiros que permanecerão nas áreas remanescentes / Reestruturação de fragmentos e oferta de novos lotes / Planejamento e implementação de ações de sustentabilidade / Avaliação e monitoramento	
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. de Reparação	Identificação, mobilização e constituição de grupos de interesse / Realização de reuniões coletivas com os grupos em questão / Definição de critérios para a reparação, através de processo participativo em grupos / Identificação e proposição de formas de compensação / Proposição de ações reparadoras / Estabelecimento de valores e direcionamento de reparação monetária / Avaliação e monitoramento	
			PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Setorizar beneficiários do projeto / Organizar grupos de discussão / Organizar reuniões setoriais / Elaborar projetos de exploração agropecuária / Fomentar a participação de jovens, idosos e mulheres / Estabelecer espaços para debates periódicos / Realizar "dias de campo" / Identificar e realizar cursos de capacitação / Instalar Unidades Demonstrativas / Realizar 1 vistoria técnica / Avaliação e monitoramento	
			PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Setorizar beneficiários do projeto / Organizar grupos de discussão / Organizar reuniões setoriais / Elaborar projetos de exploração agropecuária / Fomentar a participação de jovens, idosos e mulheres / Estabelecer espaços para debates periódicos / Realizar "dias de campo" / Identificar e realizar cursos de capacitação / Instalar Unidades Demonstrativas / Realizar 1 vistoria técnica / Avaliação e monitoramento	
			PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Discutir coletivamente as alternativas de recomposição / Realizar levantamentos de campo complementares / Realizar levantamentos de campo para construção da Matriz Oferta x Demanda / Realizar estudos de Cadeias Produtivas atingidas / Formar grupos com representantes do empreendedor e interessados para discussão das estimativas de demanda / Acompanhar o processo de reinstalação / Avaliação e monitoramento	
			PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Setorizar beneficiários do projeto / Organizar grupos de discussão / Organizar reuniões setoriais / Elaborar projetos de exploração agropecuária / Fomentar a participação de jovens, idosos e mulheres / Estabelecer espaços para debates periódicos / Realizar "dias de campo" / Identificar e realizar cursos de capacitação / Instalar Unidades Demonstrativas / Realizar 1 vistoria técnica / Avaliação e monitoramento	
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana / PROJ. Regularização Fundiária Urbana	Pesquisa fundiária / Realização de pesquisa social / Documentação pessoal	
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana / PROJ. Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas	Mobilização da população / Reuniões / Preenchimento do selo cadastral e fixação do selo cadastral em cada um dos imóveis da área / Laudos de avaliação / Adesão da população atingida / Plantão social	
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana / PROJ. Reassentamento Urbano	Entrada na área / Realizar reuniões / DUP	
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana / PROJ. de Reparação	Identificação, mobilização e constituição de grupos de interesse / Reuniões / Identificação de formas de reparação propostas pelos grupos de interesse / Proposição de ações reparadoras	
			PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas / PROJ. Recomposição das atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Cadastramento socioeconômico dos trabalhadores das atividades oleiras e de extração de areia e avaliação das cadeias produtivas das atividades oleira e de extração de areia / Promoção e incentivo ao associativismo	
			PROG. de Acompanhamento Social / PROJ. de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida	Prestação de Serviços de Assistência Social	
			PROG. de Acompanhamento Social / PROJ. de Acomp. e Monitor. Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs	Sistema de cadastro e acompanhamento	
			PROG. Recomposição da Infraestrutura Rural / PROJ. Recomposição da Infraestrutura Viária	Comunicação Social	
			PROG. Recomposição da Infraestrutura Rural / PROJ. Recomposição da Infraestrutura de Saneamento	Comunicação Social	
			PLANO de Relacionamento com a população	PROG. Orientação e Monitoramento da População Migrante	Orientação à população migrante / Orientação ao migrante e à população residente
			PLANO Ambiental de Construção	PROG. de Controle Ambiental Intrínseco	Abertura de acessos / Participação na palestra de integração com os funcionários recém admitidos do CCBM e suas contratadas
				PROG. de Recuperação de Áreas Degradadas	Recomposição e revegetação das áreas degradadas
				PROG. de Desmobilização de Mão de Obra	Divulgação do cronograma de desmobilização de mão-de-obra
			PLANO de Acompanhamento Geológico-Geotécnico e de Recursos Minerais	PROG. de Monitoramento da Sismicidade	Esclarecimento à população
			PLANO de Gerenciamento Integrado da Volta Grande	PROG. de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida / PROJ. de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção e Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Apoiar e participar das reuniões entre empreendedor, equipe técnica, comunidade e representantes legais para discussão de estratégias e resultados
			PLANO de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	PROG. de Conservação e Manejo da Flora / PROJ. de Resgate e Aproveitamento Científico da Flora	Viveiro de Mudanças
				PROG. de Conservação da Fauna Terrestre / PROJ. de Afugentamento da Fauna Terrestre e Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Resgate da Fauna
			PLANO de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos	PROG. de Conservação da Ictiofauna / PROJ. de Incentivo à Pesca Sustentável	Fortalecimento da Cadeia Produtiva e da Organização Social
				PROG. de Conservação da Fauna Aquática / PROJ. de Monitoramento de Crocodilianos	Realização de entrevistas
PLANO de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA)		Consulta Pública, Divulgação do PACUERA e do Código do Reservatório, Mobilização para implementação das ações previstas no âmbito do PACUERA			
PLANO de Requalificação Urbana	PROG. Intervenção em Altamira / PROJ. Reassentamento	Apresentação e Discussão com a População / Detalhamento do Projeto e Implantação			
	PROG. Intervenção em Altamira / PROJ. de Parques e Reurbanização da Orla	Apresentação para a Prefeitura Municipal			
	PROG. Intervenção em Altamira / PROJ. de Saneamento	Apresentação para a Prefeitura Municipal			
	PROG. Intervenção em Altamira / PROJ. de Diretrizes para o Planejamento Integrado	Apresentação para a Prefeitura Municipal e equipe técnica responsável pela revisão do Plano Diretor			
	PROG. Intervenção em Vitória do Xingu / PROJ. de Saneamento	Apresentação para a Prefeitura Municipal / Detalhamento do Projeto e Implantação			
	PROG. Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Portal / PROJ. de Saneamento	Apresentação para a Prefeitura Municipal / Detalhamento do Projeto e Implantação			

UHE BELO MONTE
PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

Anexo A - Ações de Comunicação em Apoio aos Planos, Programas e Projetos do PBA

Ação de Comunicação	Peças de comunicação	Planos, Programas e Projetos	Atividade do Programa / Projeto
Apoio para produção de eventos, reuniões e campanhas de informação (incluindo mobilização)	Divulgação e sinalização de eventos e campanhas / informativo "Belo Monte Informa" / Folder / Volante / outros, sob demanda	PLANO de Articulação Institucional	PROG. de Articulação e Interação Institucional Realização de oficinas de planejamento e gestão / Elaboração de Termo de Referência para criação de entidade microrregional de desenvolvimento
		PLANO de Saúde Pública	PROG. de Fortalecimento da Administração Pública Elaboração da legislação urbanística e outras associadas, orientado por Termos de Referência elaborados por oficinas do Programa de Articulação e Interação Institucional / Elaboração participativa de Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual
		PLANO de Valorização do Patrimônio	PROG. de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica à Saúde Comunicação Social PROG. de Vigilância Epidemiológica, Prevenção e Controle de Doenças Comunicação Social PROG. de Ações para o Controle da Malária Comunicação Social
		PLANO de Valorização do Patrimônio	PROG. Arqueologia Preventiva / PROJ. Educação Patrimonial Execução das palestras para os funcionários / Percorrimento dos municípios da AID, para definição dos interessados / Execução das palestras e oficinas nos municípios da AID
Atuação dos Agentes de Comunicação	Informação / solicitação de autorização de acesso para intervenções locais	PLANO de Articulação Institucional	PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Regularização Fundiária Levantamento Cartorial e documental dos imóveis / Identificação e agrupamento dos atingidos / Avaliação e monitoramento
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Indenização e Aquisição de Terras Constituição e atuação do Fórum de Negociação Permanente / Realização de Cad. Fundiário e Socioeconômico / Avaliação da capacidade de suporte dos remanescentes / Notificação dos ocupantes / Divulgação das propostas de indenização / Identificação de grupos por tipo de indenização / Realização da negociação / Avaliação e monitoramento
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Reassentamento Rural Discussão e aprimoramento do Estudo de Vulnerabilidade Social, associado ao Cad. Socioeconômico realizado com a população atingida / Visita às famílias atingidas / Realização de reuniões / Organização da Comissão de Representante dos Atingidos / Realização de campanha de mobilização social e informação / Organização e visita das famílias às áreas potenciais para implantação dos novos assentamentos / Apresentação do pré-projeto de reassentamento / Organização de critérios gerais de distribuição de lotes e de grupos de afinidades / Cadastramento de móveis, utensílios e animais domésticos / Reassentamento das famílias / Deslocamento da população / Avaliação e monitoramento
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Reorganização de Áreas Remanescentes Discussão dos critérios de viabilidade de área remanescente / Realização de reuniões com grupo de atingidos para esclarecimento dos critérios de avaliação de áreas remanescentes e alternativas a sua permanência na área / Relocação de proprietários e posseiros que permanecerão nas áreas remanescentes / Reestruturação de fragmentos e oferta de novos lotes / Planejamento e implementação de ações de sustentabilidade / Avaliação e monitoramento
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. de Reparação Identificação, mobilização e constituição de grupos de interesse / Realização de reuniões coletivas com os grupos em questão / Definição de critérios para a reparação, através de processo participativo em grupos / Identificação e proposição de formas de compensação / Proposição de ações reparadoras / Estabelecimento de valores e direcionamento de reparação monetária / Avaliação e monitoramento
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar Setorizar beneficiários do projeto / Organizar grupos de discussão / Organizar reuniões setoriais / Elaborar projetos de exploração agropecuária / Fomentar a participação de jovens, idosos e mulheres / Estabelecer espaços para debates periódicos / Realizar "dias de campo" / Identificar e realizar cursos de capacitação / Instalar Unidades Demonstrativas / Realizar 1 vistoria técnica / Avaliação e monitoramento
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes Setorizar beneficiários do projeto / Organizar grupos de discussão / Organizar reuniões setoriais / Elaborar projetos de exploração agropecuária / Fomentar a participação de jovens, idosos e mulheres / Estabelecer espaços para debates periódicos / Realizar "dias de campo" / Identificar e realizar cursos de capacitação / Instalar Unidades Demonstrativas / Realizar 1 vistoria técnica / Avaliação e monitoramento
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais Discutir coletivamente as alternativas de recomposição / Realizar levantamentos de campo complementares / Realizar levantamentos de campo para construção da Matriz Oferta x Demanda / Realizar estudos de Cadeias Produtivas atingidas / Formar grupos com representantes do empreendedor e interessados para discussão das estimativas de demanda / Acompanhar o processo de reinstalação / Avaliação e monitoramento
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Reestruturação do Extrativismo Vegetal Setorizar beneficiários do projeto / Organizar grupos de discussão / Organizar reuniões setoriais / Elaborar projetos de exploração agropecuária / Fomentar a participação de jovens, idosos e mulheres / Estabelecer espaços para debates periódicos / Realizar "dias de campo" / Identificar e realizar cursos de capacitação / Instalar Unidades Demonstrativas / Realizar 1 vistoria técnica / Avaliação e monitoramento
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. Recomposição da Infraestrutura Rural / PROJ. Relocação de Cemitérios Identificação e cadastramento com as exatas localizações e as quantidades de sepulturas e as famílias atingidas / Interdição imediata dos cemitérios / Levantamento referente ao tempo de sepultamento / Transferência dos restos mortais dos cemitérios ou túmulos isolados após a definição dos jazigos no cemitério novo / Exumação acompanhada por equipe formada por perito, coveiro, religioso e um membro da família, com prévia autorização das autoridades
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana / PROJ. Regularização Fundiária Urbana Pesquisa fundiária / Realização de pesquisa social / Documentação pessoal
		PLANO de Articulação Institucional	PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana / PROJ. Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas Preenchimento do selo cadastral e fixação do selo cadastral em cada um dos imóveis da área / Laudos de avaliação
		PLANO de Acompanhamento Geológico-Geotécnico e de Recursos Minerais	PROG. de Monitoramento da Sismicidade Instalação e assistência técnica das estações sismográficas da rede de monitoramento
		PLANO de Acompanhamento Geológico-Geotécnico e de Recursos Minerais	PROG. Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos Efetuar investigações, instalar e manter a rede de monitoramento para fins de desenvolvimento desse Programa de Controle de Estanqueidade dos Reservatórios / Investigações e instalação de monitores
		PLANO de Acompanhamento Geológico-Geotécnico e de Recursos Minerais	PROG. Controle da Estanqueidade dos Reservatórios Efetuar investigações, instalar e manter a rede de monitoramento para fins de desenvolvimento desse Programa de Controle de Estanqueidade dos Reservatórios / Investigações e instalação de monitores
		PLANO de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	PROG. de Conservação e Manejo da Flora / PROJ. de Formação de Banco de Germoplasma Marcação de Matrizes
		PLANO de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	PROG. de Conservação da Fauna Terrestre / PROJ. de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre Avaliação clínica e de sorologia da fauna doméstica para verificar a prevalência de endemias
		PLANO de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	PROG. de Conservação da Fauna Terrestre / PROJ. de Monitoramento da Herpetofauna, Avifauna, Mamíferos Terrestres e Quirópteros Campanhas de campo
		PLANO de Valorização do Patrimônio	PROG. Arqueologia Preventiva / PROJ. Salvamento Arqueológico Levantamento topográfico e quadriculamento dos sítios / Escavação dos sítios

UHE BELO MONTE
PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

Anexo A - Ações de Comunicação em Apoio aos Planos, Programas e Projetos do PBA

Ação de Comunicação		Peças de comunicação	Planos, Programas e Projetos	Atividade do Programa / Projeto
Produção / distribuição de materiais de comunicação	Informativo "Belo Monte Informa" / Folder / Cartilha / Volantes / Programa de Rádio / outros, sob demanda	PLANO Ambiental de Construção	PROG. de Capacitação de Mão de Obra	Seleção do pessoal para capacitação
			PROG. de Controle Ambiental Intrínseco	Abertura de acessos
			PROG. de Recuperação de Áreas Degradadas	Recomposição e revegetação das áreas degradadas
			PROG. de Desmobilização de Mão de Obra	Divulgação do cronograma de desmobilização de mão-de-obra
		PLANO de Gestão de Recursos Hídricos	PROG. de Monitoramento dos Igarapé Interceptados pelos Diques	Monitoramento do Uso da Água / Monitoramento dos Padrões Fenológicos
			PROG. de Monitoramento das Águas Subterrâneas e Limnológico e de Qualidade da Água	Monitoramento da qualidade da água superficial e subterrânea e análise dos resultados
		PLANO de Gerenciamento Integrado da Volta Grande	PROG. de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida / PROJ. de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações	Sistema de Transposição de Embarcações
			PROG. de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida / PROJ. de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção e Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande	Elaboração e distribuição de material de divulgação dos resultados e consequências dos levantamentos
		PLANO de Relacionamento com a população	PROG. Orientação e Monitoramento da População Migrante	Divulgação do Programa / Implantação dos Balcões / Orientação à população migrante, residente e público em geral / Funcionamento dos Balcões
		PLANO de Atendimento à População Atingida	PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Urbanas / PROJ. Recomposição das atividades Oleiras e Extrativas de Areia e Cascalho	Promoção e incentivo ao associativismo
		PLANO de Conservação dos Ecossistemas Terrestres	PROG. de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios / PROJ. de Desmatamento e de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação de Madeira	Supressão da Vegetação
			PROG. de Conservação da Fauna Terrestre / PROJ. de Aumento da Fauna Terrestre e Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna	Resgate da Fauna
			PROG. de Conservação da Fauna Terrestre / PROJ. para Mitigação de Impactos pela perda de Individuos da Fauna por Atropelamento	Ações Educativas
			PROG. de Conservação da Fauna Terrestre / PROJ. de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre	Levantamento de dados junto às Secretarias de Agricultura Estadual e Municipal para avaliar medidas de controle de endemias
		PLANO de Conservação de Ecossistemas Aquáticos	PROG. de Monitoramento da Flora / PROJ. de Monitoramento das Florestas Aluviais e das Formações Pioneiras	Seleção de locais de Monitoramento
			PROG. de Conservação da Ictiofauna / PROJ. de Resgate e Salvamento da Ictiofauna	Resgate da Ictiofauna
			PROG. de Conservação da Ictiofauna / PROJ. de Monitoramento da Ictiofauna	Setores do Rio e Sítios Amostrais
			PROG. de Conservação da Ictiofauna / PROJ. de Incentivo à Pesca Sustentável	Consumo de Pescado per Capita / Fortalecimento da Cadeia Produtiva e da Organização Social
		PLANO de Conservação da Fauna Aquática / PROJ. de Estudos Bioecológicos sobre a Capacidade Adaptativa dos Quelônios em Novas Áreas, Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios e Manejo de Quelônios		Aumento da Pressão de Caça
		PLANO de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA)		Consulta Pública, Divulgação do PACUERA e do Código do Reservatório, Mobilização para implementação das ações previstas no âmbito do PACUERA
PLANO de Requalificação Urbana	PROG. Intervenção em Altamira / PROJ. Reassentamento	Detalhamento do Projeto e Implantação		
PLANO de Articulação Institucional	PROG. De Incentivo à Capacitação Profissional e ao Desenv. de Atividades Produtivas	Implantação do Galpão de Oportunidades / Implantação de Programa de Estímulo ao desenvolvimento da economia local		
	PROG. de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos	Implantação do sistema de monitoramento sobre a suficiência da infraestrutura e a qualidade da prestação dos serviços públicos		
Apoio divulgação na mídia local	PLANO Ambiental de Construção	PROG. de Capacitação de Mão de Obra	Divulgação do Programa	
	PLANO de Relacionamento com a população	PROG. Orientação e Monitoramento da População Migrante	Funcionamento dos Balcões Móveis	
	PLANO de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA)		Consulta Pública, Divulgação do PACUERA e do Código do Reservatório, Mobilização para implementação das ações previstas no âmbito do PACUERA	
Apoio à Articulação Institucional	Contatos e visitas às lideranças institucionais	PLANO Atendimento Pop. Atingida	PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Regularização Fundiária	Avaliação e Monitoramento
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Indenização e Aquisição de Terras	Constituição e atuação do Fórum de Negociação Permanente / Divulgação das propostas de indenização / Avaliação e Monitoramento
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Reassentamento Rural	Discussão e aprimoramento do Estudo de Vulnerabilidade Social, associado ao Cad. Socioeconômico realizado com a população atingida / Organização da Comissão de Representante dos Atingidos / Realização da campanha de mobilização social e informação / Avaliação e monitoramento
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. Reorganização de Áreas Remanescentes	Realização de reuniões com grupo de atingidos para esclarecimento dos critérios de avaliação de áreas remanescentes e alternativas a sua permanência na área
			PROG. Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural / PROJ. de Reparação	Estabelecimento de valores e direcionamento de reparação monetária / Avaliação e monitoramento
			PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar	Realizar "dias de campo" / Identificar e realizar cursos de capacitação / Instalar Unidades Demonstrativas / Realizar 1 visita técnica / Avaliação e monitoramento
			PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Recomposição das Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes	Realizar "dias de campo" / Identificar e realizar cursos de capacitação / Instalar Unidades Demonstrativas / Realizar 1 visita técnica / Avaliação e monitoramento
			PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Recomposição das Atividades Comerciais Rurais	Formar grupos com representantes do empreendedor e interessados para discussão das estimativas de demanda / Acompanhar o processo de reinstalação / Avaliação e monitoramento
PLANO de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA)	PROG. de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais / PROJ. de Reestruturação do Extrativismo Vegetal	Realizar "dias de campo" / Identificar e realizar cursos de capacitação / Instalar Unidades Demonstrativas / Realizar 1 visita técnica / Avaliação e monitoramento		
		Consulta Pública, Divulgação do PACUERA e do Código do Reservatório, Mobilização para implementação das ações previstas no âmbito do PACUERA		

Anexo B

Relatório de Andamento de Atividades

Anexo B

Programa de Interação Social e Comunicação

(Integrante PBA UHE Belo Monte, como parte do Plano de Relacionamento com a População)

Relatório de Andamento de Atividades

Período referente à emissão da LP (1º/fevereiro/2010) e LI dos Canteiros (26/janeiro/2011)

1. INTRODUÇÃO

O presente documento trata de um Relatório das Atividades do Programa de Interação e Comunicação da UHE Belo Monte, considerando o período que vai da emissão da Licença Prévia (fevereiro/2010) até o período de emissão da Licença de Instalação para as intervenções iniciais (fevereiro/2011). Neste documento encontram-se informações sobre as ações desenvolvidas junto às comunidades das áreas de influência do empreendimento – ADA (Área Diretamente Afetada), AID (Área de Influência Direta) e AII (Área de Influência Indireta) -, assim como uma breve descrição dos atores sociais envolvidos no processo social do licenciamento ambiental.

Traz também o registro de todos os materiais trabalhados junto ao público alvo, bem como o quantitativo das comunidades visitadas e abrangidas pelos diversos instrumentos de comunicação previstos no Programa, no período em questão.

Além disso, procura identificar as ações de comunicação que decorrem das construções dos demais Planos, Programas e Projetos do Projeto Básico Ambiental (PBA), buscando a materialização do desafio de integrá-las na transversalidade do processo de interação e comunicação.

Por fim, este documento procura demonstrar o esforço do trabalho de implementação da UHE Belo Monte através do fortalecimento de uma relação que promova a difusão de informações, com transparência, permitindo a troca entre os diversos atores, entre si e com as redes sociais existentes no processo.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO EM ACORDO COM AS LINHAS DE AÇÃO ESTRUTURANTES DO PROGRAMA

O Programa de Interação Social e Comunicação é constituído por quatro grandes linhas de ação, às quais estão subordinadas as diversas atividades propostas. Este relatório descreve as ações realizadas no período de acordo, portanto, com as linhas de ação.

LINHA de AÇÃO 1:

Mapeamento, acompanhamento dos públicos alvo e monitoramento da estratégia de ação, com o objetivo de identificar os diversos públicos de interesse, assim como suas percepções e demandas por informação, para elaborar, implementar e continuamente aprimorar estratégia de interação e comunicação social.

I.1. Mapeamento e Atualização contínua dos públicos alvo

A Matriz das Partes Interessadas trata de um registro dos principais atores sociais que se relacionam com o processo de interação e comunicação no momento da implementação do Programa de Interação Social e Comunicação. Este instrumento deve ser continuamente atualizado permitindo a identificação e o agrupamento dos mesmos, no intuito de possibilitar uma leitura mais ampla da rede social de atores existentes.

Durante o período foram identificados os atores que atuam no processo, sendo continuamente atualizada a Matriz de Partes Interessadas.

I.2. Apoio na articulação institucional

Durante o período objeto deste relatório foram realizados vários contatos com os poderes executivo, legislativo e judiciário, em âmbito municipal, estadual e federal, bem como com organizações não governamentais, sindicatos, entidades de classe, veículos de comunicação e outras lideranças que atuam na região.

I.3. Levantamentos dos questionamentos dos públicos-alvo

No período de janeiro de 2010 a fevereiro de 2011 foram contabilizados 12.371 (doze mil, trezentos e setenta e um) questionamentos, distribuídos mensalmente de acordo com a tabela abaixo:

QUESTIONAMENTOS SISTEMATIZADOS ENTRE JAN/2010 E FEV/2011													
Jan/ 2010	Fev/ 2010	Mar/ 2010	Abril/ 2010	Mai/ 2010	Jun/ 2010	Jul/ 2010	Ago/ 201	Set/ 2010	Out/ 2010	Nov/ 2010	Dez/ 2010	Jan/ 2011	Fev/ 2011
806	1233	104	2070	1846	157	338	299	446	2124	901	1031	911	105
TOTAL NO PERÍODO 12.371													

I. LINHA DE AÇÃO 2:

Definição de dinâmicas e ferramentas de Comunicação e Interação Social, com o objetivo de produzir e aplicar os instrumentos adequados ao processo de comunicação e interação social e apoiar os demais Planos do PBA.

Ações Realizadas

- Atendimento ao público no escritório em Altamira e via telefone. Horário de funcionamento das 8h às 12h e das 13h30 às 18h, de segunda a sexta (ação contínua);
- Acompanhamento das ações e demandas de informação de PIs;
- Apoio aos pesquisadores e profissionais dos eixos de estudo e do PBA para interação com as comunidades (sob demanda). Atividades realizadas:
 - o Capacitação de interlocutores referente a aspectos socioambientais e atitude em campo;
 - o Informação às comunidades sobre realização de atividades, solicitação de autorização de acesso e acompanhamento de pesquisadores em campo;
 - o Mobilização e produção de reuniões com as comunidades locais;
 - o Produção de materiais de comunicação e infraestrutura para desenvolvimento de atividades.

II.1. Agentes de Comunicação

Em continuidade ao trabalho de comunicação e interação social junto à população, iniciado em 2007, foram realizadas visitas de mobilização e reuniões nas comunidades da ADA e AID, sendo que

- No período, a equipe contou com agentes, recrutados localmente e capacitados periodicamente. Atualmente a equipe conta 20 (vinte) agentes contratados em ação.
- Foram realizadas **20.401** (vinte mil, quatrocentas e uma) **visitas** de mobilização no período.
- Foram realizadas **69** (sessenta e nove) **reuniões** com comunidades locais, com a participação de **2.722** (duas mil, setecentas e vinte e duas) pessoas, gerando **12.371** (doze mil, trezentos e setenta e um) **questionamentos**.

No quadro abaixo é possível visualizar a ação dos agentes de comunicação e interação durante o período de janeiro de 2010 a fevereiro de 2012:

AÇÃO DOS AGENTES DE COMUNICAÇÃO - MOBILIZAÇÃO – JAN/2010 A FEV/2011															
MÊS	Jan/ 2010	Fev/ 2010	Mar/ 2010	Abril/ 2010	Mai/ 2010	Jun/ 2010	Jul/ 2010	Ago/ 2010	Set/ 2010	Out/ 2010	Nov/ 2010	Dez/ 2010	Jan/ 2011	Fev/ 2011	TOTAL
VISITAS	1100	2080	2100	2332	2064	649	546	640	816	3354	1489	1652	1454	671	20.401
REUNIÕES	06	11	0	15	07	04	0	0	0	0	07	10	07	02	69
PARTICIPANTES	143	340	0	804	436	114	0	0	0	0	259	231	297	98	2.722
QUESTIONAMENTOS	806	1233	104	2070	1846	157	338	299	446	2124	901	1031	911	105	12.371

II.2. Eventos

Durante o período foi realizado apenas um evento para o público externo - o “II Conversando sobre Belo Monte” -, em função da definição do Consórcio, que posteriormente foi então substituído pela empresa Norte Energia. Com a constituição da empresa, esta atividade ficou condicionada ao início do processo de negociação e aquisição de terras.

Abaixo seguem tabelas com as informações do evento e detalhes sobre as peças de comunicação produzidas para a sua realização:

Informações	Vitória do Xingu	Altamira
Dia	13 / julho / 2010	14 / Julho / 2010
Horário	18h30	18h30
Local	Ginásio Poliesportivo Av. Manoel Félix de Farias, s/n Centro	Casa de Cultura Rua das Palmeiras, s/n Bairro Premem
Participantes	236 pessoas	357 pessoas

EVENTOS (jan/2010 a fev/2011)	PEÇAS PRODUZIDAS		TIRAGEM - VEICULAÇÃO
II Conversando sobre Belo Monte	Peças de divulgação chamando para o evento	Cartazes	500 peças, sendo 200 para Vitória do Xingu e 300 para Altamira, colados no comércio, hotéis, supermercados, restaurantes e outros.
		Faixa de Rua	10 peças, sendo 07 para Altamira e 03 para Vitória do Xingu instaladas nas principais ruas e avenidas de maior movimento.
		Mosquitinhos/ volantes	Produzidas 2mil peças no total, sendo 500 peças distribuídas em Vitória do Xingu e 1mil peças em Altamira, distribuídas nas comunidades, órgãos e instituições.
		Carta Convite impressa	Distribuídas em mão para entidades e instituições de toda a PI pelos agentes de Altamira. Público: lista com 193 nomes entre governo municipal, órgãos governamentais, entidades de classe, organizações da sociedade civil, veículos de comunicação.
		Moto-som	Vitória do Xingu: dias 12 e 13/julho, totalizando 15 horas de divulgação. Altamira: dias 12, 13 e 14 de julho, totalizando 18 horas de divulgação.
		Veículos de comunicação (divulgação conjunta dos dois eventos)	Rádio: Emissoras de rádio locais com abrangência regional, 10 inserções/dia de 30 seg. por 4 dias, em duas emissoras: Rádio AM 670 Rural e FM Vale do Xingu 93,1 TV: Emissoras de TV locais com abrangência regional, 07 inserções/dia de 30 segundos x 2 dias, em duas emissoras: Rede TV canal 8 e Rede Record canal 21
	Peças de sinalização	Faixa de mesa	01 peça
		Banner	02 peças
	Peças de Apoio utilizadas no evento	Apresentação em ppt	01 peça
		Folder 3 “Começa uma Nova Etapa”	Descrito no item Materiais de comunicação
		Mosquito Volante “Nova Etapa”	Descrito no item Materiais de comunicação

II.3. Materiais de comunicação

Produção de materiais de comunicação para apresentação e atualização de informações sobre o empreendimento e o processo de licenciamento ambiental, tais como:

- **Cartilha “Conversando sobre a UHE Belo Monte”:** dirigida à população atingida Produção de uma edição (Cartilha 5) e uma edição em fase final de criação (cartilha 6)
- **Folder:** foco no público-alvo dos eventos, prioritariamente. Produção de uma edição em 2010 (Folder 3);
- **Belo Monte Informa:** comunicação rápida sobre temas específicos, dirigida à população atingida (produção de quatro edições).
- **Caderno Temático:** comunicação de temas específicos, com conteúdo mais extenso, dirigida à população atingida. Produção uma edição (Caderno Temático 1).
- **Maquete física do empreendimento:** uma peça fixa e uma peça itinerante, produzidas em 2009:
 - o Maquete itinerante: utilização pelos agentes de comunicação, em sua interação (visitas e reuniões) com as comunidades locais;
 - o Maquete fixa: utilização para esclarecimento da comunidade que procura o escritório da Elabore, em Altamira, para obter informações sobre o empreendimento, sobre áreas atingidas, entre outras dúvidas.
- **Peças de comunicação para os eventos:** ppt de apresentação, banners, faixas de rua, volantes, cartazes, convites eletrônico e impresso.
- **Programa de Rádio “Conversando sobre Belo Monte”:** programa semanal, de 5 (cinco) minutos, veiculado em 3 (três) emissoras locais: dirigido ao público em geral, na área de influência do empreendimento. Início da veiculação em 22 de dezembro de 2010. Produção de 9 (nove) edições.
- **Página na internet:** dirigido ao público em geral, nacional e internacional (em produção).

Tabelas contendo os materiais de comunicação produzidos no período:

PEÇAS DE COMUNICAÇÃO	TEMAS	DATA DA PUBLICAÇÃO	TIRAGEM/VEICULAÇÃO
Caderno Temático 1 Título: “Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias Rurais e Urbanas”	Reafirmação dos compromissos da UHE Belo Monte, Atingidos e tratamentos, Listagem dos principais questionamentos da aera urbana e rural com as respostas, Mapa da AID com localização do empreendimento.	Março/2010	10 mil peças
Folder 3 Título: “Começa uma Nova Etapa”	Apresentação do Consórcio Norte Energia, Etapas e próximos passos, PBA, Relacionamento com a População.	Jul/2010	10 mil peças
Belo Monte Informa 1	Sondagens geológicas	Agosto/2010	5 mil peças
Belo Monte Informa 2	Cadastro socioeconômico dos imóveis	Out/2010	5 mil peças
Belo Monte Informa 3	Funcionamento dos balcões de atendimento e programa de rádio	Nov/2010	5 mil peças
Belo Monte Informa 4	Apresentação do Consórcio Construtor, Ações na Região, Orientações sobre emprego, Balcões de atendimento e escritórios de apoio	Março/2011	10 mil peças
Cartilha 5 Título: “Começa Uma Nova Etapa”	Apresentação da Norte Energia, PBA, etapas e próximos passos, alterações projeto engenharia, atividades na região, relacionamento com a população (capacitação, cadastro socioeconômico e dos imóveis, melhorias na infraestrutura)	Nov/2010	7.500 peças

PEÇAS DE COMUNICAÇÃO	TEMAS		DATA DA PUBLICAÇÃO	TIRAGEM/VEICULAÇÃO
Mosquitos/volantes	Nova Etapa	Novos passos, Resultado do Leilão, Apresentação do Consórcio Norte Energia	Jul/2010	10 mil peças
	Cadastro	Informações sobre o levantamento de propriedades para cadastramento	Set/2010	5mil peças
Comunicados	SPOT de Rádio 1	Informações sobre o início das atividades de cadastro das famílias e propriedades e sondagens	14 a 23/out/2010 na Rádio AM 670 RURAL	05 inserções diárias durante 9 dias (manhã, tarde e a noitinha). Total: 45 inserções
	SPOT de Rádio 2	Informações sobre indenizações e alerta	06 a 13/jan de 2011 nas emissoras Rural AM e Brasil Novo FM e de 10 a 17/01/2010 na FM Vale do Xingu	Spot de um minuto, cinco inserções diárias (6 h, 9h, 12h, 15h e 18 horas). Total: 35 inserções

PROGRAMAS DE RÁDIO “CONVERSANDO SOBRE BELO MONTE”				
EDIÇÃO	TEMAS	ESPECIFICAÇÃO	DATA VEICULAÇÃO	VEICULOS
PROGRAMA 1	Apresentação do programa e da NORTE ENERGIA, assim como informações gerais sobre a etapa atual do licenciamento ambiental	Programa normal: semanal de 5min, veiculado em 3 emissoras locais, 2 inserções semanais.	22, 25 e 29/dez/2010 e 01/jan/2011	Rádio AM Rural e Rádio Vale do Xingu (em Altamira) e Rádio FM (em Brasil Novo)
PROGRAMA 2	Cadastro Socioeconômico e de Imóveis	Programa normal: semanal de 5min , veiculado em 3 emissoras locais, 2 inserções semanais.	05 e 08/janeiro/2011	Rádio AM Rural e Rádio Vale do Xingu (em Altamira) e Rádio FM (em Brasil Novo)
PROGRAMA 3	Início das ações antecipatórias (obras saúde, educação, saneamento)	Programa normal: semanal de 5min , veiculado em 3 emissoras locais, 2 inserções semanais.	12 e 15/janeiro/2011	Rádio AM Rural e Rádio Vale do Xingu (em Altamira) e Rádio FM (em Brasil Novo)
PROGRAMA 4	Balcão de atendimento e capacitação	Programa normal: semanal de 5min, veiculado em 3 emissoras locais, 2 inserções semanais	19 e 22 de janeiro de 2011	Rádio AM Rural e Rádio Vale do Xingu (em Altamira) e Rádio FM (em Brasil Novo)
PROGRAMA 5	PDRS XINGU	Programa normal: semanal de 5 min,veiculado em 3 emissoras locais,2 inserções semanais	26 e 28 de janeiro de 2011	Rádio AM Rural e Rádio Vale do Xingu (em Altamira) e Rádio FM (em Brasil Novo)
PROGRAMA 6	Orientações à População Migrante e Balcões de Atendimento	Programa normal: semanal de 5min, veiculado em 3 emissoras locais, 2 inserções semanais	02 e 05 de fevereiro de 2011	Rádio AM Rural e Rádio Vale do Xingu (em Altamira) e Rádio FM (em Brasil Novo)
PROGRAMA 7	LI para canteiros de obras		09 e 12 de fev	Rádio AM Rural e Rádio Vale do Xingu (em Altamira) e Rádio FM (em Brasil Novo)
PROGRAMA 8	LI dos Canteiros	Programa normal: semanal de 5min, veiculado em 3 emissoras locais, 2 inserções semanais	16 e 19 de fevereiro de 2011	Rádio AM Rural e Rádio Vale do Xingu (em Altamira) e Rádio FM (em Brasil Novo)
PROGRAMA 09	Canteiros - Programas Socioambientais	Programa normal: semanal de 5min , veiculado em 3 emissoras locais, 2	23 e 26 de fevereiro de 2011	Rádio AM Rural e Rádio Vale do Xingu (em Altamira) e Rádio FM (em Brasil Novo)

		inserções semanais		
--	--	--------------------	--	--

II.4. Atendimento ao público no escritório da Elabore em Altamira (presencial e via telefone)

O atendimento à população no escritório da Elabore de Altamira foi bastante intenso no período de janeiro de 2010 a fevereiro de 2011. Isto se deu em função do aumento da demanda por informações nas fases pós LP e pós leilão, do processo de licenciamento da UHE Belo Monte.

Visando ao acolhimento destas demandas, uma dupla de agentes é mantida sempre presente no escritório da Elabore para atender o público interessado, pessoalmente e por telefone, O escritório funciona no período das 8h as 12h e das 13h30 as 18 horas, de segunda a sexta-feira.

II. LINHA DE AÇÃO 3:

Acompanhamento e atendimento às demandas de apoio na interação com as comunidades locais por parte dos profissionais envolvidos na implementação dos Planos, Programas e Projetos do PBA.

Entre as atividades realizadas dentro desta linha de ação, estão:

- Apoio e acompanhamento dos Eixos de Estudo na Interação com as Comunidades Urbanas e Rurais, entre outros públicos de interesse
- atendimentos às demandas das empresas integrantes do PBA para o acesso as áreas de interesse do empreendimento, na organização de atividades, e produção de materiais de comunicação:
 - Mobilização e produção de reuniões para transmitir informação referente à política e diretrizes do Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias;
 - Informação e solicitação de autorização de acesso para realização do Cadastro Socioeconômico e de Imóveis;
 - Informação e solicitação de autorização de acesso para colocação de placas sinalizadoras dos sítios arqueológicos;
 - Informação e solicitação de autorização de acesso para a realização de sondagens geológicas;
 - Divulgação dos Balcões de Atendimento: através de ações dos agentes em visitas de mobilização com a distribuição de panfletos/mosquitos e através dos programas de Rádio “Conversando Sobre Belo Monte”;

- Divulgação das novas etapas pós LP, pós Leilão, pós formação do consórcio e empresa Norte Energia: através de comunicados de rádio (spot) e através de ações dos agentes em visitas de mobilização com a distribuição de panfletos/mosquitos e edições do Belo Monte informa especialmente confeccionados para este fim;
- Locação, reforma e preparação de imóvel na cidade de Altamira para abrigar o Centro de Informação para as Comunidades Indígenas;
- Produção de arte-final de capas para documentos referentes ao Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias (capas processos ECSA);
- Produção de arte-final das placas sinalizadoras de sítios arqueológicos;
- Produção de artes-finais para divulgação dos Balcões de Atendimento (via cartazes, panfletos e comunicado nas rádios locais).

A seguir apresenta-se tabela contendo as peças de comunicação produzidas em atendimento às demandas no período:

PEÇAS DE COMUNICAÇÃO SOB DEMANDA		TEMAS	DATA DA PUBLICAÇÃO	TIRAGEM/VEICULAÇÃO
Peças para Balcões de Atendimento	Mosquito	Apresentação dos balcões	Nov/2010	5 mil peças
	Cartaz	Apresentação dos balcões	Nov/2010	200 peças
	Faixa/placa de fachada	Sinalização dos balcões	Nov/2010	01 peça
Capas para processos ECSA		Títulos (onze títulos diferentes): “Carta de Crédito”; “Indenização”; “Reassentamento Rural Coletivo”, “Judicial”, “Canteiro de Obra”, Agrovila Santo Antônio”, “Área Urbana de Altamira”, “Caderno de Preço”, “Trecho de Vazão Reduzida - Volta Grande”, “Trecho de Vazão Reduzida - Belo Monte”, “Trecho de Vazão Reduzida - Belo Monte do Pontal”	Fev/2011	11 artes-finais
Placas para sinalização dos Sítios Arqueológicos		02 placas formato 40x56cm: “Santo Antonio 1”, “Santo Antônio 2”; 04 placas formato 1mx1,40m: “Santa Luzia 1”, “Santa Luzia 2”; “Santa Luzia 3” e “Santo Antônio 3”	Dez/2010	06 artes-finais de placas

PEÇAS DE COMUNICAÇÃO SOB DEMANDA	TEMAS	DATA DA PUBLICAÇÃO	TIRAGEM/VEICULAÇÃO
	06 placas formato 40x56cm "Santo Antonio 4"; "Bacaba 1"; "Boa Esperança 1"; "Boa Esperança 2"; "São Francisco das Chagas 1" e "São Francisco das Chagas 2"	Jan/2011	06 artes- finais de placas
Adesivos para veículos a serviço da Norte Energia	Adesivo veículos ECSA	Fev/2011	01 arte-final

A Tabela a seguir contém o resumo das atividades realizadas, no período objeto deste relatório, em apoio ao PBA:

AÇÕES DE APOIO AO PBA (sob demanda) - JAN/2010 A FEV/2011															
MÊS	Jan/ 2010	Fev/ 2010	Mar/ 2010	Abril/ 2010	Mai/ 2010	Jun/ 2010	Jul/ 2010	Ago/ 2010	Set/ 2010	Out/ 2010	Nov/ 2010	Dez/ 2010	Jan/ 2011	Fev/ 2011	TOTAL
CAPACITAÇÃO INTERNA AGENTES ELABORE	0	0	01	0	0	0	01	0	0	0	01	0	01	0	03
CAPACITAÇÃO INTERLOCUTORES	0	0	0	0	0	0	03	02	04	0	0	0	0	01	10
APOIO AOS ESTUDOS E EMPRESAS	0	0	0	0	0	02	03	04	14	05	16	07	10	10	71

III. LINHA DE AÇÃO 4:

Capacitação de interlocutores, com objetivo de capacitar (aspectos socioambientais, atitude em campo e informação sobre o processo) os diversos profissionais envolvidos no projeto para interação com as comunidades locais.

Durante o período foram realizadas **10** (dez) atividades de capacitação de interlocutores e **3** (três) capacitações internas dos agentes de comunicação, vide tabela já apresentada acima no item III.

7.3. Programa de Educação Ambiental de Belo Monte

7.3.1. Introdução

O Programa de Educação Ambiental de Belo Monte apresentado para a implantação da UHE Belo Monte faz parte de um conjunto de ações previstas pelo Estudo de Impacto Ambiental – EIA do empreendimento (Leme, 2009) e integra o Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte. Este Programa se baseia nas diretrizes de Educação Ambiental do Ministério de Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, constantes na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, Lei Federal 9.795/99), no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e Grupos Coletivos Educadores do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (PNFEA).

O Programa de Educação Ambiental nos Canteiros de Obras está inserido no Plano de Relacionamento com a População, cujo objetivo geral “passa pela construção de estratégias de informação e comunicação junto à comunidade, privilegiando o estabelecimento de parcerias e a busca de soluções consensuais entre os diversos públicos envolvidos na implantação da UHE Belo Monte”. EIA UHE Belo Monte.

Este Plano Ambiental visa habilitar os atores sociais que participarão efetivamente da implantação do Empreendimento, identificando sua percepção, com atenta escuta às suas demandas, informando-os sobre as atividades necessárias à consecução do objetivo de seu trabalho, de forma interativa e participativa, a fim de alcançar um relacionamento positivo entre os trabalhadores e destes, com as comunidades da região, num diálogo permanente sobre os principais temas relacionados ao empreendimento e à sua gestão ambiental.

O Programa de Educação Ambiental de Belo Monte tem por finalidade sensibilizar a comunidade em geral e promover a educação ambiental para públicos diferenciados, através de um processo que permita a construção do conhecimento, facilitando a reflexão sobre as complexas relações no meio ambiente, sobretudo aquelas afetadas à disponibilidade do recurso água no planeta e a produção de energia elétrica, com enfoque especial na Bacia do Rio Xingu.

Para atender este objetivo, o Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte, estrategicamente, está orientado para ser desenvolvido em três partes:

- Educação ambiental formal, voltado para a comunidade escolar dos municípios da área de influência direta do empreendimento;
- Educação ambiental não formal para a comunidade dos municípios diretamente afetados pela obra, incluindo as sedes municipais e as comunidades da área rural da ADA e AID;
- Educação ambiental não formal para os trabalhadores nos canteiros de obra dos Sítios Pimental, Bela Vista e Belo Monte.

As diretrizes metodológicas para o desenvolvimento do Programa baseiam-se em metodologias participativas que favorecem o diálogo, o protagonismo social e a construção coletiva de conhecimentos sobre a realidade vivida, estimulando a participação do público-alvo envolvido nas ações e abrindo o seu universo de respostas, passando pelo cotidiano, condições de trabalho, hábitos e demais aspectos intrínsecos à realidade local. O estímulo à reflexão e ao diálogo é o princípio fundamental em todo o processo educativo proposto e tem como eixo central colocar o indivíduo enquanto sujeito na gestão socioambiental.

Espera-se que a realização do Programa de Educação Ambiental de Belo Monte possibilite a consolidação de uma cultura de protagonismo social e de práticas participativas no que se refere à gestão ambiental dos recursos naturais, assim como a construção de novas habilidades e atitudes buscando a melhoria da qualidade de vida e ambiental na região onde se insere o empreendimento.

O Projeto Especial de Educação Ambiental para Populações Indígenas proposto nos Estudos Ambientais realizados (EIA/RIMA) está contemplado no Plano de Readequação do Serviço de Educação para a População Indígena, pois demanda abordagens, conteúdos e metodologias específicas, frente às especificidades culturais deste público-alvo. As equipes técnicas responsáveis pelas ações junto às populações indígenas incorporarão as atividades de educação ambiental em seu escopo de trabalho, respeitando as diferenças e especificidades culturais destas comunidades localizadas na área de influência do empreendimento. Cabe ressaltar que o Projeto Especial de Educação Ambiental para Populações Indígenas fará interface direta com o Programa de Educação Ambiental de Belo Monte.

Após a entrada em operação do empreendimento os Programas de Educação Ambiental e o Programa de Interação Social e de Comunicação deverão evoluir para um Programa de Educomunicação nos moldes previstos na Resolução CONAMA nº422/2010.

7.3.2. Justificativa

Antecedentes históricos da Educação Ambiental

A Educação Ambiental busca desenvolver cidadãos que reconheçam a estreita relação entre todas as formas de vida, com atitudes pró-ativas na busca de soluções para os problemas socioambientais atuais e futuros. Seu papel fundamental consiste em tornar evidente a interdependência das esferas econômicas, sociais, políticas e ecológicas do mundo moderno, fundamentando princípios de desenvolvimento sustentável, preservação de recursos naturais e contribuindo para o estabelecimento de valores e condutas de proteção do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Os princípios que orientam as práticas da educação ambiental atualmente são frutos de inúmeros encontros, congressos, seminários e conferências a nível mundial, desde a década de 1970, sendo organizados no intuito de promover um debate acerca dos principais problemas sociais e ambientais, bem como a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado.

A Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano realizada em 1972 foi um marco histórico e político na história do movimento ambientalista, sendo responsável por inserir a temática da Educação Ambiental na pauta da agenda internacional. Nesta Conferência foi produzido o Plano de Ação Mundial com o objetivo de educar cidadãos comuns e promover a conscientização ambiental de toda a sociedade, tendo na Educação Ambiental o elemento crítico para a crise ambiental do mundo e buscando fazer com que a sociedade refletisse sobre seu modo de produção e consumo.

A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, contribuiu para modificar a concepção que se tinha de ambiente, buscando favorecer uma abordagem holística da questão ambiental, em detrimento de uma visão puramente “naturalista” onde o ambiente seria entendido somente como seus aspectos físicos e bióticos. Esta contribuição tornou-se um dos princípios da Educação Ambiental.

Buscando atender as recomendações da Conferência de Estocolmo, a UNESCO promoveu em Belgrado um encontro internacional em Educação Ambiental que reuniu especialistas de 65 países e criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), estabelecendo princípios e orientações para a Educação Ambiental que deve ser contínua, multidisciplinar, voltada para os interesses nacionais e integrada às diferenças regionais. A Conferência de Tbilisi, outro importante marco para a Educação Ambiental, estabeleceu objetivos, características e estratégias permanentes no plano nacional e internacional, definindo a natureza das ações de educação ambiental, tais como:

- Favorecer a compreensão e preocupação da interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas rurais e urbanas;
- Oferecer a todas as pessoas a oportunidade de adquirir os conhecimentos, valores, atitudes, compromissos e capacidades necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente;
- Criar novas normas de conduta em indivíduos e grupos e na sociedade em geral, em relação ao meio ambiente.

Já em 1992, a Rio 92 vem reafirmar as recomendações da Conferência de Tbilisi, colocando o papel central da Educação Ambiental na busca por um modelo de desenvolvimento sustentável, resultando na elaboração da Agenda 21 e de um Plano de Ação para a Sustentabilidade Humana. Em consonância com os acordos firmados internacionalmente relacionados à temática da Educação Ambiental, o governo brasileiro passa a inserir lentamente esta temática em sua agenda política.

Em 1987, o Brasil participa do Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente, em Moscou, que buscou analisar as conquistas e dificuldades no desenvolvimento de ações de educação ambiental desde a Conferência de Tbilisi, além de discutir uma estratégia internacional de ação em educação e formação ambiental para a década de 1990. Um ano depois é promulgada a nova Constituição Federal Brasileira que dedica um capítulo exclusivo para a questão do meio ambiente e também dispõe em seu Artigo 225, inciso VI que o “poder público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino...”.

A partir deste momento houve uma evolução considerável na Educação Ambiental no Brasil, sendo aprovado, em 1994, o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, definindo diretrizes para a operacionalização de ações de educação ambiental no âmbito nacional. Dois anos mais tarde são elaborados os novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) do Ministério da Educação incorporando a temática ambiental de forma transversal no currículo escolar, propondo uma prática de ensino diferenciada através da integração entre as diferentes disciplinas. A partir do ProNEA são criadas também as diretrizes metodológicas voltadas para a formação de coletivos educadores que consiste em grupos compostos por educadores ambientais populares, formados através de processos educativos para atuarem enquanto animadores socioambientais, dando continuidade às ações socioeducativas junto à diferentes segmentos da sociedade. Como linhas de atuação podem ser destacadas ações de educação ambiental formal, informal, formação técnica ambientalista entre outros. Cabe destacar que a constituição de coletivos educadores refere-se a uma estratégia constante nos educadores ambientais, o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais – PNFEA.

No final da década de 1990 é promulgada a Lei Federal nº 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, consolidando a importância da Educação Ambiental na agenda política brasileira, ocorrendo sua regulamentação através do Decreto

4.281/02. As políticas e diretrizes apresentadas se constituem enquanto referência para a prática da Educação Ambiental no Brasil até os dias atuais.

Contexto regional: um Programa de Educação Ambiental para a UHE Belo Monte

Considerada como a maior obra do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) proposto pelo governo federal, o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte irá gerar 11.233 megawatts (MW). O empreendimento visa suprir a crescente demanda por energia no Brasil, integrando-se ao Sistema Interligado Nacional, responsável por fazer a distribuição de energia elétrica para todas as regiões do país, proporcionando o crescimento econômico nacional e a geração de empregos.

Contudo, a construção e operação da UHE Belo Monte acarretarão alterações profundas na região onde será instalado e as ações de educação ambiental previstas neste programa são de fundamental importância, pois estimulam a abertura de diálogo com os diferentes atores locais e população em geral acerca das relações entre o empreendimento e os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais da região, bem como a relação entre o desenvolvimento alavancado pela obra e os principais aspectos socioambientais da realidade local.

O empreendedor, portanto, atuará como um ator envolvido dentro de uma dinâmica local voltada a busca novos paradigmas de desenvolvimento, envolvendo a população local, poder público, organizações sociais e demais atores que atuam na região a partir de um processo coletivo, dialógico e participativo de construção de conhecimentos e práticas voltadas para a busca de um desenvolvimento sustentável.

A implementação de um Programa de Educação Ambiental ganha relevância ainda maior uma vez que, apesar do avanço das discussões da Educação Ambiental no mundo, diversas pesquisas no Brasil demonstram que a percepção ambiental e a mobilização das comunidades para ações pró-ativas de defesa ou de solução aos problemas ambientais são, na prática, ainda incipientes e envolvem apenas uma pequena parcela da população.

Tornar os públicos-alvo das ações de educação ambiental protagonistas na gestão ambiental mostra-se, portanto, imprescindível na superação de desafios para novos paradigmas de desenvolvimento, estimulando a formação de sujeitos sociais engajados, conscientes e atuantes em busca de territórios sustentáveis. Sendo assim, as ações e diretrizes metodológicas do Programa de Educação Ambiental de Belo Monte buscam instrumentalizar a população local para atuarem enquanto protagonistas na gestão socioambiental e na consolidação de coletivos educadores formados por animadores socioambientais para atuarem em processos socioeducativos permanentes e contínuos voltados para o estímulo às mudanças de atitudes individuais e coletivas, construção de novos saberes e o envolvimento de toda a sociedade na responsabilidade com a sustentabilidade regional.

7.3.3. Objetivos

O Programa de Educação Ambiental de Belo Monte visa sensibilizar a comunidade em geral e promover ações de educação ambiental para públicos diferenciados, através de processos socioeducativos que estimulem a construção de conhecimentos e habilidades condizentes com um desenvolvimento sustentável regional. Terá como objetivo produzir e disseminar conhecimentos e práticas condizentes com os preceitos do desenvolvimento sustentável, partindo de uma reflexão acerca dos problemas e potencialidades socioambientais da região, de forma democrática, participativa e interdisciplinar.

Objetiva também consolidar espaços coletivos para a reflexão e o diálogo sobre as complexas relações entre o indivíduo, meio ambiente e sociedade, com enfoque especial na Bacia do Rio Xingu, fomentando mudanças de atitudes, individuais e coletivas, voltadas para a preservação dos recursos naturais, melhoria da qualidade de vida e um desenvolvimento sustentável.

Para atender a este objetivo, o Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte, estrategicamente, está orientado para ser desenvolvido em três partes:

- Educação ambiental formal voltada para a comunidade escolar (professores e técnicos das Secretarias de Educação) dos municípios da área de influência direta (AID) do empreendimento, buscando subsidiar este público teórico e metodologicamente em Educação Ambiental, bem como desenvolver a capacidade de resolução de conflitos;
- Educação ambiental não formal voltada às comunidades, da sede urbana e áreas rurais (povoados, aglomerados rurais e núcleos de referência rural) dos municípios localizados na área diretamente afetada (ADA) e áreas de influência direta (AID) do empreendimento. Também serão desenvolvidas técnicas de percepção ambiental e do registro de dados e informações, bem como proporcionar vivências e a formulação de questões sobre a UHE Belo Monte;
- Educação ambiental não formal para gestores da obra, líderes de equipe e trabalhadores dos sítios de obra Pimental, Belo Vista e Belo Monte, através de ações socioeducativas que abordem a realidade socioambiental, noções de cidadania, preservação dos recursos naturais, respeito à cultura da população local entre outros. As atividades destinadas aos técnicos responsáveis pela construção da UHE Belo Monte têm como objetivo subsidiá-los teórico e metodologicamente em Educação Ambiental, além de proporcionar vivências e a formulação de questões sobre a UHE Belo Monte, com o intuito de mitigar o impacto da obra.

7.3.4. Metas

- Obter e garantir a participação no Curso Formativo para o ensino não-formal de 60% das lideranças comunitárias em até 6 meses de trabalho;
- Garantir a participação de 60% do corpo docente da rede pública nos cursos formativos voltados ao ensino formal no primeiro ano de implantação do programa, ou seja, em 2011;
- Expandir a participação do corpo docente da rede pública para 80% no decorrer do ano de 2012 e os dois primeiros trimestres de 2013;
- Realizar 1 Fórum Anual em cada município (ao todo são 5) a partir de 2012 até 2015, totalizando 20 Fóruns no prazo de 4 anos (conforme cronograma);
- Realizar cursos formativos (forma, informal e não formal) para capacitar atores locais (lideranças comunitárias, professores, representantes do poder público, organizações sociais, ONG's e formadores de opinião) dentro da perspectiva da Pesquisa Ação, instrumentalizando-os para atuarem enquanto animadores socioambientais através da consolidação de grupos coletivos educadores garantindo a continuidade e permanência dos processos socioeducativos iniciados no PEA Belo Monte.
- Realizar campanhas socioeducativas para sensibilizar a comunidade escolar e a população local quanto à importância da preservação dos recursos naturais e biodiversidade local, bem como estimular mudanças de atitudes, individuais e coletivas, voltadas à melhoria da qualidade de vida e ambiental na região. No que tange à comunidade escolar e população local, a meta será realizar uma campanha por trimestre ao longo do ano de 2013, 2014 e os dois primeiros trimestres de 2015, totalizando 10 campanhas;

- Realização de campanhas socioeducativas e atividades lúdicas e de sensibilização na obra (equipe técnica, gestores e líderes de equipe). Para este público estão previstas uma campanha por trimestre, no período que vai do terceiro trimestre de 2011 até o último trimestre de 2013, totalizando 10 campanhas;
- Consolidar um Centro Regional de Educação Ambiental da bacia do rio Xingu (CREAX) para servir como referência em ações de educação ambiental, no âmbito local e regional, integrando as ações desenvolvidas junto aos diferentes públicos do Programa e grupos de coletivos educadores consolidados, bem como realizando ações de educação ambiental, atividades culturais e lúdicas para disseminar conhecimentos e práticas condizentes com um desenvolvimento sustentável da região, até o 2º trimestre de 2013.

7.3.5. Etapas do Empreendimento nas Quais Deverá ser Implementado

O Programa de Educação Ambiental de Belo Monte está proposto para ser implementado durante todo o período da obra e até um ano após a concessão da Licença de Operação. As etapas de avaliação e reorientação, propostas para ocorrerem anualmente servirão para corrigir os rumos propostos e incorporar novas atividades, em função da demanda dos públicos-alvo.

7.3.6. Área de Abrangência

De acordo com a delimitação das áreas de influência apresentada no EIA da UHE Belo Monte, O Programa de Educação Ambiental de Belo Monte deverá ser desenvolvido nas sedes urbanas dos municípios da área de influência direta (AID) – Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Brasil Novo, bem como nos povoados, aglomerados rurais e núcleos de referência rural localizados na área diretamente afetada (ADA) e área de influência direta (AID), conforme apontado a seguir:

- Município Altamira - Agrovila Sol Nascente (margem direita do Xingu), Agrovila Princesa do Xingu, Agrovila Piauiense e Agrovila Senador Carlos Pena Filho (as três na margem esquerda do Xingu), Agrovila Cilo Bananal, Agrovila Olavo Bilac, Gavianzinho, Padre Eurico Krautler, Sagrado Coração de Jesus (Pioneira), Santo Antônio, São João Batista, Itapuama, Mangueira (Cana Verde), Transassurini, Travessão dos Cajás, Travessão Paratizinho, Travessão do Espelho, Babaquara, Bom Jardim I, Travessão Pimentel/Quatro Bocas e Ramal dos Crentes;
- Município Vitória do Xingu – Agrovila Leonardo da Vinci e Belo Monte, Bom Jardim II, Paratizão, Santa Luzia, São Francisco das Chagas (Baixada), Santo Antônio, São José, São Pedro, São Raimundo Nonato, Deus é Amor (São Francisco);
- Município Anapu – Belo Monte do Pontal e Surubim;
- Município Senador José Porfírio – Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo (localizados no trecho que terá redução de vazão) e Vila Nova (localizado a jusante da Casa de Força Principal), Itatá e Trans União (no trecho de vazão reduzida) e Alto Brasil, Bom Pastor e Travessão do Bambú (núcleos a jusante da Casa de Força Principal);
- Município Brasil Novo – Santa Juliana
- Ainda pertencente à área diretamente afetada (ADA) e, portanto, incluídas nas ações do PEA Belo Monte as áreas relativas aos sítios de obra Pimental, Belo Vista e Belo Monte.

7.3.7. Base Legal e Normativa

O Programa de Educação Ambiental a ser desenvolvido atenderá as diretrizes de Educação Ambiental do Ministério de Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, constantes na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, Lei Federal 9.795/99), regulamentada pelo Decreto nº. 4.281, de 2002, devendo ser dada especial atenção às Diretrizes para a Operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e Grupos Coletivos Educadores do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (PNFEA).

“A Educação Ambiental enquanto prática dialógica, que objetiva o desenvolvimento da consciência crítica pela sociedade brasileira, deve estar comprometida com uma abordagem da problemática ambiental que inter-relacione os aspectos sociais, ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos e éticos. A educação ambiental enquanto processo participativo, através do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, adquirem conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a conquista e manutenção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

A Política Nacional de Educação Ambiental, promulgada em abril de 1999 através da Lei Federal 9.795/99, estabelece que todos têm direito à educação ambiental como parte do processo educativo mais amplo, incumbindo: (I) ao Poder Público (art. 205 e 225 da Constituição Federal) definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; (II) às instituições educativas, promover educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; (III) aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; (IV) aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação; (V) às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente; (VI) à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

A Lei 9797/99 determina ainda que as atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: (I) Capacitação de recursos humanos; (II) Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; (III) Produção e divulgação de material educativo; (IV) Acompanhamento e avaliação.

O artigo 9º define a Educação Ambiental Formal aquela desenvolvida no âmbito da educação escolar, a desenvolvida nos currículos das instituições de ensino públicas e privadas.

O artigo 13 trata da Educação Ambiental Não-formal, e a define como as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, onde se incentiva: I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de

programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal; III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais; IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; VI - a sensibilização ambiental dos agricultores; VII – o ecoturismo.

O Decreto 4281/2002, que regulamenta a Lei nº. 9.795/99 no seu artigo 5º trata da inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino e recomenda como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II - a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

No artigo 6º, que trata do cumprimento do Decreto, estabelece que deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados: - a todos os níveis e modalidades de ensino; II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental; III - às políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde; IV - aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas; V - a projetos financiados com recursos públicos; e VI - ao cumprimento da Agenda 21.

7.3.8. Metodologia

A Educação Ambiental deve reconhecer o público-alvo enquanto sujeito do processo educativo, levando em consideração que tais sujeitos se constituem enquanto atores sociais capazes de promover uma transformação social e se definem a partir do seu modo de produção, vida cotidiana particular e coletiva, cultura entre outros aspectos, e que estes devem participar com suas especificidades no trabalho pedagógico dialógico e comunicativo. Deve também ampliar a participação popular nos processos de produção e de difusão de conhecimento sobre questões ambientais para efetivar-se como meio de conscientização e de transformação social.

Para tanto, a metodologia proposta neste Programa de Educação Ambiental busca fomentar o protagonismo social na gestão socioambiental, instrumentalizando e incentivando população local, poder público, organizações locais e trabalhadores da área de influência da UHE Belo Monte a desenvolverem pesquisas, monitoramentos e debates sobre os problemas socioambientais vivenciados em seus territórios.

Sem a ação protagonista dos atores locais a proposta de monitorar de forma colaborativa, participativa, presente, continuada, sincrônica e diacronicamente as transformações socioambientais não só perde o sentido como sua viabilidade prática. À medida que o monitoramento ambiental proposto se efetivar como uma construção da própria população, ele se tornará uma ação de intervenção no contexto social para responder a problemas reais, relativos ao bem comum.

Dessa forma, para o desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental de Belo Monte, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA e Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais - PNFEA, a metodologia proposta é a Pesquisa Ação Participante que se fundamenta na importância do processo investigativo de forma participativa e na reflexão coletiva, envolvendo atores locais nas possibilidades de intervenção na realidade socioambiental vivida por eles.

Trata-se de uma metodologia coletiva que favorece o diálogo e a construção coletiva de conhecimentos específicos sobre a realidade local na busca por territórios sustentáveis, estimulando a participação dos públicos-alvo e abrindo o seu universo de respostas, incorporando as explicações e percepções dos próprios participantes que se colocam, assim, em situação de investigador.

Na Pesquisa Ação Participante, o participante é conduzido à produção do próprio conhecimento e se torna o sujeito dessa produção, desenvolvendo uma análise crítica da realidade local e seus principais aspectos, extraindo-se as dimensões negativas (problemas) e positivas (potencialidades) das questões socioambientais, assim como a interação dos atores e ações socioambientais desenvolvidas e sua abrangência.

Esse processo visa formar sujeitos sociais encarando a realidade numa perspectiva de mudança, impulsionando grupos locais à reflexão e à ação, estimulando seu poder de organização, integração e intervenção socioambiental. O estímulo à reflexão e ao diálogo é o princípio fundamental em todo esse processo.

Gestão e planejamento para territórios sustentáveis

A gestão e planejamento para territórios sustentáveis se propõem a apoiar o planejamento, a avaliação, a gestão e a internalização da Educação Ambiental no governo e na sociedade, por meio da apropriação do Programa Nacional de Educação Ambiental e suas diretrizes, trazendo para o debate público as transformações no âmbito social, ambiental, político e cultural decorrentes da implantação da UHE Belo Monte.

Atua também na perspectiva do fortalecimento de coletivos e colegiados municipais que sejam espaços de diálogo, interlocução e articulação entre atores locais e empreendedor visando monitorar as transformações regionais decorrentes da implantação da obra, acompanhando e monitorando as ações socioambientais constantes no Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte, bem como ampliar a percepção acerca da realidade socioambiental dos diversos segmentos sociais e os desafios na busca por territórios sustentáveis.

Para tanto, deve-se consolidar comissões municipais em cada município da área de influência direta, constituído por representantes de organizações locais, instituições e entidades, organizações não governamentais, poder público, agentes econômicos e lideranças comunitárias, que terá como finalidade monitorar as ações socioambientais do empreendedor e as mudanças decorrentes da implantação da obra na região.

Cursos formativos de Educadores Ambientais Populares para o ensino formal e não formal

Os cursos formativos voltados à capacitação e instrumentalização de atores locais para atuarem enquanto animadores socioambientais através da consolidação de grupos de Coletivos Educadores consiste na implementação de processos formativos voltados para a capacitação e instrumentalização dos públicos-alvo para atuarem como agentes

multiplicadores, os Educadores Ambientais Populares. Envolve o ensino formal e não formal, incentivando processos educativos que contemplem a compreensão cognitiva e afetiva da complexidade ambiental, contextualizada na dinâmica socioeconômica, cultural e política brasileira e mundial, possibilitando uma transformação ética da ação individual e coletiva, fortalecendo grupos locais para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora.

Constituem-se enquanto Coletivos Educadores grupos formadores por agentes locais, agentes socioambientais e agentes educacionais que passarão por cursos formativos junto à população residente nas sedes urbanas, povoados, aglomerados rurais, núcleos de referência rural e sítios de obras dos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.

Em linhas gerais, a formação de Educadores Ambientais Populares proposta, em consonância com o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais – PNFEA visa:

- Apoiar e estimular processos educativos que apontem para a transformação ética e política em direção à construção da sustentabilidade socioambiental;
- Fortalecer sujeitos sociais e grupos locais para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora em processos formativos, ampliando o envolvimento da sociedade em ações socioambientais de caráter pedagógico – Coletivos Educadores;
- Formar e instrumentalizar professores, lideranças locais, representantes do poder público, organizações sociais e demais atores locais para atuarem enquanto educadores ambientais junto às comunidades, da sede urbana e comunidades rurais, na busca por territórios sustentáveis.

Os cursos formativos em Educadores Ambientais Populares deverão ser adequados a cada público-alvo das ações, formal e não formal, seguindo as diretrizes de abordagem e conteúdos conforme apontado neste Programa. Contudo, é fundamental estimular a criação de espaços coletivos de diálogo e interação entre os participantes, possibilitando a complementação do processo formativo através da troca de experiências, vivências e conhecimentos entre todos envolvidos nas ações do Programa.

Como resultado dos cursos formativos busca-se a capacitação e instrumentalização de atores locais (professores, educadores, representantes do poder público e organizações sociais, lideranças comunitárias entre outros) para atuarem enquanto grupos de Coletivos Educadores constituídos por Educadores Ambientais Populares, multiplicando conhecimentos e práticas voltadas à melhoria da qualidade de vida e ambiental em sua localidade e/ou área de atuação.

Além de atuarem enquanto agentes multiplicadores esperam-se o envolvimento destes animadores socioambientais no apoio e parceria com a equipe técnica do PEA Belo Monte na elaboração e desenvolvimento de ações socioeducativas (oficinas, palestras, campanhas, atividades culturais, workshops, etc.), com foco nas datas representativas da temática ambiental, como o dia da água e semana do meio ambiente, por exemplo, para sensibilizar, conscientizar e fomentar mudanças de atitudes para a superação dos principais desafios para um desenvolvimento sustentável junto à população local.

A formação de atores locais para atuarem enquanto Coletivos Educadores, como educadores ambientais, além de possibilitar um maior alcance das informações e conhecimentos junto ao público em geral, bem como estimular o engajamento da população local na gestão adequada do ambiente, também é uma importante estratégia para

possibilitar a continuidade e permanência dos processos socioeducativos e das ações iniciadas com o Programa na região.

7.3.9. Atividades a Serem Desenvolvidas

As atividades que serão desenvolvidas e que estão detalhadas abaixo têm como público-alvo a comunidade escolar dos municípios da área de influência direta do empreendimento, os trabalhadores nos canteiros de obra do Sítio Pimental, Bela Vista e Belo Monte e a comunidade dos municípios diretamente afetados pela obra, incluindo as sedes municipais e as comunidades da área rural da ADA e AID.

Oficinas Informativas

As Oficinas Informativas tem como objetivo ampliar as informações sobre a UHE Belo Monte e propiciar espaços de diálogo visando amenizar possíveis resistências locais à implantação da obra, bem como aproximar as ações socioambientais do empreendedor junto ao poder público, representantes de organizações sociais e lideranças comunitárias. Para a realização das oficinas serão focados os seguintes públicos, considerando também os temas apresentados a seguir:

- Prefeitos, Secretários Municipais, Legislativo Municipal e lideranças comunitárias e demais Tomadores de Decisões Locais.
- A UHE Belo Monte: localização, potencialidades e fragilidades;
- Principais aspectos dos planos, programas e projetos socioambientais;
- As atividades econômicas a serem estimuladas na área do Projeto;
- A necessidade do Planejamento Territorial na área do Projeto;
- Legislação Ambiental pertinente ao empreendimento;
- Os usos múltiplos da água do reservatório;
- Conciliação de Interesses, pactuação de ações, gestão de conflitos.
- Apresentação do Programa de Educação Ambiental e sua importância no desenvolvimento sustentável regional.

O público-alvo das oficinas, conforme apontado anteriormente, serão convidados a participar da apresentação da UHE Belo Monte e dos programas socioambientais, em especial o PEA, consolidando espaços de troca de informações e expectativas, bem como potenciais parcerias entre empreendedor, equipes técnicas e atores locais. Cada oficina terá uma duração aproximada de 4 horas, sendo uma em cada município da área de influência direta, podendo ser realizada mais de uma oficina em municípios que apresentam uma organização social mais ampla e complexa e/ou de acordo com as estratégias adotadas para garantir o envolvimento e participação do público-alvo.

Exposição Itinerante

A Exposição Itinerante, assim como as Oficinas Informativas, tem como objetivo disseminar informações e conhecimentos acerca da UHE Belo Monte e os programas socioambientais previstos, com foco no PEA. Tais exposições serão confeccionadas em material de fácil transporte e montagem (banners), para serem colocadas em escolas, clubes, prefeituras, espaços públicos (praças, parques, etc.) para informar e envolver a população local nas questões relativas ao empreendimento e ao Programa. As mesmas percorrerão todos os municípios que fazem parte do escopo das ações do PEA, ficando um tempo mínimo de uma semana em cada localidade. Dentre os possíveis temas a serem abordados na exposição, pode-se destacar:

- A bacia hidrográfica do Xingu;
- A UHE Belo Monte: localização, potencialidades e fragilidades;
- Principais aspectos dos planos, programas e projetos socioambientais;
- Os usos múltiplos da água do reservatório;
- Apresentação do Programa de Educação Ambiental e sua importância no desenvolvimento sustentável regional.
- Corte esquemático mostrando as etapas da construção da hidrelétrica;
- Corte esquemático da região do Projeto, mostrando a região da Volta grande do Xingu,
- As áreas a serem alagadas e de vazão reduzida e etc.;
- Principais aspectos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima).

Essa exposição deve ser acompanhada pela equipe técnica responsável pelas ações do Programa de Educação Ambiental visando à aproximação gradual da equipe junto aos atores locais, organizações sociais e comunidades alvo das ações. Essa estratégia contribuirá para a mobilização e envolvimento do público em geral no diálogo e expectativas em relação ao empreendimento, as transformações decorrentes de sua implantação na realidade local e os potenciais conteúdos e abordagens a serem incorporados no PEA Belo Monte referentes aos desafios para a melhoria da qualidade de vida local e preservação dos recursos naturais.

Distribuição de cartilhas informativas

Durante a realização da Exposição Itinerante nos municípios da área de influência direta (AID) e Oficinas Informativas junto ao poder público, representantes de organizações sociais e lideranças comunitárias é fundamental a distribuição de cartilhas informativas contendo os principais aspectos da UHE Belo Monte e informações sobre o Programa de Educação Ambiental, tais como: público alvo, objetivos, metodologia, ações previstas, resultados esperados entre outros.

Esse material possibilita uma maior visibilidade do Programa, início do diálogo entre equipe técnica e público alvo acerca das ações em educação ambiental, bem como fomentar a mobilização e envolvimento do mesmo no desenvolvimento do PEA Belo Monte. A abordagem dos conteúdos da cartilha informativa deverá ser de fácil compreensão, esclarecedora, ilustrativa e didática, possibilitando um bom entendimento de seu conteúdo por diferentes segmentos da sociedade. Dentro os conteúdos abordados, minimamente, devem constar:

- A UHE Belo Monte: localização, potencialidades e fragilidades;
- A relação do empreendimento com o desenvolvimento local;
- Os usos múltiplos da água do reservatório;
- Principais aspectos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA);
- Principais aspectos dos planos, programas e projetos socioambientais;
- Apresentação do Programa de Educação Ambiental (objetivos, ações e resultados esperados) e sua importância para o desenvolvimento sustentável regional.

Curso Formativo de Educadores Ambientais Populares para o ensino formal

O Curso Formativo de Educadores Ambientais Populares é voltado para professores da rede pública municipal e estadual dos municípios da área de influência direta da UHE Belo Monte propiciará uma análise crítica da educação ambiental no espaço escolar, na sua relação com a proposta de transformação socioambiental, ou seja, no seu papel como ferramenta de construção do projeto pedagógico de sustentabilidade socioambiental, com base na Carta da Terra, Agenda 21, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA e Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais - PNFEA.

Partirá de uma leitura crítica do papel, contexto e importância da educação ambiental no ensino formal, de forma relacionada com as práticas vivenciadas pelos próprios professores, e, com o estudo de documentos e textos atuais sobre os desafios e as potencialidades deste fazer educacional no dia a dia das escolas públicas. Como resultado do curso formativo espera-se formar e instrumentalizar professores para atuarem enquanto Educadores Ambientais Populares, disseminando conhecimentos e práticas voltados para o desenvolvimento sustentável junto à comunidade escolar.

A carga horária mínima para certificação do curso formativo será de 120 horas sendo realizados 10 encontros mensais com duração de 8 horas (oficinas, palestras, saídas a campo orientadas, atividades culturais, etc.), totalizando 80 horas de atividades presenciais e 40 horas de atividades não presenciais (leitura de materiais, pesquisas, elaboração de projetos e propostas de ações socioeducativas). A realização de encontros mensais dentro do prazo de dez meses justifica-se para poupar os professores de uma sobrecarga de trabalho que poderia desestimular a presença nos encontros e dificultar o trabalho dos mesmos nas atividades escolares formais.

Está prevista a realização de 1 curso formativo em cada município envolvido nas ações do PEA Belo Monte, com duração máxima de um ano cada, totalizando 5 cursos desenvolvidos ao final do Programa. Em cada município, o curso formativo deverá envolver no mínimo 30 por cento do corpo docente das escolas públicas municipais e estaduais da área de influência direta, podendo dividir os professores da rede em turmas reduzidas para facilitar o processo educativo.

Para a realização do curso formativo serão utilizados materiais didáticos (apostilas e cartilhas) que servirão de apoio ao desenvolvimento do curso, podendo ser incorporados outras fontes bibliográficas pertinentes, artigos, vídeos e demais materiais audiovisuais.

Conteúdo programático do Curso Formativo de Educadores Ambientais Populares para o ensino não formal:

- A Educação Ambiental e a história de vida de cada um;
- A questão ambiental e o processo histórico de apropriação dos recursos naturais na bacia do Xingu;
- As interferências do modelo econômico na realidade socioambiental;
- A questão do conhecimento: novos paradigmas, novos conceitos, novos valores em Educação Ambiental;
- A educação, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- A percepção ambiental acerca da biodiversidade local e comunidades tradicionais;
- O educador ambiental popular e sua postura dialógica, participativa, mediadora e holística na construção da relação entre educação e cidadania;
- A interdisciplinaridade;
- A relação entre indivíduo, meio ambiente e sociedade;
- Bases metodológicas e instrumentos pedagógicos da Educação Ambiental, com foco na Pesquisa Ação Participante;
- Abordagem geral de experiências pessoais trazidas pelos participantes.

Curso Formativo de Educadores Ambientais Populares para o Ensino Não Formal

O Curso Formativo de Educadores Ambientais Populares é voltado para as lideranças comunitárias, formadores de opinião, membros de organizações não governamentais, gestores municipais, atores locais, representantes de organizações sociais e lideranças comunitárias visa instrumentalizar e capacitar os participantes para atuarem enquanto agentes multiplicadores dos conhecimentos coletivamente construídos e práticas condizentes com um desenvolvimento sustentável junto à população local, sede urbana e rural, e público em geral.

O Curso Formativo de Educadores Ambientais Populares para o ensino não formal proposto deverá acontecer nas sedes urbanas dos municípios da área de influência direta (AID) do empreendimento – Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Brasil Novo e Anapu, contudo deverá também envolver representantes de povoados, aglomerações rurais e núcleos de referência rural para que os conhecimentos e práticas trabalhados no curso possam ser multiplicados pelos educadores formados junto às famílias da área rural e demais localidades.

A carga horária mínima para certificação do curso formativo será de 80 horas sendo realizados 6 encontros mensais com duração de 8 horas (oficinas, palestras, saídas à campo orientadas, atividades culturais, etc.), totalizando 48 horas de atividades presenciais e 38 horas de atividades não presenciais (leitura de materiais, pesquisas, elaboração de projetos e propostas de ações socioeducativas). Está prevista a realização de 1 curso

formativo em cada município envolvido nas ações do PEA Belo Monte, com duração máxima de um semestre cada, totalizando 5 cursos desenvolvidos ao final do Programa.

Para a realização do curso formativo serão utilizados materiais didáticos (apostilas e cartilhas) que servirão de apoio ao desenvolvimento do curso, podendo ser incorporados outras fontes bibliográficas pertinentes, artigos, vídeos e demais materiais audiovisuais.

Conteúdo programático do Curso Formativo de Educadores Ambientais Populares para o ensino não formal:

- A Educação Ambiental e a história de vida de cada um;
- A questão ambiental e o processo histórico de apropriação dos recursos naturais na bacia do Xingu;
- As interferências do modelo econômico na realidade socioambiental;
- A Educação Ambiental, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- O educador ambiental e sua postura dialógica, participativa, mediadora e holística na construção da relação entre educação e cidadania;
- Bases metodológicas da educação ambiental, com foco na Pesquisa Ação Participante;
- Abordagem geral de experiências pessoais trazidas pelos participantes;
- A construção coletiva da matriz de problemas socioambientais – Mapeamento Socioambiental;
- Descrição densa x descrição superficial dos fenômenos socioambientais;
- Conteúdos e práticas sustentáveis para a preservação dos recursos naturais e biodiversidade e melhoria da qualidade de vida e ambiental adequadas a cada realidade;
- Estruturando o trabalho de coleta, registro e análise dos dados socioambientais;
- Estruturando a ação em educação ambiental – elaboração, articulação e implementação de intervenções socioambientais e campanhas.

Curso Formativo Voltado para Técnicos, Gestores e Líderes de Equipe

Realização de curso formativo voltado para os técnicos, gestores e líderes de equipe, com carga horária mínima de 30 horas, podendo ser divididos em turmas, de acordo com estratégias adotadas pela equipe responsável pela sua execução. Os cursos formativos visam capacitá-los para atuarem como agentes multiplicadores para a disseminação de conhecimentos e práticas que possibilitem a todos os trabalhadores apropriarem-se dos valores intrínsecos ao manejo ambiental sustentável.

Os técnicos, gestores e líderes de equipe formados como agentes multiplicadores, em parceria com a equipe técnica do PEA - Belo Monte desenvolverão campanhas socioeducativas junto aos trabalhadores e equipes técnicas da obra, abordando temas importantes para a manutenção de ambiente de trabalho saudável e seu entorno. Dentre as ações possíveis de serem desenvolvidas junto aos trabalhadores realizadas por gestores e líderes de equipe que passarem pelo curso estão a distribuição de materiais educativos, realização de palestras, murais informativos, campanhas, atividades lúdicas entre outras possibilidades. Dentre os conteúdos abordados no curso formativos, destacam-se:

- A questão ambiental e o processo histórico de apropriação dos recursos naturais, as interferências do modelo econômico;
- A educação, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- Abordagem geral de experiências pessoais trazidas pelos participantes;
- A pesquisa orienta a prática: a construção coletiva da matriz de problemas sócio-ambientais

- Técnicas de percepção ambiental;
- Estruturando a ação em educação ambiental no canteiro de obras;
- Coleta seletiva de matérias;
- Técnicas para minimizar o impacto ambiental no canteiro de obras.
- Ações práticas de conservação da fauna silvestre, bem como posturas adequadas de respeito aos animais.
- Esclarecimentos quanto aos programas ambientais que serão conduzidos no âmbito de implantação do PBA para as instalações iniciais, relativos à fauna e flora.

Como resultado dos cursos formativos com gestores e líderes de equipe espera-se O desenvolvimento de campanhas socioeducativas, atividades lúdicas e de sensibilização, distribuição de materiais educativos dentre outras ações envolvendo grupos de trabalhadores da obra visando a disseminação dos conhecimentos e práticas sustentáveis construídas coletivamente com os participantes a partir dos conteúdos do curso voltadas para um manejo ambiental sustentável.

Oficinas de Manejo Sustentável e Conservação dos Quelônios

Realização de oficinas envolvendo povoados rurais, ribeirinhos e população local da área de influência direta do empreendimento visando disseminar conhecimentos sobre a ecologia dos quelônios aquáticos, em especial, aspectos reprodutivos e padrões de comportamento, bem como técnicas de manejo e conservação, sensibilizando e conscientizando sobre a importância do manejo sustentável dos quelônios e sua relação com a biodiversidade local.

Os períodos, locais e horários das oficinas, bem como a carga horária das oficinas, devem ser adequados de forma a garantir o maior número possível de moradores locais das áreas rurais e imediações. Dessa forma, antes do início das oficinas junto aos povoados, aglomerados rurais e núcleos de referência rural, a equipe técnica responsável deverá fazer um levantamento junto ao público alvo buscando adequar as ações ao cotidiano das famílias das áreas rurais e, conseqüentemente, possibilitando sua participação nas atividades.

Dentre os conteúdos a serem abordados, destacam-se:

- O ciclo hidrológico e a bacia do Rio Xingu;
- A biodiversidade local, com foco nos quelônios aquáticos;
- Aspectos reprodutivos e padrões de comportamento dos quelônios e sua relação com o rio Xingu;
- O manejo sustentável e a conservação de quelônios;
- As transformações decorrentes da construção da hidrelétrica junto às populações de quelônios;
- Potencialidades da obra para o manejo sustentável e conservação de quelônios.

Elaboração de Material Didático, Informativo e de Apoio

Apostilas dos Cursos Formativos (ensino formal e não formal)

Cartilhas, apostilas e demais materiais impressos elaborados para subsidiar os conteúdos abordados nos Cursos Formativos a serem realizados junto aos públicos-alvo do ensino formal e não formal, servindo como material de consulta e aprofundamento dos conhecimentos trabalhados junto aos Educadores Ambientais Populares. Deverá conter, entre outros conteúdos, os conceitos e abordagens indicados anteriormente para cada público.

Material didático, informativo e de apoio – Cartilhas, folders, folhetins

Traduzir a linguagem técnica dos estudos realizados no âmbito de Estudo de Impacto Ambiental (meio físico, meio biótico e meio socioeconômico), incorporando a tais conhecimentos técnicos os saberes populares e conhecimentos construídos coletivamente com os participantes dos Cursos Formativos.

Esses materiais deverão conter um enfoque interdisciplinar e uma linguagem que possibilite a compreensão dos conteúdos por alunos da rede pública (ensino fundamental e médio) e públicos em geral. Subsidiarão as ações do PEA - Belo Monte e também servirão de importante instrumento para os Educadores Ambientais Populares participantes dos cursos formativos, do ensino formal e não formal, no desenvolvimento de intervenções socioambientais, processos educativos e campanhas voltadas para sensibilização e conscientização sobre a realidade socioambiental junto à população residente nas sedes urbanas e áreas rurais.

Está previsto a elaboração de 7 cartilhas para subsidiar as ações do Programa, divididas por eixo temático conforme apontados a seguir. Cabe ressaltar que a abordagem dos conteúdos, bem como a linguagem utilizada nos materiais didáticos, será de fácil acesso e ilustrativas possibilitando a fácil compreensão por diferentes públicos (população da sede urbana, alunos do ensino fundamental e médio, famílias rurais, etc.).

Os eixos temáticos das cartilhas e a descrição do conteúdo abordado são apresentados a seguir, contudo é importante apontar que tais conteúdos serão elaborados ao longo do desenvolvimento das ações do Programa junto aos públicos-alvo incorporando aspectos da realidade local, como cotidiano, valores, hábitos, costumes entre outros, possibilitando a sua adequação às vivências locais e, assim, a identificação da população local com os materiais.

UHE Belo Monte

Esta cartilha terá como objetivo apresentar de maneira clara e sucinta o empreendimento da UHE Belo Monte, mostrando a importância do mesmo a nível regional e nacional bem como sua relação com a realidade local em seus diferentes âmbitos (sociais, econômicos, ambientais, culturais). Também serão trabalhados os principais aspectos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e dos planos, programas e projetos do PBA, com foco no PEA Belo Monte (objetivos, ações e resultados esperados) e sua importância para o desenvolvimento sustentável regional.

Energia

Nesta cartilha serão trabalhados conteúdos relativos às fontes de geração de energia no Brasil, a problemática da crescente aumento da demanda por energia, consumo responsável e alternativas menos poluentes de geração de energia no contexto atual (sistemas hidrelétricos, energia eólica, energia solar, energia proveniente da biomassa, dentre outros).

Recursos Hídricos

Diante da escassez de água potável no mundo e da má utilização que o homem vem fazendo deste recurso, esta cartilha terá como objetivo trabalhar o tema da 'água' de maneira crítica abordando tanto questões de cunho mais técnico como o ciclo hidrológico, mudanças climáticas globais, fontes poluentes dos recursos hídricos como apresentar o arcabouço legal e institucional vigente no que concerne ao tema 'água'. Além disso, a cartilha irá apresentar formas racionais de uso da água e alternativas que possibilitam o reaproveitamento deste recurso.

Biodiversidade e Sociodiversidade

O intuito desta cartilha é fazer com que a população tenha conhecimento da biodiversidade e sociodiversidade amazônica e de sua importância, atentando para formas de uso e manejo que a população local faz desta diversidade, buscando a valorização e respeito pela cultura regional. Também será trabalhado nesta cartilha o processo histórico de apropriação dos recursos naturais na bacia do Xingu.

Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

O conteúdo desta cartilha terá como foco principal na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 13.305/10) e decreto regulamentador 7.404/10, abordando, de forma, didática e lúdica, diretrizes relativas à gestão integrada dos resíduos sólidos, incluindo os perigosos, bem como as responsabilidades de todos os geradores, inclusive população, e da administração pública na destinação adequada destes resíduos.

Ambiente de Trabalho Saudável - Canteiro de obras

Essas cartilhas destinam-se aos trabalhadores dos canteiros de obras e abordará conhecimentos básicos de conservação ambiental e meio ambiente, manejo sustentável dos recursos naturais e áreas de conservação, responsabilidade técnica e ações de prevenção de acidentes ambientais e segurança do trabalhador, prevenção contra epidemias e DST/AIDS, situações que potencializem ou possam provocar impactos em suas atividades rotineiras de trabalho, comportamentos e formas de relacionamento nos períodos de lazer e recreação que possam comprometer a qualidade ambiental e o desencadeamento de conflitos com a comunidade local dentre outros.

Manejo Sustentável e Conservação de Quelônios

A cartilha traduzirá a linguagem técnica dos conceitos dos estudos realizados no âmbito de Estudo de Impacto Ambiental sobre os quelônios, incorporando a tais conhecimentos técnicos os saberes populares e conhecimentos construídos coletivamente com os participantes das oficinas. Deverá conter uma linguagem que possa subsidiar a realização de campanhas socioeducativas voltadas para sensibilização, conscientização e fomento de mudanças de atitudes, individuais e coletivas, dos povoados rurais, ribeirinhos e população local sobre a importância da conservação e técnicas de manejo sustentável de quelônios e biodiversidade em geral.

Os conteúdos e formas de abordagem do material didático e informativo levarão em conta os conhecimentos e práticas sustentáveis trabalhados nas oficinas junto ao público-alvo, bem como a realidade local referente aos hábitos alimentares e aspectos sociais, econômicos, culturais, religiosos, etc. que permeiam a relação entre população local, quelônios e biodiversidade.

Centro Regional de Educação Ambiental da bacia do rio Xingu (CREAX)

O Centro Regional de Educação Ambiental da bacia do rio Xingu (CREAX), a ser construído no município de Altamira, servirá enquanto centro de referência das ações, realizadas pelo Programa junto aos diferentes públicos, disponibilizando os registros das experiências e atividades desenvolvidas, bem como os diversos materiais didáticos e audiovisuais desenvolvidos ao longo do Programa.

O centro atuará no âmbito regional visando integrar e articular os diferentes públicos-alvo participantes dos cursos formativos, oficinas e demais atividades, permitindo a troca de experiências e conhecimentos entre os todos. Servirá também enquanto referência do Programa de Educação Ambiental de Belo Monte na atuação e articulação junto aos demais grupos sociais atuantes na região da bacia do rio Xingu.

Contará com um banco de dados composto com registros fotográficos e escritos de todas as atividades do Programa nos municípios, materiais didáticos, informativos e de apoio e produções audiovisuais elaboradas pelos participantes, dispendo também de uma infraestrutura de multimídia e informática que permita integrá-lo à rede do Ministério de Meio ambiente e Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SiBEA).

Além de servir enquanto centro de referência das ações do Programa, o Centro de Regional de Educação Ambiental da Bacia do Xingu contará também com espaços e infraestrutura para a realização de campanhas socioeducativas na temática ambiental, no desenvolvimento de atividades lúdicas e de sensibilização quanto às principais questões socioambientais e também se constituirá enquanto um espaço público e coletivo para diálogo e debates acerca da realidade socioambiental. Dentre as possibilidades de atividades a serem realizadas no Centro, pode-se destacar:

- Realização de eventos comemorativos (como Dia da Água, Dia da Terra, Semana do Meio Ambiente, etc.) com atividades lúdicas, culturais e científicas, tendo como foco a bacia do rio Xingu e a UHE Belo Monte;
- Exposições dos produtos audiovisuais elaborados pelos participantes do Programa de Educação Ambiental a partir das ações em Educomunicação – Oficinas de Linguagem Audiovisual e Comunicação Popular;
- Atividades culturais, como peças teatrais, danças e outras manifestações culturais voltadas para a temática socioambiental visando sensibilizar e envolver diversos segmentos sociais no debate sobre os principais desafios para o desenvolvimento sustentável;
- Trilhas: estimular as prefeituras municipais e produtores rurais a marcarem trilhas para caminhadas, orientadas por educadores ambientais, para observação, dentre outros: da vegetação e da fauna e dos acidentes geográficos.
- Exposições permanentes de práticas agropecuárias sustentáveis, manejo e conservação de quelônios, história da bacia do rio Xingu e suas transformações, retratos das comunidades tradicionais e sua relação com a região entre outros.

7.3.10. Apresentação dos Resultados/Produtos a Serem Gerados

O Programa de Educação Ambiental do Belo Monte deverá ter propostas de trabalho construídas com os diferentes segmentos sociais, ou seja; professores e alunos, lideranças comunitárias, representantes de organizações sociais, poder público, população local, ribeirinhos, trabalhadores da obra, agentes locais, etc. usando métodos participativos para interação, execução, discussão, avaliação e aprovação das atividades a serem desenvolvidas, proporcionando sustentabilidade no novo contexto socioambiental criado.

Dentre os resultados esperados, esperam-se como essenciais os seguintes:

- Disseminação de informações sobre a UHE Belo Monte e conhecimentos condizentes com um desenvolvimento sustentável, com o apoio e envolvimento do empreendedor, equipes técnicas do PBA, atores locais e população em geral;
- Elaboração e distribuição estratégica de materiais didáticos, informativos e de apoio – cartilhas, apostilas, folders, folhetins, etc., elaborados pela equipe técnica

responsável com a participação dos públicos-alvo dos cursos formativos para subsidiar as ações propostas, abordando minimamente os conteúdos previamente definidos neste Programa;

- Formação em Educadores Ambientais Populares de pelo menos 30 por cento do total de professores da rede público municipal e estadual dos municípios da AID;
- Formação em Educadores Ambientais Populares de lideranças comunitárias, representantes de organizações sociais, poder público, formadores de opinião e demais atores sociais para atuarem enquanto agentes multiplicadores junto à população local, da sede urbana e rural;
- Consolidação de grupos de Coletivos Educadores constituídos por atores locais capacitados e instrumentalizados nos cursos formativos (formal, informal e não formal) para atuarem na disseminação de conhecimentos e práticas sustentáveis, garantindo a continuidade e permanência dos processos socioeducativos iniciados e ações de educação ambiental junto a diferentes grupos sociais;
- Capacitação de técnicos, gestores e líderes de equipes para atuarem como agentes multiplicadores junto aos trabalhadores no canteiro de obras;
- Disseminação de conhecimentos sobre manejo sustentável e conservação de Quelônios junto aos povoados rurais, ribeirinhos, organizações sociais e públicos em geral, com elaboração de materiais didáticos e informativos;
- Realização de atividades culturais, lúdicas e campanhas socioeducativas em parceria com os Educadores Ambientais Populares formados nos cursos para sensibilizar, conscientizar e promover mudanças de atitudes da população local em relação às principais questões socioambientais da região;
- Criação do Centro Regional de Educação Ambiental da bacia do rio Xingu (CREAX), no município de Altamira, para a promoção de atividades de educação ambiental no âmbito regional, articulando as ações realizadas nos municípios envolvidos e disponibilizando um banco de dados dos materiais, registros e ações desenvolvidas pelo Programa, bem como infraestrutura de mídia e informática para subsidiar as ações na região.

Esperam-se ainda relatórios mensais de andamento, consubstanciando as atividades realizadas no período, com descrição da metodologia adotada, detalhamento das atividades com registros fotográficos e escritos, etc. e relatórios parciais ao final de cada etapa (semestrais e anuais), procurando finalizar os resultados obtidos e concluindo os trabalhos da etapa, e relatório final com a síntese dos resultados ao final do Programa.

7.3.11. Equipe Técnica Envolvida

A equipe técnica da proponente deverá ser constituída por profissionais que apresentem experiência comprovada em trabalhos de educação ambiental que, além de terem formação específica para sua atuação, devem estar legalmente habilitados (registro no IBAMA – Cadastro Técnico Federal de Atividades), bem como devem cumprir as normas e legislações vigentes, municipais, estaduais e federais.

Para o desenvolvimento das ações propostas, estima-se que a equipe técnica envolvida diretamente no Programa deva ser composta por 11 profissionais, sendo 2 responsáveis pela coordenação das atividades, e 12 estagiários para apoio no desenvolvimento das atividades previstas no Programa. Inicialmente, deverão ser definidos e orientados os profissionais envolvidos no desenvolvimento das ações junto aos públicos-alvo específicos.

Considerando a realidade local, qual seja a distância entre os municípios envolvidos no Programa e a acessibilidade entre os mesmos, recomenda-se que a equipe técnica prevista

seja dividida em equipes com atuação municipal, conforme apontado no organograma representado na **FIGURA 7.3.12-1**. Cabe ressaltar que as equipes municipais deverão ser permanentemente orientadas e integradas pela coordenação responsável através de reuniões periódicas de acompanhamento.

Recomenda-se também a contratação imediata de um profissional de nível sênior ou pleno para a coordenação geral do Programa e de dois profissionais qualificados, um de nível pleno para a coordenação adjunta e um de nível júnior de apoio, para o início do diálogo com os públicos-alvo, organizações sociais da região e representantes dos programas socioambientais previstos para a implantação da UHE Belo Monte. O desenvolvimento das atividades previstas para o Programa pode gerar ajustes na equipe prevista.

As formações profissionais preferenciais para cada colaborador estão descritas no **QUADRO 7.3.12-1**, considerando-se também adequadas formações correlatas às expostas

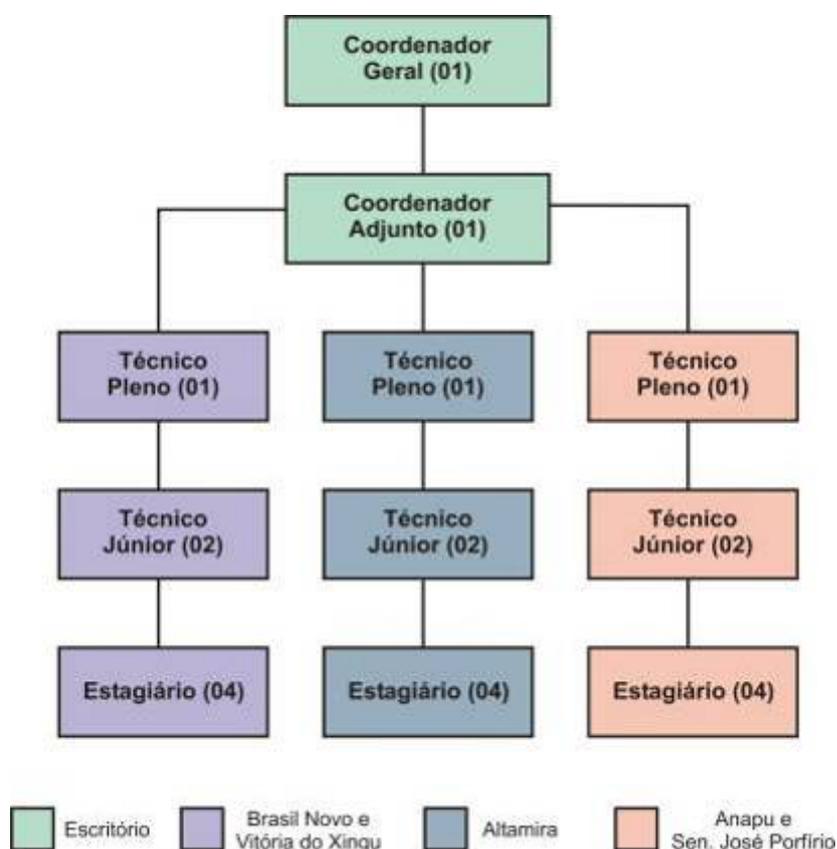


FIGURA 7.3.12-1 – Organograma da Equipe Técnica

QUADRO 7.3.12-1
Descrição da Equipe Técnica

Atividades	Quantidade	Categoria Profissional	Formação Profissional
Coordenação Geral do Programa	01	Sênior ou Pleno	Ciências Sociais, Ciências Ambientais, Pedagogia, Geografia
	01	Pleno	Ciências Sociais, Ciências Ambientais, Pedagogia, Geografia
Atividades do PEA Belo Monte nos municípios da área de influência direta – Altamira, Anapu, Brasil Novo, Sen. José Porfírio e Vitória do Xingu	03	Pleno	Ciências Sociais, Ciências Ambientais, Geografia, Pedagogia, Psicologia, Comunicação Social
	06	Júnior	Serviço Social, Ciências Sociais, Ciências Ambientais, Geografia, Pedagogia, Psicologia, Comunicação Social
	12	Estagiário	-

7.3.12. Interface com outros Planos, Programas e Projetos

O Programa de Educação Ambiental fará interface com todos os Planos, Programas e Projetos constantes no PBA frente ao seu caráter interdisciplinar e complexidade da temática a ser desenvolvida nas atividades de educação ambiental junto ao público alvo. Como principal interface pode-se apontar a apropriação e incorporação dos conhecimentos técnicos em diferentes áreas (físico, biótico e socioeconômico) aos conteúdos abordados nas oficinas, cursos formativos, materiais didáticos e demais ações previstas neste Programa.

É importante ressaltar, conforme apontado anteriormente, a interface direta com o Projeto Especial de Educação Ambiental para as Populações Indígenas, constante no Plano de Readequação do Serviço de Educação para as Populações Indígenas, para potencial troca de conhecimentos e informações e também integração de atividades em educação ambiental entre os públicos-alvo.

Para a interlocução com os atores locais e população, bem como a elaboração dos materiais didáticos, informativos e de apoio, destaca-se a interface com o Programa de Interação Social e Comunicação, a fim de divulgar as informações acerca do empreendimento e também disseminar conhecimentos sobre práticas sustentáveis.

Destaca-se, ainda:

- Interface com o Projeto de Monitoramento e Manejo de Quelônios e Crocodilianos nas oficinas de educação ambiental voltadas para o manejo sustentável e conservação de Quelônios, além da elaboração e distribuição de materiais informativos e de apoio visando disseminar conhecimentos sobre a ecologia dos quelônios aquáticos, em especial, aspectos reprodutivos e padrões de comportamento, bem como técnicas de manejo e conservação;
- Interface com os Programas de Educação Patrimonial e Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural nos cursos de formação para o ensino não-formal, buscando a valorização do patrimônio histórico e cultural da região;

- Interface com o Plano Ambiental para Construção e demais programas correlatos nas atividades de educação ambiental voltadas para os trabalhadores da obra, onde o Programa de Educação Ambiental realizará cursos formativos voltados para técnicos, gestores e líderes de equipe envolvidos com as obras com o objetivo de disseminar conhecimentos e práticas sustentáveis.
- Interface com o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório da UHE Belo Monte – PACUERA e seus programas e projetos;
- Interface com o Projeto de Reassentamento Rural prevendo a elaboração e distribuição de materiais educativos, realização de palestras, murais informativos, campanhas, atividades lúdicas, entre outras possibilidades à população que será reassentada visando à disseminação de conhecimentos e práticas sustentáveis.
- Interface com o Projeto de Desmatamento na medida em que buscará elaborar e distribuir material informativo à população a respeito da necessidade de realização de desmatamento na área que será alagada. Também poderão ser utilizados os insumos (fauna e flora coletada no enchimento da represa) fornecidos pelo Projeto de Desmatamento junto ao Projeto de Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora e Fauna para promover a Educação Ambiental no Centro de Referência que está previsto neste Programa.
- Interface com o Plano de Requalificação Urbana e demais Planos, Programas e Projetos das áreas físico e biótico através da incorporação desses conteúdos nos cursos formativos junto ao ensino formal e não formal, bem como demais campanhas socioeducativas previstas para o canteiro de obras e público em geral.

O ANEXO I “NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE” apresenta com maior detalhamento as interfaces do Programa de Educação Ambiental com os outros programas socioambientais descritos anteriormente.

7.3.13. Avaliação e Monitoramento

Para acompanhamento das ações e dados gerados pelo Programa de Educação Ambiental de Belo Monte são propostos relatórios mensais, com registros fotográficos e escritos das atividades desenvolvidas, condensando os dados e informações do período; relatórios semestrais com análise e compilação das atividades do período; relatórios anuais, com análises do período. Estes relatórios devem subsidiar o acompanhamento do empreendedor sobre as ações de educação ambiental desenvolvidas junto aos públicos-alvo durante o período de desenvolvimento do Programa.

Durante o desenvolvimento das atividades de educação ambiental junto aos públicos-alvo, a equipe técnica deverá realizar avaliações através de questionários, avaliações abertas e/ou dinâmicas de grupo, possibilitando o acompanhamento das ações no que se refere aos conteúdos assimilados, participação e envolvimento, resultados obtidos entre outros. Tais avaliações devem ser incorporadas aos relatórios mensais e semestrais, com análise técnica e proposição de readequações do Programa.

O Fórum Anual de Diálogo e Avaliação do Programa de Educação Ambiental de Belo Monte também se constitui uma importante ferramenta para avaliação e monitoramento do Programa, contando com o envolvimento dos públicos-alvo para avaliação e reorientação das ações de educação ambiental a serem desenvolvidas no ano subsequente, de forma participativa e democrática. A avaliação poderá ser realizada através de questionários, avaliações abertas e/ou dinâmicas de grupo. Nos relatórios anuais deverão ser incorporadas as avaliações dos Fóruns Anuais de Diálogo e Avaliação do PEA Belo Monte, bem como os seguintes indicadores:

- Verificação da disseminação do material didático, informativo, de apoio e audiovisual desenvolvido, tais como folders, cartilhas, apostilas, acervos fotográficos, documentários ou qualquer produto utilizado para sensibilizar, esclarecer e conscientizar os diferentes segmentos da sociedade sobre as questões socioambientais da região.
- Relação percentual entre o número de municípios situados na área de influência direta da UHE Belo Monte e o número de municípios participantes do Programa de Educação Ambiental.
- Relação percentual entre o número de Educadores Ambientais Populares formados através dos cursos formativos para o ensino não formal e o número de agentes que atuam, formam opinião e participam junto aos diferentes segmentos sociais dos municípios da área de influência direta da UHE Belo Monte.
- Relação percentual entre o número de Educadores Ambientais Populares formados através dos cursos formativos para o ensino formal e o número total de professores da rede pública municipal e estadual, devendo representar minimamente 30 por cento.
- Relação entre a sustentabilidade das comunidades antes e depois da implantação do Programa no que diz respeito ao potencial destas comunidades no protagonismo social e enfrentamento dos problemas socioambientais da região no novo contexto.
- Relação percentual entre as atividades em educação ambiental (encontros, oficinas, cursos, lúdicas, etc.) realizadas e o número total de atividades previstas no Programa de Educação Ambiental de Belo Monte.
- Número total de visitantes do Centro Regional de Educação Ambiental da bacia do rio Xingu (CREAX), quantificado semestralmente, para participação das atividades realizadas no local.

Pesquisa de Opinião sobre o PEA Belo Monte

Desenvolvimento de pesquisa de opinião destinada a avaliar o cumprimento dos objetivos e metas do Programa em execução na área de influência da UHE Belo Monte, bem como o grau de satisfação dos envolvidos nas ações de educação ambiental realizadas. A pesquisa de opinião deverá servir como instrumental para o redirecionamento das ações socioeducativas desenvolvidas pelo Empreendedor junto aos públicos locais indicando, sempre que possível sugestões de adequações e melhorias nas atividades do PEA Belo Monte.

Dentre os objetivos da pesquisa de opinião, destacam-se:

- Avaliar o grau de satisfação dos pesquisados com as diversas ações de educação ambiental realizadas.
- Identificar causas de possíveis insatisfações.
- Identificar pontos fortes e fracos dos serviços e das ações socioeducativas em desenvolvimento.
- Identificar as mudanças de opinião pública com relação à UHE Belo Monte.
- Identificar as causas dos bloqueios ou resistências na receptividade e envolvimento dos públicos alvo no Programa.
- Levantar sugestões de melhoria e adequações das ações de educação ambiental aprimorando seu bom andamento.

A pesquisa de opinião será anual e deverá ser realizada por uma equipe técnica especializada, não envolvida diretamente com as ações da equipe técnica envolvida no desenvolvimento das ações do PEA Belo Monte. Deverá se realizar através da coleta de

dados junto aos públicos alvo e demais atores locais através da aplicação de questionários semi-estruturados, com posterior análise dos resultados obtidos e proposição de ações para melhoria e adequação das ações do Programa de Educação Ambiental Belo Monte. A área de abrangência da pesquisa será a área de influência direta (AID), área diretamente afetada (ADA) e canteiros de obra.

A periodicidade da pesquisa de opinião será anual e seus resultados, bem como a proposição de ações decorrentes da posterior avaliação, serão apresentados à equipe técnica do PEA Belo Monte para as devidas adequações e redirecionamentos nas ações de educação ambiental em andamento, e também deverão ser apresentados nos Fóruns de Acompanhamento Social para apreciação do público envolvido e integrados, tanto os resultados da pesquisa de opinião quanto às medidas de adequação adotadas, aos relatórios de atividades do PEA Belo Monte

7.3.14. Parcerias Recomendadas

A implantação do Programa de Educação Ambiental do Belo Monte demandará o estabelecimento de diversas parcerias, formais ou informais, junto aos atores institucionais internos e externos ao empreendimento, movimentos sociais atuantes na região e representantes das comunidades envolvidas nas ações do Programa.

Visto que o Programa de Educação Ambiental pressupõe uma abordagem participativa e busca a integração dos diversos segmentos sociais envolvidos no processo, é recomendável que o Empreendedor busque estabelecer uma interlocução com organizações sociais, poder público e lideranças comunitárias que possuam uma atuação política significativa. Para tanto, os estudos realizados no EIA/RIMA identificou os principais grupos organizados atuantes na região que subsidiará a consolidação de uma rede de contatos e parcerias para o desenvolvimento das atividades de educação ambiental formal e não-formal, podendo ser incorporadas demais organizações sociais durante o desenvolvimento do Programa.

No âmbito das instituições da esfera pública, é importante a interlocução junto às Secretarias Municipais de Educação e Secretaria Estadual de Educação, facilitando o envolvimento do corpo docente nos cursos formativos. Além disso, o município de Altamira conta com Conselhos Municipais, como o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Educação, com quem o empreendedor também deverá fazer interlocução sobre as ações de educação ambiental.

Para as ações voltadas para o ensino não formal, é importante a interlocução com movimentos sociais, organizações não governamentais e demais organizações sociais, tais como Associações de Trabalhadores Rurais e/ou Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento para o Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, Movimento das Mulheres da Transamazônica, Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu entre outros grupos sociais identificados.

7.3.15. Responsável pela Implantação

O Empreendedor é o responsável pela implantação deste programa.

7.3.17. Profissionais Responsáveis pela Elaboração do Programa ou Projeto

Antonio Carlos de França – IBAMA nº 118317 CREA nº 0601620011

Guilherme Saad Ximenes – IBAMA nº 3620898

Joana Rodrigues Caparro – IBAMA nº 242168 – CRA-SP 82425

Gilberto Shein – IBAMA nº 5020450

7.3.18. Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos R. *Pesquisa Participante*, Brasiliense, São Paulo, 1981.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. Editora Gaia, 9ª ed., São Paulo, 2004.

LEME Engenharia Ltda. Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. 2009.

FERRARO JR, Luis Antonio (org.). *Encontros e caminhos: formação de educadores (as) ambientais e coletivos educadores*. MMA, Diretoria de Educação Ambiental, Brasília, 2005.

FREIRE, Paulo. *A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra, São Paulo, 1996.

LOUREIRO, Frederico. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. Editora Cortez, São Paulo, 2004.

LOUREIRO, F., LAYRARGUES, P.P., CASTRO, R.S. (orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. Editora Cortez - 3ª ed - São Paulo, 2005.

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental/Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3ª Edição – Brasília: MMA, 2005.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*, 6ª ed., Editora Cortez, São Paulo, 1994.

TRAJBER, Rachel. “Educomunicação para coletivos educadores”. In: FERRARO JR, Luis Antonio (org.). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2005.

7.3.19. Anexos

ANEXO I “NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES		
PROGRAMA	Programa de Desmatamento e Limpeza das Áreas dos Reservatórios		
PROJETO	Projetos de Desmatamento e de Delineamento da Capacidade do Mercado Madeireiro e Certificação de Madeira		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Supressão da Vegetação	<p>1. Nos cursos formativos de Educadores Ambientais (para o ensino formal e não formal) e para os trabalhadores da obra, abordar os seguintes tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • desmatamentos necessários à implantação da UHE Belo Monte (implantação das estruturas da obra, acessos, Lts, aproveitamento da madeira e melhora na qualidade da água); • área desmatada X área revegetada pela UHE Belo Monte (mitigação e compensação); • desmatamentos na Amazônia X UHE Belo Monte; • aproveitamento racional e manejo dos recursos florestais (iniciativas existentes na Amazônia); 	2012	T3 e T4
		2013	T1 e T2

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES		
PROGRAMA	Programa de Conservação e Manejo da Flora		
PROJETO	Projeto de Resgate e Aproveitamento Científico da Flora		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Conservação de Espécies Vegetais	<p>1. Nos cursos formativos para os trabalhadores da obra, abordar com os técnicos, gestores e líderes de equipe (principalmente os responsáveis pelas frentes de desmatamento) os objetivos e metas do Projeto, bem como transmitir orientações sobre as espécies alvo a serem resgatadas durante as atividades de supressão necessárias à implantação das estruturas da obra.</p> <p>2. O mesmo procedimento será adotado junto à(s) equipe(s) da(s) empresa(s) responsável(is) pelas atividades de desmatamento nos reservatórios.</p>	2012	T3 e T4
		2013	T1 e T2

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES		
PROGRAMA	Programa de Conservação e Manejo da Flora		
PROJETO	Projeto de Formação de Banco de Germoplasma		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Coleta e processamento do material genético coletado	1. Abordar e introduzir o tema como atividade prática na Formação de Educadores Ambientais Populares, capacitando os participantes nas técnicas e procedimentos estabelecidos na metodologia do Projeto.	2012	T3 e T4
		2013	T1 e T2

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES		
PROGRAMA	Programa de Conservação da Fauna Terrestre		
PROJETO	Projeto de Afugentamento da Fauna Terrestre e Salvamento Aproveitamento Científico da Fauna		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Resgate da Fauna	<p>1. Os animais que são soltos e a fragmentação de áreas, provocada pelas atividades de supressão e formação dos reservatórios, pode ocasionar uma intensa movimentação aleatória de espécimes da fauna silvestre. Dessa forma, o Programa de Educação Ambiental deve abordar nas suas vertentes e com os diferentes públicos alvos, tópicos como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • legislação pertinente e sanções relacionadas à caça, captura e manutenção de animais silvestres em cativeiro; • riscos à saúde causados pela criação e consumo de animais silvestres; • conservação da fauna e manutenção da integridade das florestas. 	2011	T3 e T4
		2012	T1, T2, T3 e T4
		2013	T1, T2, T3 e T4
		2014	T1, T2, T3 e T4
		2015	T1, T2, T3 e T4

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES		
PROGRAMA	Programa de Conservação da Fauna Terrestre		
PROJETO	Projeto para Mitigação de Impactos pela perda de Indivíduos da Fauna por Atropelamento		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Ações educativas	1. Além das ações educativas já propostas no Projeto, sugere-se a participação da equipe do Programa de Educação Ambiental, orientando a instalação de sinalização específica, nos pontos identificados como críticos nas estradas monitoradas, com o objetivo de orientar e advertir os motoristas sobre os riscos de atropelamentos de animais silvestres nesses trechos.	2011	T2, T3 e T4
		2012*	T1, T2, T3 e T4

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES		
PROGRAMA	Programa de Conservação da Fauna Terrestre		
PROJETO	Projeto de Controle de Endemias Transmissíveis à Fauna Silvestre		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Avaliação clínica e de sorologia da fauna doméstica (cães e gatos) para verificar a prevalência de endemias	1. O Programa de Educação Ambiental deve abordar, nas suas vertentes e com os diferentes públicos alvos, a adoção de práticas sanitárias adequadas em relação aos animais domésticos, visando à diminuição e a proliferação de doenças endêmicas e zoonoses.	2011	T3 e T4
		2012	T1, T2, T3 e T4
		2013	T1, T2, T3 e T4
		2014	T1, T2, T3 e T4

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES		
PROGRAMA	Programa de Conservação da Fauna Terrestre		
PROJETO	Projetos de Monitoramento da Herpetofauna, Avifauna, Mamíferos Terrestres e Quirópteros		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
	1. Idem às sugestões e recomendações apresentadas aos Projetos de Afugentamento da Fauna Terrestre e Salvamento e Aproveitamento Científico da Fauna.	2011	T3 e T4
		2012	T1, T2, T3 e T4
		2013	T1, T2, T3 e T4
		2014	T1, T2, T3 e T4
		2015	T1, T2, T3 e T4

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS		
PROGRAMA	Programa de Conservação da Ictiofauna		
PROJETO	Projeto de Resgate e Salvamento da Ictiofauna		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Resgate da Ictiofauna	1. Em função das dimensões das áreas atingidas pelas ensecadeiras, e da imprevisibilidade inerente a essa atividade, as equipes alocadas podem ser insuficientes para a remoção em tempo hábil de todos os espécimes aprisionados na região atingida. Nesse sentido, como plano de contingência, o Programa de Educação Ambiental deve organizar, orientar e treinar, com apoio da equipe técnica desse Projeto, uma força de trabalho voluntária para situações emergenciais (número excessivo de peixes aprisionados) composta por trabalhadores da obra, pescadores da região e outros que queiram contribuir e participar dessa atividade.	2011	T2, T3 e T4

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS		
PROGRAMA	Programa de Conservação da Ictiofauna		
PROJETO	Projetos de Aqüicultura de Peixes Ornamentais, de Monitoramento da Ictiofauna e de Incentivo à Pesca Sustentável		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Fortalecimento da Cadeia Produtiva e da Organização Social	2. Essa ação, pela sua dimensão e objetivos, irá demandar a criação de um componente específico no Programa de Educação Ambiental. O principal resultado esperado é apresentar, para esse público alvo, alternativas de geração de renda. Nesse sentido, no âmbito do Programa de Educação Ambiental, deve ser planejada e implementada uma capacitação continuada, em sintonia com os objetivos, metas e resultados desses três Projetos. Essa capacitação visa desenvolver as potencialidades gerenciais e participativas dos pescadores, previamente cadastrados, com conteúdos adaptados às características sociais e ambientais da região. Parcerias com instituições/organizações públicas e ou privadas, como o SEBRAE, são essenciais.	2011	T3 e T4
		2012	T1, T2, T3 e T4
		2013	T1, T2, T3 e T4

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
	<ul style="list-style-type: none"> • a implantação da UHE Belo Monte e a conservação dos recursos pesqueiros; • oportunidades alternativas de negócios, no setor pesqueiro, geradas UHE Belo Monte; • associativismo, cooperativismo e cadeia de comercialização na pesca artesanal; • manejo participativo de recursos pesqueiros na Amazônia; • conservação do pescado para melhores condições de comercialização; • formas de beneficiamento de pescado de baixo custo. • legislação pesqueira e ambiental pertinente; • representação política e organização social da pesca; • eco-turismo, pesca esportiva, aqüicultura de peixes ornamentais em aquários, criação de peixes de consumo em tanques escavados. 	2014	T1, T2, T3 e T4
		2015	T1, T2, T3 e T4
		2016	T1, T2, T3 e T4

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS		
PROGRAMA	Programa de Conservação da Fauna Aquática		
PROJETO	Projetos de Estudos Bioecológicos sobre a Capacidade Adaptativa dos Quelônios em Novas Áreas, Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios e Manejo de Quelônios		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
-	Obs.: O Programa de Educação Ambiental já prevê a realização de "Oficinas para o Manejo Sustentável e Conservação dos Quelônios".	-	-

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	BIÓTICO
PLANO	PLANO DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS AQUÁTICOS		
PROGRAMA	Programa de Conservação da Fauna Aquática		
PROJETO	Projeto de Monitoramento de Mamíferos Aquáticos e Semi-aquáticos		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Objetivo	3. Interagir com a equipe do Projeto visando apoiar e construir, conjuntamente, um plano de ação de acordo com as abordagens específicas estabelecidas e os públicos alvos do Programa de Educação Ambiental, com o objetivo de buscar alternativas para reduzir os conflitos, já existentes, entre pescadores e botos, tucuxis, lontras e ariranhas. Também, na mesma linha, buscar alternativas e estabelecer estratégias visando à diminuição da pressão de caça sobre o peixe-boi na região de jusante da UHE Belo Monte.	2011	T3 e T4
		2012	T1, T2, T3 e T4
		2013	T1, T2, T3 e T4
		2014	T1, T2, T3 e T4
		2015	T1, T2, T3 e T4
		2016	T1, T2, T3 e T4

NECESSIDADES DE AÇÕES DE INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	
PLANO	PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DA VOLTA GRANDE		
PROGRAMA	Programa de Monitoramento das Condições de Navegabilidade e das Condições de Vida		
PROJETO	Projetos de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações, da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção e Monitoramento das Condições de Vida das Populações da Volta Grande		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de comunicação	
		Ano	Trimestre
Atividades a serem Realizadas	1. O Programa de Educação Ambiental deverá criar turmas específicas do Curso Formativo de Educadores Ambientais Populares (para o ensino formal e não formal) para a população da Volta Grande, desenvolvendo por meio de oficinas os conteúdos já estabelecidos no Programa.	2012	T3 e T4
		2013	T1 e T2

NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	FÍSICO
PLANO	PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO		
PROGRAMA	Programa de Controle Ambiental Intrínseco		
PROJETO			

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Critérios ambientais para o processo produtivo	<p>1. Além dos conteúdos já estabelecidos no Programa de Educação ambiental, abordar nos cursos formativos para os trabalhadores da obra (técnicos, gestores e líderes de equipe) os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • lei de crimes ambientais; • uso racional e conservação da água; • uso racional e conservação da energia; • impactos ambientais de Belo Monte e ações executadas (Planos, Programas e Projetos) para mitigação e/ou compensação). 	Ação contínua (Obs.: término associado a desmobilização total dos canteiros)	-

NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	FÍSICO
PLANO	PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO		
PROGRAMA	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas		
PROJETO			

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Recomposição e revegetação das áreas degradadas	<p>1. Por meio das “Oficinas Informativas”, “Reuniões participativas” e “Fóruns de Diálogo Permanente”, propostos no Programa de Educação Ambiental, estabelecer um plano de ação conjunta com proprietários do entorno das áreas a serem recuperadas, no sentido de se evitar a presença do gado nessas áreas, bem como a prática das queimadas. Enfoque na restrição de acesso do gado a essas áreas (pecuária extensiva) e na prevenção contra queimadas, buscando e propondo alternativas para essas práticas já estabelecidas na região.</p> <p>2. Estimular, buscar e apoiar iniciativas de recuperação de áreas degradadas nessas propriedades do entorno.</p>	2011	T3 e T4
		2012	T1, T2, T3, T4
		2013	T1, T2, T3, T4
		2014	T1, T2, T3, T4
		2015	T1, T2, T3, T4
		2016	T1, T2, T3, T4

NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	LEME	MEIO	FÍSICO
PLANO	PLANO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS		
PROGRAMA	Programas de Monitoramento das Águas Subterrâneas e Limnológico e de Qualidade da Água		
PROJETO			

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Monitoramento da qualidade da água superficial e subterrânea e análise dos resultados	<p>1. Prover informações sobre a qualidade da água superficial e subterrânea na área de influência do empreendimento para estudantes e comunidade local em geral. Abordar, entre outros, os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • qualidade da água na área de influência do empreendimento; • usos múltiplos na área influência; • fontes de contaminação existentes; • medidas de conservação implementadas no âmbito do empreendimento. 	Ação contínua	-

NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	CNEC WorleyParsons	MEIO	Socioeconômico
PLANO	Atendimento à População Atingida		
PROGRAMA	De Recomposição das Atividades Produtivas Rurais		
PROJETOS	De Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar, de Recomposição de Atividades Produtivas de Áreas Remanescentes e Reestruturação do Extrativismo Vegetal		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação Ed. Ambiental	
		Ano	Trimestre
Fomentar a participação de jovens, idosos e mulheres	Núcleos de Pesquisa Ação Participante (PAP's)	2013	T3, T4
		2014	T1, T2, T3, T4
		2015	T1, T2, T3, T4
		2016	T1, T2, T3, T4
Estabelecer espaços para debates periódicos	Núcleos de Pesquisa Ação Participante (PAP's)	2013	T3, T4
		2014	T1, T2, T3, T4
		2015	T1, T2, T3, T4
		2016	T1, T2, T3, T4
Identificar e realizar cursos de capacitação	Cursos Formativos de Educadores Ambientais Populares para o Ensino Formal e Não Formal	2012	T4
		2013	T1, T2

NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	CNEC WorleyParsons	MEIO	SOCIOECONOMICO
PLANO	PLANO DE RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO		
PROGRAMA	PROGRAMA ORIENTAÇÃO E MONITORAMENTO DA POPULAÇÃO MIGRANTE		
PROJETO			

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Orientação aos migrantes	-Campanhas e ações de conscientização ambiental junto à população migrante	2011 a 2015	1º, 2º 3º, 4º
	- Produção de materiais educativos, informativo e de apoio direcionado aos migrantes	2011	1º, 2º 3º, 4º

NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	CNEC WorleyParsons	MEIO	SOCIOECONOMICO
PLANO	PLANO AMBIENTAL DA CONSTRUÇÃO		
PROGRAMA	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA MÃO DE OBRA		
PROJETO			

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
CURSOS E TREINAMENTOS	- Ações de conscientização ambiental dos trabalhadores nos canteiros de obra quanto à relevância da preservação dos recursos ambientais e do patrimônio cultural	2011 a 2015	1º, 2º 3º, 4º
	- Elaboração de materiais didáticos, informativos e de apoio.	2011	1º, 2º 3º, 4º

NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	CNEC Worley Parsons	MEIO	Socioeconômico
PLANO	Plano de Atendimento à População Atingida		
PROGRAMA	Programa de Recomposição da Infraestrutura Rural		
PROJETO	Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Educação em Saneamento	Educar a população que será beneficiada com a implantação da infraestrutura de saneamento, para a utilização e manutenção corretas das estruturas.	1 2	4 1 e 2

NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	CNEC Worley Parsons	MEIO	Socioeconômico
PLANO	Plano de Requalificação Urbana		
PROGRAMA	Programa de Intervenção em Altamira		
PROJETO	Projeto de Saneamento		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Educação em Saneamento	Educar a população que será beneficiada com a implantação da infraestrutura de saneamento, para a utilização e manutenção corretas das estruturas.	1 - 5	

NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	CNEC Worley Parsons	MEIO	Socioeconômico
PLANO	Plano de Requalificação Urbana		
PROGRAMA	Programa de Intervenção em Vitória do Xingu		
PROJETO	Projeto de Saneamento		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Educação em Saneamento	Educar a população que será beneficiada com a implantação da infraestrutura de saneamento, para a utilização e manutenção corretas das estruturas.	1 - 3	

NECESSIDADES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPORTAR PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS DA UHE BELO MONTE

EMPRESA CONSULTORA	CNEC Worley Parsons	MEIO	Socioeconômico
PLANO	Plano de Requalificação Urbana		
PROGRAMA	Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal		
PROJETO	Projeto de Saneamento		

Ação do Programa ou Projeto	Ação de Educação Ambiental Necessária	Cronograma necessário à ação de Ed. ambiental	
		Ano	Trimestre
Educação em Saneamento	Educar a população que será beneficiada com a implantação da infraestrutura de saneamento, para a utilização e manutenção corretas das estruturas.	1 - 3	

7.4. Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos

7.4.1. Introdução

O Programa de Monitoramento Sócio-Econômico apresentado para a implantação da UHE Belo Monte atende a exigências do Parecer nº 114-2009 da Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC do IBAMA, e faz parte de um conjunto de ações previstas pelo Estudo de Impacto Ambiental – EIA do empreendimento (Leme, 2009), integrando o Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte, documento que subsidiará a emissão, pelo IBAMA, de sua Licença de Instalação.

Este Programa busca fornecer subsídios estatísticos e analíticos da situação socioeconômica vivenciada pela população da All do empreendimento ao longo da sua implantação. Isso subsidiará a atuação do empreendedor frente ao fluxo de grandes contingentes populacionais aos municípios da área de influência do empreendimento. O acréscimo populacional resultante das migrações espontâneas e suas conseqüências e pressões sobre o meio socioeconômico pode ser apontado entre os mais relevantes na implantação de aproveitamentos hidrelétricos no meio antrópico.

Assim, o propósito deste programa é acompanhar os reflexos sofridos pelo meio socioeconômicos com a implantação das obras do empreendimento, de modo a dar suporte a ações, tanto pelo empreendedor, como em conjunto com os poderes públicos municipais, minimizando os impactos decorrentes desse processo.

Tais ações se fazem necessárias em empreendimentos do porte da UHE Belo Monte, que afetam múltiplos aspectos da realidade social e econômica das regiões onde são instalados.

7.4.2. Justificativa

Acompanhar as transformações que possam ocorrer torna-se uma tarefa fundamental para avaliar, ao longo do tempo, as dinâmicas sociais e econômicas a serem estabelecidas com a implantação do empreendimento e as interfaces destas dinâmicas com a questão ambiental.

Outro aspecto a ser considerado é que estas novas dinâmicas sociais e econômicas, em grande medida, se desenvolvem mediadas pelos programas estabelecidos para mitigar ou compensar os impactos ambientais do empreendimento. Portanto, estarão vinculadas ao planejamento, desenvolvimento e resultados das ações ambientais propostas.

Os municípios da All somam cerca de 360 mil habitantes, conforme dados publicados pelo IBGE 2010, como mostra o **QUADRO 7.4.2.1** a seguir, por município.

QUADRO 7.4.2- 1

População dos municípios da All

Municípios All	População
Altamira	105.030
Uruará	44.720
Pacajá	40.052
Porto de Moz	33.951
Gurupá	29.060
Medicilândia	27.442
Anapu	20.493
Placas	23.930
Brasil Novo	17.960
Senador José Porfírio	12.998
Vitória do Xingu	13.480

Fonte: IBGE, Censo 2010

A população da AID corresponde a cerca de 45% desse total (169.961 habitantes).

Conforme identificado pelos estudos demográficos realizados, deverão ser mobilizadas pelo empreendimento cerca de 96.000 pessoas, das quais 23%, (22.000 pessoas) correspondem a população já residente na região e 77% (74.000 pessoas) deverão ser atraídas para a área, de outras localidades do Estado ou mesmo do país.

Dos onze municípios que compõem a All, se prevê que cinco absorverão a quase totalidade das 74.000 pessoas que serão atraídas para a região, que são Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio e Brasil Novo, cujos territórios compõem a AID.

Os demais municípios da All situam-se num raio superior a 100 km dos sítios construtivos do empreendimento e da sede de Altamira, principal pólo de referência econômica e de serviços da região, e não devem receber significativa população migrante vinculada ao empreendimento.

Este contexto estabelece o desafio de construir os instrumentos adequados de avaliação, que consiste em medir a eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas, e de monitoramento, que é o exame contínuo ou periódico do modo como se está executando uma atividade, a fim de avaliar até que ponto os objetivos propostos estão sendo cumpridos.

As previsões e projeções trabalhadas pelos estudos ambientais precisam ser verificadas ao longo da implantação e operação do empreendimento, como forma de monitorar a situação apresentada, rever ações e redesenhar estratégias conforme seja demandado. Faz-se necessário inclusive a verificação dos diferentes reflexos previstos e observados para a All e para a AID.

Desta forma, considera-se que a atividade de monitoramento e avaliação em tela deverá constituir um meio capaz de acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas no âmbito dos referidos programas, assim como avaliar a situação socioeconômica de todos os atingidos pelo empreendimento e as mudanças verificadas no quadro social e econômico da região.

7.4.3. Objetivos

Este Programa possui como objetivos:

- Acompanhar a evolução dos aspectos socioeconômicos dos municípios da Área de Influência Indireta – All da implantação da UHE Belo Monte, definida em seus estudos ambientais, e que compreendem os municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Porto de Moz, Gurupá e Pacajá;
- Identificar situações não previstas de alterações significativas nas características socioeconômicas da população da All, desde o início da implantação até a desmobilização da mão de obra e períodos que seguem;
- Fornecer subsídios para eventuais necessidades de realização de ajustes nas medidas previstas para mitigar os seus impactos, e também para orientar a atividade de planejamento dos municípios.
- Subsidiar eventuais estudos para a implantação de medidas de mitigação ou compensação de impactos e novas situações identificadas, previstas ou não.

Objetivos Específicos

Este Programa tem como objetivos específicos os seguintes:

- Implantar um banco de dados agregando informações periódicas sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios da All do empreendimento;
- Implementar mecanismos de acompanhamento dos dados, para o monitoramento do processo;
- Retroalimentar as ações contidas nos Programas Ambientais permitindo possíveis correções de percursos durante suas respectivas implantações. Trata-se de um processo contínuo de avaliação formativa dos Programas;
- Estabelecer parcerias com outros atores institucionais envolvidos, definindo as efetivas atribuições do Programa, e as possibilidades de interações, especialmente na alimentação do banco de dados;
- Oferecer recursos logísticos e operacionais para viabilização de integração do sistema a ser implantado com os demais que possam vir a integrá-lo, com vistas a não onerar os demais atores institucionais envolvidos;
- Acompanhar junto aos órgãos públicos e institucionais envolvidos a evolução dos indicadores sociais e econômicos dos municípios;
- Implantar, manter e alimentar os sistemas de registros de dados constantemente, subsidiando, quando necessário, produtos de outros Programas com interface;
- Interagir com os demais Programas, tanto com aqueles com os quais possui interface, como com os demais, em casos de necessidade de encaminhamento de demandas porventura identificadas pelo controle e análise dos dados, acompanhando o equacionamento da questão.

7.4.4. Metas

São metas a serem alcançadas neste Programa:

- Implantação de um processo de Acompanhamento e Avaliação das transformações da dinâmica socioeconômica e populacional verificadas nos municípios da AII da UHE Belo Monte;
- Avaliação das transformações ocorridas no contexto da qualidade de vida das populações atingidas pelo empreendimento incluindo as dimensões sociais, econômica, culturais e ambientais;
- Retroalimentação das ações contidas nos Programas Ambientais permitindo possíveis correções de percurso durante suas respectivas implantações;
- Identificação da eficácia das ações dos Programas em relação ao atendimento de seus objetivos gerais;
- Avaliação do quadro populacional e dinâmica populacional em função da atração de população devida ao empreendimento;
- Avaliação das alterações no quadro das atividades econômicas;
- Avaliação da alteração dos gastos e da arrecadação municipal, incluindo os repasses de recursos estaduais e federais, de modo a inferir ao longo do tempo a situação das contas municipais em face da aplicação dos recursos.

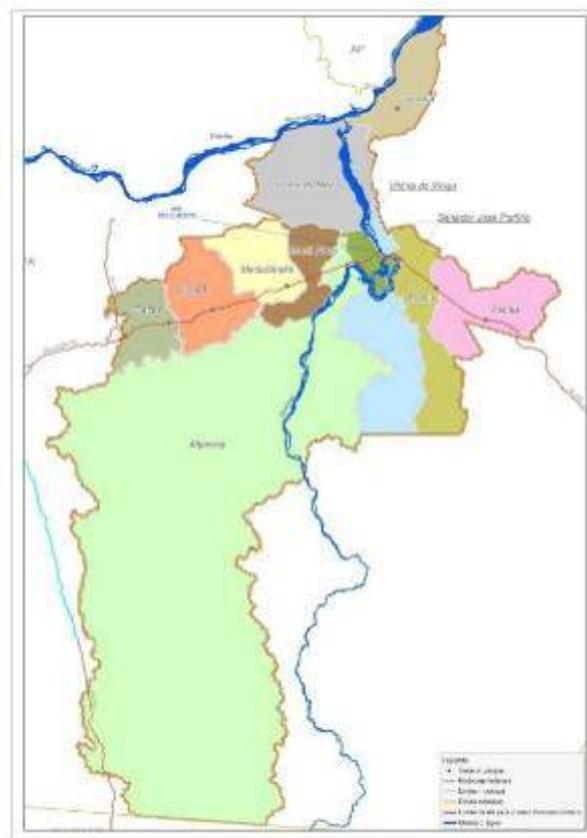
7.4.5. Etapas do Empreendimento nas Quais Deverá ser Implantado

Este Programa deve ter início imediato, na etapa de planejamento do empreendimento, seguindo pelas demais, de implantação e de início das operações, sendo mantido durante os 10 primeiros anos de operação.

7.4.6. Área de Abrangência

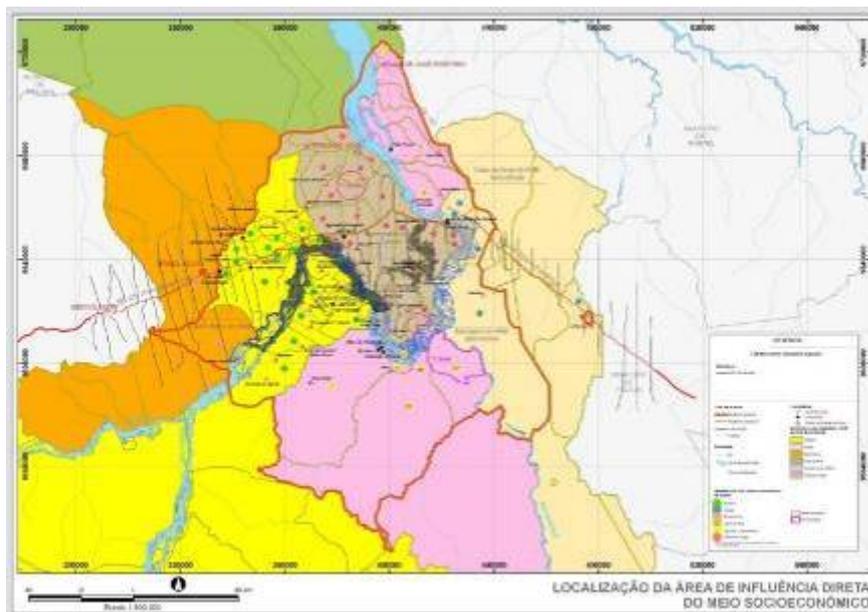
Conforme exposto no EIA da UHE Belo Monte¹, o monitoramento socioeconômico, finalidade do programa ora proposto, deverá ser conduzido na AID e AII, ilustradas pelas **FIGURAS 7.4.6-1 e 7.4.6-2**.

¹ Leme, 2009. Volume 29.



Fonte: Leme, 2009. Volume 05.

FIGURA 7.4.6-1 - Área de Influência Indireta do Meio Socioeconômico e Cultural



Fonte: Leme, 2009. Volume 05.

FIGURA 7.4.6-2 – Área de Influência Direta do Meio Socioeconômico e Cultural

7.4.7. Base Legal e Normativa

Não incidem normas e/ou legislações acerca de obrigações do empreendedor em prever ações referentes aos processos migratórios associados à implementação do empreendimento.

Contudo, em atendimento ao Parecer nº 114-2009 da Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC do IBAMA, nos termos deste Programa, o empreendedor se compromete com a sua realização, nos moldes aqui estabelecidos, passando a tornar-se um compromisso legal vinculado à implantação do empreendimento.

7.4.8. Metodologia

A metodologia adotada desenvolve-se através de um processo determinado para obtenção do Quadro de Referência dos Aspectos Socioeconômicos, formado por meio do conjunto das informações sobre a população da região compreendida pela AII da UHE Belo Monte e sua economia. Refere-se à economia e à organização social.

Para obtenção do Quadro de Referência e verificar sua evolução (monitoramento) será necessário implantar um processo de acompanhamento e avaliação das transformações da dinâmica socioeconômica e populacional, verificadas ao longo de todas as fases do empreendimento, que será construído a partir da coleta, tratamento e análise de informações produzidas pelos programas do PBA e obtidas nas fontes de referência oficiais de forma que permitam a avaliação do alcance dos resultados, comparando-se indicadores antes, durante e após a implantação da UHE Belo Monte.

O conjunto das informações e a formação de base de dados são obtidos através de:

- Fontes secundárias

Compilação dos dados públicos provenientes das fontes oficiais; aquisição de base de dados coletados pelas esferas públicas de divulgação restrita; consulta e aquisição de base de dados de instituições de pesquisa, públicas e/ou privadas e outros.

- Fontes primárias

Levantamento de dados em campo de aspectos relevantes para formação de indicadores.

- Programas do PBA

A partir do banco de dados próprio de cada Programa, quando existir, e do acompanhamento de metas efetivadas a ser informado periodicamente pela área responsável pelo acompanhamento do programa.

Através dos dados serão realizados: acompanhamento das ações, avaliações periódicas e monitoramento da evolução dos aspectos socioeconômicos.

- Acompanhamento das Ações

Feito a partir da construção de banco de dados formado a partir do registro de informações de todos os dados relevantes que caracterizem o meio socioeconômico possibilitando comparações que possibilitem o monitoramento. Para tal é necessário planejamento,

organização e implantação de sistema gerencial de dados que forneça séries estatísticas e estocásticas, possibilitando leituras múltiplas compondo séries históricas dos indicadores estabelecidos.

- Avaliações Periódicas

Processo de identificação quantitativa e qualitativa tanto da eficácia das ações dos Programas em relação ao atendimento dos seus objetivos gerais como dos indicadores de desempenho e evolução dos aspectos socioeconômicos.

O processo de avaliação estará efetivamente associado às diferentes fases do cronograma da obra e a um regime de periodicidade que permita perceber e estabelecer relações entre as diversas etapas e a evolução da situação socioeconômica através da comparação de dados e indicadores, permitindo correção de ações, captando transformações verificadas em diferentes tempos.

Desta forma, o estabelecimento do T_0 está referenciado em 31 de dezembro de 2010, como data marco limite, que permite a recuperação dos indicadores a qualquer tempo pelas fontes secundárias e guarda correspondência com o cronograma de implantação das obras, constituindo o marco comparativo de referência para toda a implantação do empreendimento, a saber:

- T_0 – Identificação da situação pré-existente do período, referenciada a 31 de dezembro de 2010;
- T_1 – seis meses após a data de referência do T_0 ;
- $T_2, T_3, T_4, T_5, T_6, T_7$ – A cada seis meses, correspondendo ao período de maior mobilização da obra (até o 3º ano de obra);
- T_8, T_9, T_{10}, T_{11} – a cada seis meses, correspondendo ao período início de desmobilização da obra (até o 5º ano);
- $T_{12}, T_{13}, T_{14}, T_{15}$ – a cada 12 meses, correspondendo ao período de montagem de máquinas;
- T_{16} – 12 meses após o T_{15} , correspondendo ao período de total desmobilização das obras e
- T_{17} – 36 meses ou três anos após a desmobilização total das obras.

O conjunto de medições acima permitirá estabelecer comparações que serão utilizadas para controle (correção de ações) ou alarme em situações agudas. Essas medições frequentes e contínuas permitirão, ainda, verificar a conformidade ou não do cumprimento dos requisitos estabelecidos, metas dos programas e evolução das condições sociais e econômicas.

- Monitoramento

O monitoramento deverá ser desenvolvido sobre cinco eixos compreendendo, necessariamente, a identificação de um cenário preexistente (T_0), a saber:

- Cadastro socioeconômico
- Dados base de população
- Indicadores de saúde, segurança, educação, saneamento
- Emprego e Qualidade de vida
- Finanças públicas

O monitoramento consiste na observação sistemática e com propósito específico e no registro regular dos dados que possibilitam acompanhar os diversos indicadores base do meio antrópico, permitindo verificar o progresso resultante das diversas ações propostas frente às atividades desenvolvidas.

7.4.9. Atividades a Serem Desenvolvidas

Inicialmente será implantada a estrutura física, uma unidade onde funcionará a Coordenação Geral do Programa e a Central de Monitoramento. Esta unidade abrigará os técnicos envolvidos e contarão com infraestrutura compatível (linhas telefônicas, computadores, acesso a redes de comunicação virtual, entre outros). Para atividades de coleta em campo é prevista a utilização de formulários de entrevistas, veículos e equipamentos móveis, dentre outros recursos logísticos.

A seguir estão elencadas as atividades a serem realizadas no âmbito do Programa:

- Elaborar Plano de Trabalho contendo detalhamento e consolidação de metodológica do conjunto dos trabalhos, com indicação de técnicas e procedimentos a serem utilizados;
- Montar estratégias para desenvolvimento das ações iniciais, correspondentes ao período de planejamento e implantação do empreendimento, utilizando, inclusive, o Cadastro Socioeconômico aplicado no âmbito do Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias e Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos da Volta Grande e demais dados identificados para construção dos indicadores do processo de avaliação;
- Organizar Banco de Dados alimentado a partir das fontes já identificadas, com obtenção dos dados e informações por sistema de coleta de dados secundária e primária;
- Montar sistema de Banco de Dados a partir dos levantamentos de dados realizados e respectiva alimentação;
- Realizar levantamentos sistemáticos de avaliação com elaboração de relatórios;
- Alimentar sistematicamente o banco de dados e checar a consistência das informações;
- Montar estratégias para o monitoramento: elaborar planilhas específicas e relatórios circunstanciados de acompanhamento de cada uma das fases do Programa;
- Estabelecer parcerias com órgãos e autoridades locais para estabelecimento de cooperação com órgãos de informação oficial, evitando a realização desnecessária de pesquisas;
- Implantar Sistema Operacional;
- Emitir de relatórios após cada rodada de avaliação (Ts).

Caso haja demanda, poderão ser realizados workshops nas seguintes ocasiões:

- Após cada rodada de avaliação com equipe técnica envolvida com a implantação do PBA e empreendedor;
- Após cada rodada de avaliação com a população envolvida;
- Após cada rodada de avaliação com Instituições Públicas locais, estaduais e federais envolvidas com o empreendimento;
- Semestrais de avaliação com equipe técnica;
- Semestrais de avaliação com a população envolvida;
- A implantação de Sistema Operacional para fins de armazenamento de informações no qual estarão registrados todos os dados e informações, permitindo leituras múltiplas, análises estatísticas, dentre outros cruzamentos de dados e informações, terá características de Central de Dados;
- A partir desses dados será realizado o monitoramento dos indicadores obtido mediante a consulta de fontes secundárias de dados demográficos e mediante a pesquisa primária junto a diversos órgãos da administração municipal e empresas prestadoras de serviços à população, conforme detalhado no **QUADRO 7.4.9-1**.

A consulta das fontes primárias será realizada por meio de entrevistas com os representantes das instituições de interesse e os resultados deverão ser apresentados em relatórios anuais, conforme previsto no item Apresentação de Resultados.

QUADRO 7.4.9-1
Fontes de consulta e informações para monitoramento

Instituição	Informação	Periodicidade da consulta
IBGE – Contagem/Projeção da População	Número de domicílios; Número de residentes.	Anual
IBGE – Censo Demográfico	Síntese das Informações dos Municípios, e indicadores utilizados nos cálculos do IDH-M	10 anos
UHE Belo Monte	Número de contratações; Número de demissões.	Mensal
Secretarias Municipais de Promoção Social e Trabalho	Demanda de atendimento por programas sociais.	Mensal
Secretarias Municipais de Saúde	Números de Atendimentos (públicos e privados) e demais estatísticas de saúde	Semestral
Secretarias Municipais de Educação	Número de matrículas e evasões em escolas da rede pública.	Semestral
Secretarias Municipais de Obras ou Planejamento	Novas áreas de ocupação urbana; Demandas de expansão da rede de cobertura dos serviços e equipamentos urbanos; Projetos de expansão do arruamento.	Semestral
Secretarias Municipais de Segurança/ Secretaria Estadual	Estatísticas de criminalidade: tipo e incidência	Anual
Prefeituras Municipais	Finanças Públicas Municipais	Anual
DATASUS	Síntese Estatísticas de Saúde dos Municípios	Anual
PNUD	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M	10 anos
CELPA	Número de novas ligações de energia elétrica para uso residencial.	Semestral
Balcão de Atendimento	Casos Sociais Específicos	Mensal

Para monitoramento das ações iniciais elegeram-se estrategicamente indicadores de caráter permanente do meio socioeconômico e que estarão presentes em todas as etapas, circunscritos nesta fase, à área de influencia direta do empreendimento na qual está compreendida a área diretamente afetada pelas instalações iniciais. As variáveis principais

para a fase de instalações iniciais são as relacionadas à saúde, educação, segurança pública e saneamento básico e número de novas ligações elétricas para uso residencial. No caso de indicadores de saúde pública, consideraram-se os mais relevantes os referidos a ocorrência de endemias existentes que são de notificação compulsória. Com base nos controles existentes na rede pública e de acordo com o perfil epidemiológico regional e local foram selecionadas as patologias mais conspícuas e que poderiam refletir de forma mais eloquente nos fluxos populacionais.

Para a educação, o indicador selecionado foi o relacionado a matrículas no ensino fundamental, que reflete de forma consistente o afluxo de população. Em termos de segurança pública o perfil das ocorrências está hoje estabelecido, de modo a se verificar, ao longo do tempo, as modificações mais visíveis que possam ocorrer, com especial atenção a causas violentas, tais como: furtos, assaltos, latrocínios, homicídios e conflitos de convivência.

Para acompanhar o afluxo populacional, no caso de saneamento, o indicador principal escolhido foi o consumo de água fornecida por rede pública nas áreas urbanas. E, ao lado deste, com o mesmo objetivo, adotou-se o número de novas ligações elétricas para uso residencial que igualmente possibilita a formação de séries históricas de cobertura do atendimento e volumes distribuídos, mostrando-se bastante sensíveis com relação ao afluxo de população.

7.4.10. Apresentação dos Resultados/Produtos a Serem Gerados

Os resultados obtidos através do sistema de Monitoramento Socioeconômico serão periodicamente publicados em relatórios com períodos pré-estabelecidos.

Serão gerados diferentes tipos de relatórios, conforme conteúdo e periodicidade, a saber:

- Relatórios Mensais, de Acompanhamento;
- Relatórios Semestrais, de Acompanhamento;
- Relatórios Anuais, de Monitoramento de Dados e Análises.

Os Relatórios Mensais, de Acompanhamento, conterão relação dos dados monitorados e fontes de informações utilizados no período. Contemplará ainda relato de atividades realizadas, como parcerias estabelecidas, workshops e reuniões. Terá como objetivo condensar as informações mensais para subsidiar acompanhamento das ações, e para as análises de períodos, que serão apresentadas em outros relatórios.

Os Relatórios Semestrais, também de Acompanhamento, conterão as mesmas informações dos relatórios mensais, acrescido de agregações e tabulações que se façam necessárias, assim como possíveis análises, avaliações e considerações.

Os Relatórios Anuais, de Monitoramento de Dados e Análises, conterão agregações de dados de todo o período, bem como as medidas corretivas adotadas e/ou previstas, desenvolvendo as diversas tabulações necessárias a uma eficiente análise de períodos maiores, anuais ou superiores, conforme a demanda em função do estágio das obras e do acompanhamento. Permitirão a visualização mais ampla dos dados monitorados, objetivando uma apreensão dos indicadores sociais e econômicos da região a mais próxima possível da realidade e sempre contemplará comparativos do período com os anteriores e previsões/estimativas existentes, de forma a subsidiar ações de outros Programas e Planos.

Os indicadores que serão utilizados, as fontes de informações e sistemas implantados serão descritos em item posterior deste Programa, de **7.4.13 Avaliação e Monitoramento**.

Com a estrutura de relatórios proposta, os estudos de análise e compilação de dados serão realizados apenas nos relatórios anuais, opção feita em função dos intervalos de disponibilização de dados. Os relatórios mensais conterão apenas quantitativos absolutos e proporcionais, sem agregações e análises.

Prevê-se que, ao final das obras e com o encerramento do Programa, seja realizada uma compilação, com análises e estudos de conclusão e fechamento do Programa, com os resultados obtidos, considerações e apontamentos que se façam necessários.

Para os indicadores previstos para as instalações iniciais serão emitidos relatórios mensais de acompanhamento, incluindo dados coletados.

7.4.11. Equipe Técnica Envolvida

Para o desenvolvimento das ações propostas, estima-se que a equipe técnica envolvida diretamente no Programa deva ser composta por 15 profissionais, sendo 2 responsáveis pela coordenação das atividades, um Coordenador Geral e um Coordenador Adjunto. Os demais profissionais dividem-se entre técnicos, pleno e júnior, e técnico nível médio. A composição da equipe é dividida conforme as atividades (Bancos de Dados e Monitoramento) e é apresentada adiante.

Recomenda-se a contratação imediata de um profissional de nível sênior ou pleno para a coordenação geral do Programa e de um profissional de nível pleno para a coordenação da equipe, para início da implantação do sistema a ser operado, já vislumbrando a elaboração de um primeiro produto, com base nos estudos ambientais desenvolvidos e nas últimas informações socioeconômicas disponíveis, de forma a se possuir um perfil socioeconômico prévio ao início das obras e às primeiras ações, que se iniciam imediatamente com a implantação dos Balcões de Atendimento previstos pelo Programa de Orientação e Monitoramento da população Migrante.

O desenvolvimento das atividades ainda não detalhadas pode gerar futuros ajustes na equipe mínima prevista inicialmente.

O organograma sugerido para a composição da equipe está representado pela **FIGURA 7.4.11-1**.

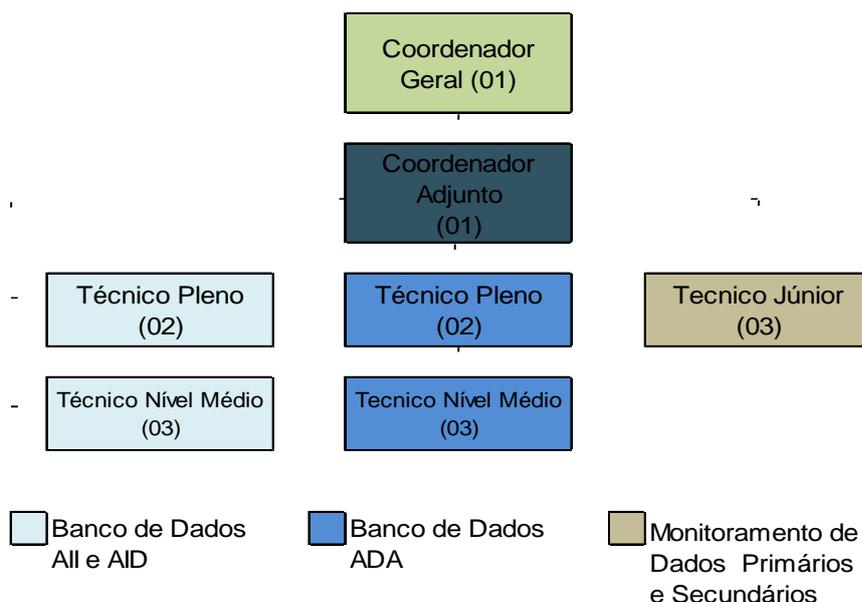


FIGURA 7.4.11-1 - Organograma da Equipe Técnica

A organização do banco de dados será desenvolvida por dois técnicos plenos e três de nível médio, responsáveis pela alimentação do banco de dados a partir das informações obtidas. As formações profissionais preferenciais para cada colaborador estão descritas no **QUADRO 7.4.11-1**, considerando-se também adequadas formações correlatas às expostas.

QUADRO 7.4.11-1
Descrição da Equipe Técnica

Atividades	Quantidade	Categoria Profissional	Formação Profissional
Coordenação Geral do Programa	01	Sênior ou Pleno	Serviço Social, Ciências Sociais, Geografia, Economia.
Coordenação do Monitoramento dos Dados	01	Pleno	Serviço Social, Ciências Sociais, Geografia, Economia.
Organização e Alimentação de Banco de Dados – All e AID	02	Pleno	Análise de Sistemas, Ciências Sociais, Serviço Social, Estatística.
	03	Nível Médio	-
Organização e Alimentação de Banco de Dados - ADA	02	Pleno	Análise de Sistemas, Ciências Sociais, Serviço Social, Estatística.
	03	Nível Médio	-
Monitoramento de Dados Primários e Secundários	03	Júnior	Economia, Ciências Sociais, Geografia, Estatística, Administração.

7.4.12. Interface com Outros Planos, Programas e Projetos

O Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos possui interface com os Planos e Programas abaixo relacionados. Como se pode observar o monitoramento dos aspectos socioeconômicos tem interface com todas as ações do Meio Socioeconômico do PBA. A integração e interação serão estabelecidas em todas as situações por duas condições, uma de alimentação do banco de dados e outra de subsídios do banco de dados.

As interfaces do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos são apresentadas a seguir:

– Plano de Gestão Ambiental

Assim como em outros Planos já mencionados, possibilitará, através da Gestão dos aspectos ambientais, o subsídio de informações necessárias a acompanhar os processos em curso na região e a troca de informações e dados entre os dois Programas.

– Programa de Capacitação da Mão de Obra

Novamente entra os dados agregados pelo respectivo Programa, que, no caso da capacitação, fornecerá subsídios para o acompanhamento dos níveis de qualificação profissional assistidos na região, o avanço dos encaminhamentos e contratações, permitindo ao Monitoramento Socioeconômico analisar resultados tanto da capacitação quanto da inserção social.

– Plano de Atendimento à População Atingida

Este Plano responderá às demandas de dados específicas à população diretamente atingida, fornecendo dados dos respectivos cadastros socioeconômicos e possibilitando identificar ocorrências específicas de impactos junto às comunidades atingidas.

– Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias

Subsidiará o Programa com dados específicos da situação fundiária das terras e benfeitorias que venham a ser introduzidas junto às populações afetadas e/ou terras adquiridas.

– Programas de Recomposição das Atividades Produtivas Rurais e Urbanas

Possibilitarão ao Monitoramento Socioeconômico verificar se as atividades produtivas rurais e urbanas vêm mantendo patamares inicialmente verificados e potenciais melhorias.

– Programa de Restituição/Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer

Fornecerá as informações específicas quanto às atividades de turismo e lazer que venham a ser atingidas pelas obras e operação do empreendimento, apontando soluções de restituição de possíveis perdas e demandas de recuperação, de forma que o Monitoramento Socioeconômico possa acompanhar eventuais impactos decorrentes.

– Plano de Requalificação Urbana

O Plano de Requalificação Urbana apontará tanto demandas e aspectos identificados, como melhorias e resultados obtidos através de suas ações, oferecendo subsídios de acompanhamento dos processos assistidos nos contextos urbanos dos municípios.

– Plano de Articulação Institucional

Este Plano permitirá a busca de melhores sistemas de comunicação e interação entre os órgãos e instituições envolvidos, de forma a interagirem estabelecendo uma linguagem homogênea e de fácil trânsito de informações.

– Programa de Fortalecimento da Administração Pública

Este Programa possibilitará dotar as administrações públicas municipais locais de artifícios que garantam a devida comunicação entre suas bases e informações com aquelas propostas e previstas pelos monitoramentos desenvolvidos. A devida estruturação das administrações públicas é essencial ao desenvolvimento dos programas através do respaldo esperado.

– Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos;

Assim como o fortalecimento da administração pública, o apoio à gestão dos serviços públicos apresenta-se como essencial à confiabilidade e coerência da alimentação dos dados prevista pelo Programa, assim como se espera registrar e acompanhar as ações de apoio desenvolvidas pelo empreendedor.

– Programa de Incentivo a Capacitação Profissional e ao Desenvolvimento de Atividades Produtivas

Também como em diversos dos demais programas e planos, agregará dados substanciais e essenciais ao monitoramento socioeconômico previsto, com as bases que contemplará.

– Plano de Relacionamento com a População

Poderá encaminhar demandas diretamente apontada através da ação do Plano, conforme surjam junto à população.

– Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante

Este Programa fornecerá dados e informações específicas sobre os migrantes diretamente cadastrados pelos Balcões de Atendimento, assim como das respectivas famílias que tenham migrado junto ou mesmo permanecido em suas localidades de origem. Permitirá ainda acompanhar o perfil da população local que venha a se cadastrar nestes Balcões em busca de oportunidades. E, através da integração dos sistemas de dados de monitoramento de ambos os Programas, permitirá fazer o acompanhamento e monitoramento populacional.

– Programa de Interação Social e Comunicação

Este será um Programa que dará apoio às ações que venham a ser propostas para todos os demais Programas em função de ocorrências que demandem implementações específicas, conforme identificadas pelo Monitoramento Socioeconômico e proposições do Programa eventualmente envolvido.

– Programa de Educação Ambiental

Será o canal específico onde ações, especialmente preventivas, poderão ser propostas junto à população em função das ações já previstas e de outras que os monitoramentos venham indicar como necessárias.

– Plano de Saúde Pública

Este Plano permitirá a alimentação dos dados referentes aos aspectos de saúde verificados na área de influência do empreendimento, um dos componentes dos eixos de monitoramento proposto.

– Programa de Incentivo à Estruturação da Atenção Básica à Saúde

Assim como o Plano de Saúde, permitirá o acompanhamento dos aspectos de saúde previsto nos eixos de monitoramento do Programa, especialmente aqueles ligados a medidas de prevenção.

– Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu

Será a principal fonte de informações provenientes da Volta Grande, a partir do Gerenciamento Integrado proposto.

7.4.13. Avaliação e Monitoramento

Para acompanhamento dos aspectos socioeconômicos em função das ações e dados gerados pelo Programa são propostos relatórios anuais, com dados e análises do período. Também serão produzidos relatórios semestrais conterão apenas quantitativos absolutos e proporcionais, sem agregações e análises. Os relatórios produzidos devem subsidiar o acompanhamento do empreendedor sobre os processos sociais e econômicos decorrentes do empreendimento e dar suporte aos demais programas e ações.

Nestes relatórios serão apresentados os indicadores dos atributos observados no decorrer das atividades que, em função do ritmo estabelecido, definirá o encaminhamento das análises.

Indicadores são meios de verificação, estabelecidos a partir dos objetivos e metas do Programa, que visam demonstrar evolução, avanço e desenvolvimento em relação aos resultados esperados. Buscam medir como e quanto cada objetivo e meta estabelecido no Programa foi alcançado. São necessários para acompanhar as ações desenvolvidas e imprescindíveis para avaliação de resultados. Os indicadores podem ser quantitativos – aqueles apoiados em métodos estatísticos e visam medir resultados através da coleta de informações numéricas que podem ser obtidos através de fontes secundárias e primárias; e qualitativos – centrados na análise dos processos sociais e dos atores envolvidos.

A seguir é apresentado Quadro de Indicadores Socioeconômicos e suas fontes de obtenção considerados relevantes para serem introduzidos no processo de avaliação dos aspectos sociais, com destaque para aqueles que serão utilizados para as instalações iniciais:

Indicadores socioeconômicos e suas fontes de obtenção				
Aspecto	Dimensão	Indicadores	Fonte	Ano
Dinâmica Populacional	Demografia	Taxa de crescimento da população - População total - População urbana e rural e demais informações	Informações preliminares do Censo 2010 - Publicado dia 04/11 no Diário Oficial	2010
			Censo Demográfico de 2010	
		Taxa de mortalidade infantil	DATASUS – 2007	2007
		Proporção de menores de cinco anos de idade na população	Censo Demográfico de 2010	2010
		Razão de dependência		
	Migração	% de registro de migrantes em relação a população total	Censo Demográfico de 2010	2010
		Perfil de escolaridade dos adultos e crianças x População local	Censo Demográfico de 2010	
Perfil profissional do migrante x perfil profissional população local		Dados dos cadastros dos balcões e dados do Censo Demográfico	2011	
Disponibilidade dos Serviços Públicos	Saneamento	% de cobertura de redes de abastecimento de água	COSANPA	2008
		Consumo de água fornecida por rede pública		
		% de cobertura de esgotamento sanitário		
		% de cobertura de coleta de lixo		
	Saúde	Mortalidade proporcional por doença diarreica aguda em menores de cinco anos de idade	DATASUS – SVS	2007
		Taxa de incidência de doenças e endemias transmissíveis	DATASUS	2009
		% de cobertura do PSF em relação a população total	Secretarias de Saúde (Estado e Município)	2010
		Nº de médicos x 1000 habitantes	Secretarias de Saúde (Estado e Município)	
Educação	Vagas nas escolas X demanda considerando a		2010	

Indicadores socioeconômicos e suas fontes de obtenção					
Aspecto	Dimensão	Indicadores	Fonte	Ano	
		localização da residência do aluno		INEP - CENSO ESCOLAR SISMEC	
		Taxa de analfabetismo			
		Número de matrículas por nível fundamental de ensino			
		Taxas de reprovação			
	Segurança		Taxas de ocorrências (furtos, assaltos, latrocínios, homicídios, conflitos de convivência)	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará / Delegacias de Polícia	2010
			% de ocorrências com envolvimento de menores	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará / Delegacias de Polícia	
			Mortes violentas x 1000 habitantes	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará / Delegacias de Polícia	
			Numero de policiais x população	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará / Delegacias de Polícia	
Atividades Econômicas	Comércio e Serviços	Evolução dos estabelecimentos formais nos diferentes ramos	CAGED/ RAIS	2008	
		Taxa de emprego por ramo de atividade	CAGED/ RAIS		
		Evolução da economia informal (PEA X POC)	Censo Demográfico	2011	
	Produção Agropecuária e extrativista		Participação da produção familiar em relação à produção total	Censos Agropecuários	2006
			Alteração no padrão de consumo das famílias	IPEA	
			Participação das atividades extrativistas na renda familiar	Censos Agropecuários	2006
	Finanças Públicas Municipais		Evolução do percentual da arrecadação própria em relação ao percentual total	IPEADATA - disponível 2005	2005
			Evolução da participação dos investimentos em serviços públicos no orçamento total;	IPEADATA - disponível 2005	
			Práticas de elaboração do orçamento e controle público de sua execução	IPEADATA - disponível 2005	
	Habitação/Mercado Imobiliário		Alteração na demanda por habitação	Censo Demográfico 2011	2011
			% de terrenos de novos loteamentos	Pesquisa Específica 2011	
			% de valorização terrenos e de aluguéis	Pesquisa Específica 2011	

Indicadores socioeconômicos e suas fontes de obtenção					
Aspecto	Dimensão	Indicadores	Fonte	Ano	
Condições de Vida	Moradia	Alteração no número de pessoas por cômodo	Censo Demográfico 2011	2008	
		Alteração na conservação/manutenção dos imóveis	Censo Demográfico 2011		
	Trabalho e Renda	% de famílias com renda familiar de até 3 SM	CAGED - Ministério do Trabalho e Emprego – TEM		2008
		% de famílias com renda média per capita inferior a 0,5 SM			
		Taxa de desemprego			
		% de trabalhadores informais			
	Saúde	% de menores de 16 anos trabalhando	Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN		2009
		Endemias existentes que são de motivação compulsória (AIDS, Leishmanioses, Malária, Dengue, Febre Amarela, Febre Hemorrágica de Altamira e Hepatites)			
	Educação	Taxa de analfabetismo	INEP - Censo Demográfico 2010		2010
		% de população de mais de 15 anos com menos de 3 anos de escolaridade	Censo Demográfico 2010		
% de população com nível fundamental completo		Censo Demográfico 2010			
Acesso ao Lazer e ao rio	Diversificação das práticas de lazer	Cadastro Socioeconômico 2011	2011		
Abastecimento de Água e relações com o Rio	Armazenamento de água	Alteração na adequação do abastecimento de água para consumo doméstico	Cadastro Socioeconômico 2011	2011	
	Formas de utilização do Rio	Alteração na ocupação das faixas de preservação	Cadastro Socioeconômico 2011	2011	
		Alteração nas práticas de apropriação do rio	Cadastro Socioeconômico 2011		
		Alteração nas atividades de lazer praticadas	Cadastro Socioeconômico 2011		
		Alteração na atividade de pesca	Cadastro Socioeconômico 2011		
Condições de Vida da População a ser Reassentada e	Moradia	Alteração no tamanho da moradia e número de cômodos x moradia anterior	Cadastro Socioeconômico 2011	2011	
		Alteração nas formas de abastecimento de água	Cadastro Socioeconômico 2011		
	Acesso a serviços	Alteração da distância em relação aos serviços públicos	Cadastro Socioeconômico 2011	2011	

Indicadores socioeconômicos e suas fontes de obtenção				
Aspecto ribeirinha	Dimensão	Indicadores	Fonte	Ano
	Condição de Produção	Variação da renda familiar	Cadastro Socioeconômico 2011	2011
		Alteração do tempo de deslocamento para transporte da produção	Cadastro Socioeconômico 2011	
		Alteração da participação da produção agropecuária e extrativista na composição da renda	Cadastro Socioeconômico 2011	
Organização e Inserção Social	Associativos	Alteração da quantidade de organizações formais e informais	Existem atualmente vários cadastros e bancos de dados públicos, com informações sobre as associações e fundações (formato jurídico de uma ONG) atuantes no país. Os principais deles, atualizados anualmente, são a base de dados da Receita Federal, originada da Declaração de Informações da Pessoa Jurídica, e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho.	2011
		Taxa de participação	Cadastro Socioeconômico	
	Práticas Auto-gestionárias	Existência de iniciativas coletivas	Pesquisa Específica 2011	2011
		Autonomia na gestão dos assentamentos	Pesquisa Específica 2011	
	Inserção Social	Conflitos internos ao grupo	Pesquisa Específica 2011	2011
		Existência de conflitos com a população do entorno	Pesquisa Específica 2011	

Tendo como um dos focos a avaliação da eficácia das ações dos Programas em relação ao atendimento dos seus objetivos gerais, deverá considerar, para o caso das populações diretamente atingidas, removidas ou não:

- Avaliar as transformações ocorridas no contexto da qualidade de vida das populações atingidas pelo empreendimento, incluindo as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais;
- Avaliar as alterações nos padrões de inserção social e urbana dos atingidos, tanto no que concerne à integração nos recursos oferecidos quanto aos processos organizativos e de desenvolvimento da sociabilidade e construção da cidadania;
- Avaliar a alteração no quadro populacional e dinâmica populacional em função da atração de população devido ao empreendimento;
- Avaliar a adequação das ações propostas para mitigação dos impactos decorrentes da atração de população nos serviços públicos e relações societárias prevalentes;
- Avaliar a adequação do processo de transferência da população da ADA urbana e rural;
- Avaliar as alterações nas condições de vida das comunidades e povoados próximos aos sítios construtivos e as que receberão os reassentamentos e migrantes;
- Avaliar as condições de vida das comunidades e povoados da Volta Grande;
- Avaliar as alterações no quadro das atividades econômicas; e
- Avaliar a alteração dos gastos e a arrecadação municipal, incluindo os repasses de recursos federais e estaduais, de maneira a inferir ao longo do tempo a situação das contas municipais e as aplicações dos recursos.

Assim, propõe-se que o Programa permita:

- Monitoramento e avaliação da atração de população nos municípios da All;
- Monitoramento e avaliação do Programa de Negociação e Aquisição de Beneficiárias e Imóveis Rurais e Urbanos e do Reassentamento;
- Monitoramento e avaliação das condições de vida das populações anfitriãs;
- Monitoramento e avaliação das condições de vida das comunidades e povoados da Volta Grande;
- Monitoramento e avaliação da atividade econômica;
- Monitoramento e avaliação das finanças públicas.

7.4.14. Responsável pela Implementação

A responsabilidade pela implementação deste Programa será do empreendedor, que deverá constituir equipes ou contratar instituição especializada para desenvolvê-lo. Contudo, é de fundamental importância o estabelecimento de parcerias com as administrações públicas envolvidas, assim como outras organizações civis envolvidas no acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico da região.

7.4.15. Parcerias Recomendadas

A implantação do Programa proposto demandará o estabelecimento de diversas parcerias formais junto aos atores institucionais internos e externos ao empreendimento.

No âmbito interno, serão estabelecidas parcerias especificamente nas instâncias que envolvem empreiteiros, projetistas e supervisores das obras, assim como das equipes responsáveis pelos demais Programas Ambientais propostos.

Os atores externos estão representados principalmente pelos serviços sociais, de saúde, educação e outros departamentos das administrações municipais envolvidas, especialmente aqueles onde serão implantadas estruturas fixas de recepção de migrantes. Além desses, consideram-se potenciais parceiros os serviços de oferta de emprego existentes, e as instituições e outros órgãos não governamentais que possam estar envolvidos, além dos Conselhos Municipais já implantados.

Ligado aos serviços de empregos destaca-se o SINE, com quem algumas parcerias já estão sendo estabelecidas, especificamente no município de Altamira.

Eventuais estruturas para fornecimento de dados, implantadas sem sistemas funcionais de registros serão apoiadas em suas estruturações, de modo a não haver prejuízo à obtenção dos dados.

7.4.16. Cronograma Físico

O presente Programa deverá ser implantado de imediato, com a elaboração do PBA, já na etapa de planejamento do empreendimento, devendo estar incluído entre as ações antecipatórias, de modo que já esteja em vigor quando tiver início à construção da UHE Belo Monte, e deverá se estender durante toda a fase de implantação do empreendimento, avançando por 3 anos após a conclusão das obras, durante a fase de operação.

7.4.17. Profissionais Responsáveis pela Elaboração do Programa ou Projeto

Luciano Mouassab Chalita - Arquiteto e Urbanista - CREA/SP 5060450269 –
Registro IBAMA nº 5080624

André Torres - Sociólogo - Registro Profissional MTb. 356 - Registro IBAMA 99.336

Vera Bussinger - Filósofa - Registro IBAMA 5062466

7.4.18. Referências Bibliográficas

LEME, 2009. Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte.

Parecer nº 114-2009 DILIC_IBAMA